



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Amanda Renata Amorim e Silva

**A TERRITORIALIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BAIRRO DO
JARAGUÁ DA CIDADE DE MACEIÓ – AL**

Maceió-AL

2016

AMANDA RENATA AMORIM E SILVA

**A TERRITORIALIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BAIRRO DO
JARAGUÁ DA CIDADE DE MACEIÓ – AL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

**Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Gilcileide
Rodrigues da Silva.**

Maceió-AL

2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

S586t

Silva, Amanda Renata Amorim e.

A territorialidade do patrimônio cultural do bairro do Jaraguá da cidade de Maceió-AL / Amanda Renata Amorim e Silva. – 2016.

158 f. : il.

Orientadora: Gilcileide Rodrigues da Silva.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curso de Geografia. Maceió, 2016.

Bibliografia: f. 134-138.

Apêndice: f. 139-143.

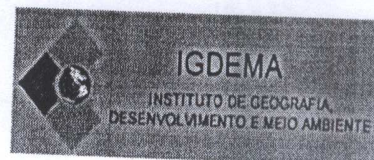
Anexo: f. 144-156.

1. Geografia urbana. 2. Jaraguá (Maceió, AL) – Patrimônio cultural. 3. Jaraguá (Maceió, AL) – Aspectos socioculturais. 4. Maceió – Bairros – Espaços vividos.
I. Título.

CDU: 911.375.3(813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CAMPUS A C. SIMÕES, BR 104 – NORTE, KM 13
CIDADE UNIVERSITÁRIA
CEP 57.072-970 TEL. (82) 3214-1440/1441/1444/1445



PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA – PPGG/UFAL

Assinatura: Fabiana de O.

Maceió, 30 de agosto de 2016.

Gilcileide R. da Silva
Prof.^a Dr.^a Gilcileide Rodrigues da Silva – Presidente

Luciane Maranhã de Oliveira Marisco
Prof.^a Dr.^a Luciane Maranhã de Oliveira Marisco – Titular Interno

Fabiana de O.
Prof.^a Dr.^a Fabiana Oliveira Lima – Titular Externo

Silvana Quintella C. Calheiras
Prof.^a Dr.^a Silvana Quintella C. Calheiras
SIAPE: 1120111

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo;

A universidade Federal de Alagoas e ao Programa de Pós-graduação em Geografia pela oportunidade e confiança;

A minha orientadora Prof^a Dr^a Gilcileide Rodrigues da Silva que me instruiu em cada momento da pesquisa e me ensinou sobre o olhar do geógrafo e da atividade da pesquisa. Agradeço pela sua dedicação, apoio, incentivo;

A Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL) pela bolsa de pesquisa;

A todos os Professores do Programa de Pós-graduação em Geografia;

Aos Professores convidados para Banca Examinadora pela leitura e análise de todo o trabalho;

A todos que se dispuseram a ser entrevistados para esta pesquisa.

Aos meus Pais, Luciene Maria da Cruz e Silva e Diógenes Amorim e Silva pelo esmero na minha criação;

Ao meu esposo Sérgio Vinicius dos Santos Viegas da Silva pelo incentivo, apoio, companheirismo, amizade e amor;

Aos meus colegas de turma pelas discussões e esclarecimentos;

A minha amiga Shyslène Alves pela ajuda na pesquisa de campo e pela amizade;

A todos que de alguma forma contribuíram para a pesquisa.

A arte de pensar é dada por um modo extraordinário de sentir e escutar o silêncio do sentido, nos discursos das realizações.

Martin Heidegger

RESUMO

Esta pesquisa, buscou analisar a territorialidade do Patrimônio Cultural do bairro do Jaraguá da cidade de Maceió-AL. Entende-se enquanto Patrimônio Cultural um aparato sócio cultural produzido/construído pela sociedade e que é distribuído no território e abarcado pela paisagem. Há a necessidade de estudos que possibilitem tal percepção como construção do espaço do homem. Apesar de existir, a nível Nacional, o Instituto Patrimonial Histórico Artístico Nacional (IPHAN) faz-se necessário um estudo da realidade local, analisando as relações existentes entre a sociedade e a territorialidade do Patrimônio na área de estudo, contribuindo para a discussão de tal temática na academia, na sociedade e em especial na cidade de Maceió AL. Para tanto, foi necessário inicialmente, refletir acerca dos conceitos de Território, Territorialidade e de Paisagem a partir de autores como Tuan (1983) Haesbaert (2004), Holzer (1997, 2004), Marandola (2005), Dardel (2011), entre outros, como também buscamos compreender teoricamente as discussões atuais acerca do Patrimônio Cultural a partir de autores como Funari e Pelegrini (2006), Oliveira (2008) e Florêncio (2014). Nos procedimentos de campo, examinamos como estão distribuídos espacialmente os Patrimônios Culturais do bairro do Jaraguá - Maceió-AL, a fim de percebermos suas peculiaridades locais e sua influência na construção da Paisagem na área de estudo. Também foi realizada consulta documental nos Órgãos Públicos responsáveis pela manutenção, cuidados e preservação do Patrimônio Cultural do bairro. A territorialidade do Patrimônio Cultural do bairro do Jaraguá tem se dado a partir de ações do Poder Público municipal e estadual, estas ações não tem efetivado o que diz o discurso oficial quanto a inclusão dos moradores neste processo, não há um incentivo residencial nem uma educação Patrimonial para tais sujeitos que ficam as margens do plano de tornar o Jaraguá um atrativo turístico em Maceió.

Palavras-Chave: Paisagem. Território. Patrimônio Cultural. Espaço Vivido.

RESUMEN

Esta investigación pretendeu analizar la territorialidad del Patrimônio Cultural del barrio del Jaraguá de la ciudad de Maceió-AL. Entiende-se el Patrimônio Cultural um aparato sócio cultural producido/construído por la sociedad y que se distribuye en el território y abarcado por la paisaje. Há una necesidad de estudios que permitam tal percepção como construcción del espacio del hombre. Aunque existir, al nível Nacional, lo Instituto Patrimonial Histórico Artístico Nacional (IPHAN) es necessário un estudio de la realidad local, analisando las relaciones existentes entre la sociedad y la territorialidade do Patrimônio em la área de estudio, contribuindo para la discusión de esta temática en la academia, na sociedad y en especial en la ciudad de Maceió-AL. Por lo tanto, fué necesario en primer lugar reflexionar acerca de los conceptos de territorio, la territorialidad y el paisaje de autores como Tuan (1983) Haesbaert (2004), Holzer (1997, 2004), Marandola (2005), Dardel (2011), entre otros, como también tratamos de comprender teóricamente las discusiones actuales sobre el patrimonio cultural de autores como Funari e Pelegrini (2006), Oliveira (2008) e Florêncio (2014). Em los procedimientos del campo analizamos la forma en que se distribuyen espacialmente lo patrimonio cultural del barrio Jaraguá - Maceió-AL, con el fin de realizar sus peculiaridades de ubicación y su influencia en la construcción del paisaje en la zona de estudio. También fué realizada una investigación documental en los organismos públicos responsables del mantenimiento, cuidado y conservación del patrimonio cultural del barrio. La territorialidad del patrimonio cultural del barrio Jaragua se ha dado a partir de las acciones de lo gobierno estatal y local, estas acciones no han llevado lo que dice el discurso oficial en la inclusión de los residentes en este proceso, no hay un incentivo residencial ni una educación Patrimonial para este tipo de personas que se quedan a las márgenes del plan en hacer el Jaragua un atractivo turístico en Maceió.

Palavras-Chave: Paisaje. Território. Patrimônio. Espaço Vital.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa Brasil, Alagoas, Maceió e Bairro do Jaraguá.....	15
FIGURA 2 - Esquematização da proposta fenomenológica de Husserl.....	23
FIGURA 3 - Fenomenologia Hermenêutica.....	27
FIGURA 4 - Mapa dos Patrimônios Tombados no Estado.....	67
FIGURA 5 - Mapa dos Patrimônios tombados pelo estado nos bairros de Maceió Al.....	68
FIGURA 6 - Consulado Provincial, Antiga Rua da Alfandega, Atual Sá e Albuquerque..	72
FIGUEA 7 - Ponte de embarque, praia do Jaraguá.....	73
FIGURA 8 - Banco de Londres, Rua Sá e Abuquerque.....	74
FIGURA 9 - Igreja Nª Srª Mãe do Povo – Rua Sá e Albuquerque.....	74
FIGURA 10 - Praça General Lavenère Wanderlei, Rua Sá e Albuquerque, Jaraguá.....	75
FIGURA 11 - Prédio da Recebedoria, Rua Sá e Albuquerque, Jaraguá.....	76
FIGURA 12 - Casas e Comércio na Rua principal do Jaraguá em 1940.....	77
FIGURA 13 - Cais do Porto e réplica da Estátua da Liberdade, Jaraguá.....	77
FIGURA 14 - Ponto Comercial no Século XIX no Bairro do Jaraguá.....	78
FIGURA 15 - Associação Comercial de Maceió.....	79
FIGURA 16 - Palácio do Comércio, MUCOM e MUTEC, Rua Sá e Albuquerque.....	80
FIGURA 17 - Museu da Imagem e do Som de Alagoas, Rua Sá e Albuquerque.....	81
FIGURA 18 - Mapa do Polígono de Tombamento do acervo Histórico e Cultural do bairro do Jaraguá identificando mais dois tombamentos de edificações isoladas.....	83
FIGURA 19 - Comunidade de Pescadores, Jaraguá.....	85
FIGURA 20 - Espaço onde ficava a comunidade pesqueira, retirada em 2015.....	87
FIGURA 21 - Projeto Centro Pesqueiro para espaço da comunidade de pescadores.....	88
FIGURA 22 - Localização da área do centro pesqueiro na antiga Vila de pescadores.....	90

FIGURA 47 - Rex- Bar de Jazz.....	118
FIGURA 48 - Estacionamento do Bairro sem Festa.....	119
FIGURA 49 - Estacionamento do Jaraguá em comemoração ao Arraial Central 2014....	119
FIGURA 50 - Calçamento antigo da Rua Sá e Albuquerque, antiga rua da Alfandega....	122
FIGURA 51 - Calçamento descaracterizado - Avenida Comendador Leão.....	122
FIGURA 52 - Iluminação da Rua Sá e Albuquerque.....	128

FIGURA 23 - Receita Federal, Rua Sá e Al Albuquerque, Jaraguá.....	92
FIGURA 24 - Faculdade Estácio, Rua Sá e Al Albuquerque, Jaraguá.....	92
FIGURA 25 - Banco do Brasil, Rua Sá e Al Albuquerque, Jaraguá.....	92
FIGURA 26 – Correios e antigo Telegrapho, Rua Sá e Albuquerque.....	92
FIGURA 27 – Imóvel para vender, Rua Sá e Albuquerque.....	95
FIGURA 28 – Imóvel para vender, Rua Sá e Albuquerque.....	95
FIGURA 29 – Edificação para vender ou alugar, Rua Barão de Jaraguá.....	95
FIGURA 30 - Edificação para alugar, Rua Sá e Albuquerque.....	96
FIGURA 31 - Edificação para vender ou alugar, Rua Barão de Jaraguá.....	96
FIGURA 32 - Casa de festa, Trapiche Novo, Rua Sá e Albuquerque- Século XIX.....	97
FIGURA 33 – Usina Armazém, Rua Sá e Albuquerque- Século XIX.....	97
FIGURA 34 - Antigo Trapiche segundo, Rua Sá e Albuquerque- Século XIX.....	98
FIGURA 35 - Antigo banco de Alagoas, Rua Sá e Albuquerque- Século XIX.....	98
FIGURA 36 - Agenda Jaraguá 2014 e 2015.....	99
FIGURA 37 - Agenda Jaraguá 2016.....	100
FIGURA 38 - Quadro da tipologia e característica do Patrimônio Cultural incluída na Zona de Proteção Especial (ZEP) do bairro do Jaraguá Maceió (AL).....	105
FIGURA 39 - Mapa com Zonas Especiais de Preservação – Jaraguá.....	106
FIGURA 40 - Tabela com total semestral do relatório dos visitantes do MISA.....	108
FIGURA 41 - Moradores resistindo a desocupação em 2015.....	111
FIGURA 42 - Tabela com População Portuária – Jaraguá.....	115
FIGURA 43 - Edificações antigas do bairro.....	116
FIGURA 44 - Antiga Casa Paroquial.....	116
FIGURA 45 - Oráculo Choperia.....	118
FIGURA 46 - K-Fofa Show Hause.....	118

LISTA DE SIGLAS

CNRC	Centro Nacional de Referencia Cultural
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
DUMA	Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
FMAC	Fundação Municipal de Ação Cultural
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MISA	Museu da Imagem e do Som de Alagoas
MUCOM	Museu do Comércio de Alagoas
MUTEC	Museu de Tecnologia
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Programa de Cidades Históricas
PREDETUR	Programa de Desenvolvimento ao Turismo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SECULT/AL	Secretaria do Estado da Cultura de Alagoas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZEPS	Zonas Especiais de Preservação

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
2.	A INFLUÊNCIA DA FENOMENOLOGIA NAS DISCUSSÕES GEOGRÁFICAS.....	21
2.1	INTRODUÇÃO À GÊNESE DA FENOMENOLOGIA.....	22
2.2	GEOGRAFIA E FEMENOLOGIA: CORRELAÇÕES E DISCUSSÕES.....	28
2.2.1	Espaço Vivido.....	32
2.2.2	Percepção.....	35
2.2.3	Experiência.....	37
2.2.4	Memória.....	39
3.	AS POSSIBILIDADES DE APREENSÕES DA PAISAGEM E DO TERRITÓRIO.....	42
3.1	A PAISAGEM COMO POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO PATRIMÔNIO.....	43
3.2	TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE FUNDAMENTAM ANÁLISE DO PATRIMÔNIO.....	49
4.	SOCIEDADE, CULTURA E PATRIMÔNIO.....	56
4.1	PATRIMÔNIO: UM FENÔMENO SÓCIO-CULTURAL.....	57
4.1.1	Patrimônio Cultural: raízes e parâmetros no contexto mundial.....	59
4.1.2	As Bases normativas do Patrimônio Cultural brasileiro.....	63
4.1.3	O Patrimônio e a cidade de Maceió.....	66
5.	JARAGUÁ: O SABOR DO SILÊNCIO NAS RUAS SOLITÁRIAS.....	103
5.1	TERRITORIALIDADE: O ESPAÇO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	104
5.1.1	Territorialidade: o espaço em que habito.....	114
5.1.2	Paisagem da memória: experiências do bairro.....	120
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132

REFERÊNCIAS.....134

APÊNDICES.....139

ANEXOS.....144

1. INTRODUÇÃO

Os patrimônios Culturais podem atuar como um objeto da lembrança do passado através da paisagem, sendo ela, construída historicamente pelos homens, como afirma Bosi (1994, p.53) “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora a consciência na forma de imagens lembranças”.

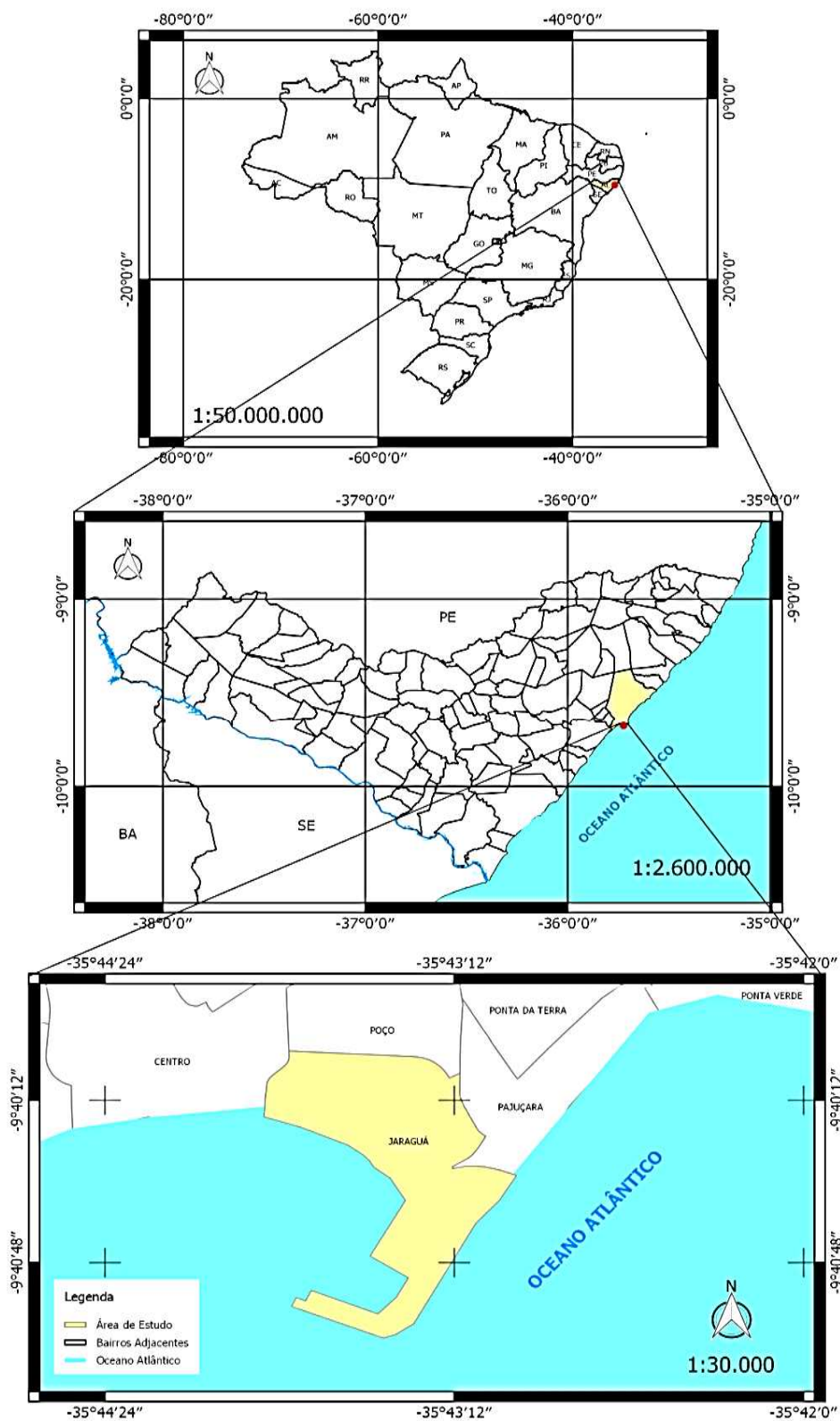
Estas lembranças só podem ter continuidade se existir a fagulha que faz lembrar, por isso, o patrimônio cultural não é somente objeto do passado, da história, estático e imóvel, há uma correlação entre os sujeitos e o mesmo, ainda no presente, que o torna dinâmico e carregado de diferentes olhares e intenções. Tudo isto, incide sobre o território e a paisagem. A reflexão acerca da temática, nos leva a uma análise da territorialidade dos Patrimônios Culturais em meio à dinâmica do espaço geográfico.

A escala de pesquisa foi o bairro do Jaraguá-Maceió-AL (Figura 01), o qual tem seu acervo histórico e cultural Tombado pelo estado Alagoano através do Decreto N° 6.601 de 19 de novembro de 1984, sendo também protegido pelo município através da Prefeitura e Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (Diretoria de Patrimônio), Secretaria de Promoção do Turismo e a Fundação Municipal de Ação Cultural que tem desenvolvido e arquitetado ações de controle territorial que visam torná-lo um local turístico.

Este trabalho, teve como objetivo, tecer uma análise da territorialidade do Patrimônio cultural do bairro do Jaraguá, da cidade de Maceió-AL, que leva em consideração os significados dos sujeitos para com seu território e tal paisagem. Sobretudo, tendo a consideração das relações dos sujeitos com seu espaço de forma indissociável, dando ênfase as suas experiências, memórias, percepções e de seu espaço vivido.

Buscamos construir um estudo da dinâmica do uso destes Patrimônios, em relação à forma como os sujeitos tem se apropriado, pretendendo compreender e analisar assim, a territorialidade de tais Patrimônios e o espaço vivido mediante tais territorialidades, com o intuito de responder a seguinte problemática de pesquisa: como tem se dado o processo de territorialidade do Patrimônio Cultural no bairro do Jaraguá na cidade de Maceió – AL.

Figura 01 – Mapa do Brasil, Alagoas, Maceió e Bairro do Jaraguá



Fonte: IBGE, 2015.

O município de Maceió está localizado a 09° 39' 57'' de latitude (S) e 35° 44' 07'' de Longitude (O), seu clima é tropical chuvoso com verão seco e estação chuvosa no outono/inverno. Tem temperatura mínima de 24° e máxima de 29° e uma população total de 953.393, destes, 3. 211 compreende a população do bairro do Jaraguá (IBGE, 2010). No mapa (Figura 01) podemos observar a localização do bairro, no primeiro nível de aproximação exhibe a localização de Alagoas no Brasil e no segundo nível podemos ver o bairro do Jaraguá inserido no município Maceió-AL.

O bairro remonta a história do povoamento do estado de Alagoas a partir de suas atividades portuárias. A sua paisagem, ainda mantém muitas das edificações antigas que atendiam ao Porto e suas atividades comerciais. Neste sentido, questionamo-nos como estas ações vem sendo desenvolvidas e como são percebidas, vivenciadas, experiências por aqueles que visitam, moram ou trabalham neste local.

As relações dos sujeitos com o espaço podem se dar de forma direta ou indireta, é possível vivenciá-lo nas suas diferentes formas, sejam elas políticas, sociais, afetivas, simbólicas ou subjetivas. Vale ressaltar, que não pretendeu-se buscar o que é Patrimônio Cultural mas os olhares que envolvem o mesmo, pesquisamos então, como estes sujeitos percebem, vivem e convivem com as ações territoriais voltadas ao Patrimônio do bairro, sabendo que estas percepções e vivencias estão carregadas de intencionalidades, de ações de controle, de territorialidades.

Neste sentido, estudar o espaço geográfico, a partir da análise das interações entre a atividade humana e a paisagem e território é relevante para que possamos compreender um pouco mais a sua organização e suas dinâmicas, visto que “A geografia cultural está focalizada na interpretação das representações que os diferentes grupos sociais construíram a partir de suas próprias experiências e práticas” (CORREA, 2009, p.05). Sendo o Patrimônio Cultural, um aparato sócio histórico construído no território e abarcado na paisagem, há uma necessidade de estudos que possibilitem tal percepção como construção do espaço do homem, a partir de suas experiências e práticas, memória do espaço e representações.

A Territorialidade dos Patrimônios culturais proporcionam a comunidade o acesso ao passado através das formas que permaneceram materializadas no espaço. Percebe-se assim a importância do estudo desta dinâmica espaço-temporal e da sua territorialidade para os Patrimônios Culturais do bairro. Nossa pesquisa realizou um estudo sobre as relações que se estabelecem no território, compreendendo a paisagem que é produto da prática humana ao longo dos tempos, como história materializada.

O Patrimônio Cultural pode ser delineado para nós como um fenômeno sociocultural que se materializa no espaço geográfico, através dos museus, centros históricos, sítios arqueológicos (entre outros), estes estão dentro das tipologias orientadas pela UNESCO como Patrimônio material, patrimônio imaterial, Patrimônio imóvel, Patrimônio móvel. Os sujeitos criam ou constroem formas de territorialidades para seu controle, estamos a analisar, este controle do território através do discurso oficial e suas ações, tentando correlacionar aos olhares (percepções, vivências, experiências, memória) dos sujeitos que moram, visitam ou trabalham no local.

Para Corrêa (2009, p.04) “as relações entre cultura e política manifestam-se de modo material e imaterial. Códigos, normas e leis são exemplos dos últimos, enquanto a paisagem cultural constitui-se na manifestação mais corrente do primeiro modo.” No estudo de compreensão da cidade, é preciso analisar o espaço habitado estudando os aspectos culturais que vieram modificando sua forma, seja na sua paisagem ou no território, enquanto manifestação material ou imaterial, por isso analisamos os sentidos, olhares (percepções e representações) e experiências acerca do bairro e seu Patrimônio a partir de três grupos focais selecionados por nós: pessoas que moram, trabalham e visitaram o bairro, fazendo uma amostragem não probabilística, de cada grupo entrevistamos uma quantidade de dez pessoas.

A cultura de um povo, bem como suas práticas, se insere no espaço, através da sua materialização no território (Casas, palácios, comércio, bancos etc.), sendo assim, compreende-se que para um estudo da dinâmica territorial atribuída a determinadas instituições Patrimoniais, faz-se necessário um estudo sociocultural e, sobretudo, geográfico. De igual modo, existem aqueles que emolduram e determinam esta cultura e suas relações sociais as quais não precisam ser copiadas, apenas lembradas, como conhecimento da construção do espaço, sendo outras importantes pois qualificam-se como culturas reais, ou seja, os modos e costumes do povo nativo e não uma cultura imposta por sujeitos neste território que no processo histórico construíram seu comércio, produziram riquezas, construíram seus palácios.

Neste contexto, o espaço ganha forma a partir de funções realizadas para atender a determinados processos. Vale ressaltar, que, no bairro de estudo ainda há a permanência de muitas edificações antigas, como bancos, antiga recebedoria e grandes galpões os quais tinham a função de atender as atividades portuárias, aos seus processos de produção e estoque das importações e exportações de materiais. Também possui

outros prédios que estão em estado de má conservação e em ruínas, apesar do bairro ser tombado.

Atualmente, o porto está estruturado com uma tecnologia mais avançada, não necessita mais de muitos dos equipamentos utilizados outrora. Os prédios antigos, seus galpões recebem agora novos usos, qualificados enquanto Patrimônio Cultural para o estado, apesar de ainda representarem as relações sociais do passado e terem recebido novas funções.

Mediante a isto, esta paisagem torna-se uma janela ao olhar dos sujeitos, onde se abrem as representações, experiências e vivências diversas, por outro lado, é um território campo de lutas para sua territorialidade. Estes dois aspectos se correlacionam, o olhar do sujeito nativo do lugar com os discursos oficiais impostos ao território enquanto cultura, há de se analisar o jogo de controle, os olhares que tocam as paisagens e que subjagam as ações territoriais no bairro, quanto ao seu acervo Patrimonial.

A pesquisa foi baseada no método da Fenomenologia, que considera as correlações entre sujeito e objeto na análise da realidade, sem que este último perca sua objetividade, analisando-se as intencionalidades nas relações e correlações dos sujeitos com a paisagem e território pertinentes. Para Tuan (1983) o espaço deve ser analisado a partir das relações subjetivas do sujeito com o seu meio e a Paisagem é considerada não só em sua materialidade, mas também na sua forma imaterial, experiencial, que para ele é “atuar sobre o dado e criar a partir dele” (TUAN,1983, p.10). Para tanto, nossos instrumentos para tal pesquisa, bem como coleta de dados foram: Revisão bibliográfica acerca das categorias de análise utilizadas (Território, Paisagem), de estudos já existentes em relação aos Patrimônios Culturais.

Também foi utilizado, o instrumento de Mapeamento para espacialização dos patrimônios culturais tombados existentes na área de estudo, bem como registros fotográficos dos Patrimônios atuais existentes no bairro. Foi efetivada uma pesquisa documental para levantamento de dados relativos ao monitoramento dos Patrimônios Culturais na área de estudo junto aos Órgãos Públicos responsáveis como na Superintendência regional do IPHAN em Maceió, no acervo Público de Alagoas, No Museu da imagem e do som de Alagoas, Na Diretoria Municipal de Patrimônio, entre outros.

Foi feita uma busca e análise documental nestes espaços, como leis, decretos, projetos e ações voltados a tal acervo Patrimonial. Foram realizadas trinta entrevistas estruturadas com grupos de foco da pesquisa, sendo estes, formados por pessoas que

trabalham no bairro, moram e visitam o bairro, pois, “o sentido da paisagem cultural pode ser construído e reconstruído pelos diversos grupos sociais a partir de suas experiências.” (CORREA, 2009, p.04).

O segundo Capítulo que está intitulado “A influência da fenomenologia nas discussões geográficas” foi construído com o objetivo de trazer de forma introdutória e sucinta alguns dos primeiros formuladores da fenomenologia como Edmund Husserl e Heidegger, sendo necessária esta etapa de exploração do método, haja vista que enquanto graduada em Pedagogia havia uma lacuna em tal proposta para olhar a realidade.

Após tatear um pouco o campo fenomenológico, buscamos possíveis ligações discursivas que nos ajudariam a compreender o espaço geográfico pelo viés das significações sociais, a partir das próprias relações dos sujeitos com seu espaço, território e paisagem. Dentro desta reflexão, buscamos também, trabalhos de geógrafos que levantaram discussões e pesquisas a partir de tal viés, a partir dos quais pudemos trazer uma rápida clarificação de alguns conceitos pertinentes a nossa pesquisa, como os de espaço vivido, percepção, memória e experiência.

O terceiro capítulo: “as possibilidades de apreensões da paisagem e do território” buscou dar continuidade a mesma linha de pensamento, porém, trazendo em um primeiro momento a discussão de paisagem, adentrando de forma introdutória em um diálogo entre Patrimônio e Paisagem cultural, ressaltando sempre as relações dos sujeitos com seu espaço, como aquela que resulta continuamente e dinamicamente na sua construção.

Em um seguinte tópico, trouxemos os conceitos de território e territorialidade, a luz da dinâmica da vivência a partir da identidade, cultura e simbolismos, concebendo a territorialidade como as ações empreendidas no território para sua apropriação, levando-nos a compreender como isto se desvelará no espaço vivido, nas experiências e percepções decorrentes de tais territorialidades em relação ao Patrimônio Cultural.

O quarto Capítulo buscou explicar de forma breve as discussões acerca do Patrimônio Cultural e como esta discussão veio se ampliando ao longo dos tempos, alcançando uma escala planetária. Após mostrarmos este olhar mais global, trouxemos a questão para o território brasileiro, suas perspectivas e metas, para que pudéssemos compreender o patrimônio local, de nossa área de estudo. A partir desta base, pudemos explicar a constituição do patrimônio cultural do bairro do Jaraguá, a construção de sua paisagem e as principais ações territoriais para a apropriação deste patrimônio pelo

Município e pelo Estado, buscando analisar estas ações historicamente, para compreensão da paisagem e território atual.

No quinto capítulo damos continuidade a esta territorialidade do Patrimônio Cultural do bairro do Jaraguá a partir das ações políticas em tal espaço, de alguns gestores, ressaltando também as vivências e experiências de moradores, trabalhadores e Turistas (a partir das entrevistas), entendendo que a territorialidade são estas ações no território que vão correlacionar estes sujeitos, fazendo com que estes tenham um olhar para este território e seu Patrimônio.

Por fim, trazemos nossas considerações finais acerca do tema observando-se que há pouco incentivo de inclusão da população residente do bairro nas ações territoriais para o acervo patrimonial do bairro, ficando a população que mora e trabalha à deriva da gestão desta área, sendo compartilhado este olhar com os visitantes, que percebem a falta de parceria entre as ações do Poder Público e a população que vive e convive com o bairro cotidianamente. Podemos perceber que os sujeitos que tem um conhecimento acerca do Patrimônio do bairro, atualmente, são pessoas que participam do Projeto Jaraguá Vivo, como os gestores de museus, moradores e trabalhadores, porém, ainda delinea um conhecimento muito superficial.

2. A INFLUÊNCIA DA FENOMENOLOGIA NAS DISCUSSÕES GEOGRÁFICAS

A fim de analisar como tem se dado a territorialidade do Patrimônio histórico e cultural edificado do bairro do Jaraguá - Maceió-AL, buscou-se uma investigação de cunho fenomenológico, havendo a necessidade de apresentar e discutir introdutoriamente tal abordagem, pois a fenomenologia, enquanto método (GALEFFI, 2000; RICOEUR, 2009; DARTIGUES, 1992), não deve ser posta desprovida de seus sentidos conceituais, mas com rigor científico, como nos propôs seu mais expressivo representante Edmund Husserl, por volta da segunda metade do século XX.

Assim, na busca de não falharmos neste aspecto, trazemos tal enfoque discursivo, sem a pretensão de esgotar tais discussões, pois comporta uma amplitude de perspectivas teóricas filosóficas as quais não pretendemos abordá-las todas, mas somente ressaltar um de seus ícones mais significativos: Husserl (1913) que ajudou a entender o que seria o “voltar às coisas mesmas”, que em nosso caso, explica-se por entender como tem se dado a real relação dos sujeitos com seu Patrimônio edificado, a partir das próprias vivências, percepções, experiências e ações de tais sujeitos no território. Traremos também uma pequena reflexão das ideias de Heidegger (1997) que deu continuidade e ampliou algumas das compreensões de Husserl sobre a fenomenologia, se diferenciando e se afastando de algumas delas.

Para tanto, nos propusemos inicialmente fazer uma introdução conceitual à gênese da fenomenologia, seus principais conceitos, orientações, bem como sua chegada às discussões geográficas que é imprescindível na construção de um arcabouço teórico que faça a fenomenologia transparecer no próprio fazer geográfico. Neste sentido, também faremos uma sucinta discussão dos conceitos de espaço vivido, percepção, experiência e memória, a partir de autores como Corrêa e Rosendahl (2004, 2007), Yi-Fu Tuan (1980, 1983), Merleau-Ponty (2006), Gallais (1998), entre outros, tais conceitos nos ajudam a compreender as formas de relações que os sujeitos mantêm com o território na sua dimensão experiencial.

2.1 INTRODUÇÃO À GÊNESE DA FENOMENOLOGIA

A palavra Fenomenologia, etimologicamente, provém do grego *Phenomenon* - que significa fenômeno – este, por sua vez deriva do verbo mostrar-se, dando o sentido daquilo que se mostra a si mesmo. *Logia* – também do grego, significa deixar e fazer ver. Neste sentido, fenomenologia denotaria “deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si mesmo.” (HEIDEGGER, 1997, p. 65).

Segundo Edmund Husserl (1859-1938) “Ela se denomina uma ciência dos “fenômenos” [...] como uma esfera de descrições “imanescentes” dos vividos psíquicos, descrições que se mantêm rigorosamente” (HUSSERL, 1990, p. 25-6), ou seja, estuda os fenômenos, por isso ela pode ser qualificada enquanto método, pois parte da realidade, das existências concretas, de como os sujeitos a percebem a partir de seu olhar ou visão e por isso é chamada de descrições imanescentes.

Concordando com tal perspectiva, o Dicionário de Filosofia de Abbagnano (2007, p. 511) mostra que a fenomenologia é essa “descrição daquilo que aparece ou ciência que tem como objeto ou projeto essa descrição”. A partir de tais compreensões nota-se que a fenomenologia é a compreensão dos vividos, que se dão na relação sujeito-objeto, nas suas apreensões, percepções, experiências, das quais seria necessário descrevê-las e entender seus significados, pois assim estaríamos voltando-nos as coisas mesmas, aos objetos na sua essência intencional (HUSSERL, 1975).

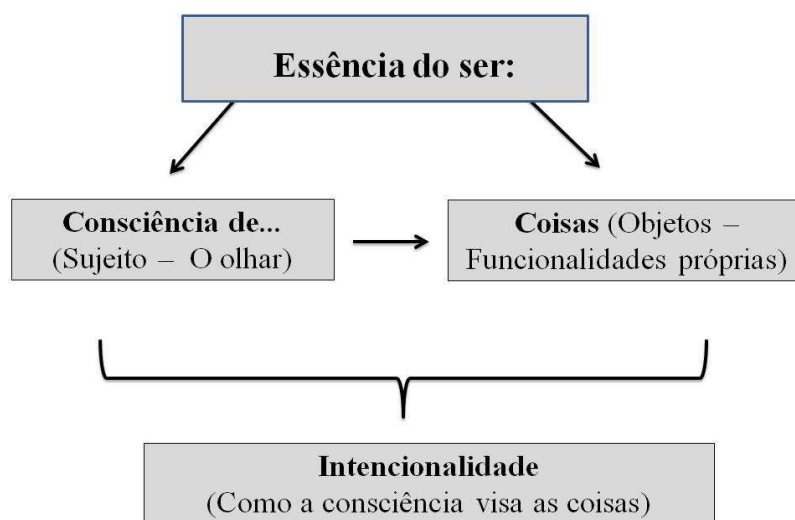
Abbagnano (2007) ainda nos revela que o termo fenomenologia teria sido utilizado por muitos cientistas e filósofos como Kant, Hegel, entre outros, exercendo diferentes sentidos, porém só a partir de Husserl, no início do século XX, que a fenomenologia ganhou fundamentações mais profundas, passando a ultrapassar a categoria de movimento ou doutrina, transpondo-se à própria filosofia enquanto disciplina, fazendo-se ela mesma ontologia, na busca do ser, de como ele se mostra.

Assim, para Husserl (1990, p. 22) a fenomenologia seria: “[...] a doutrina universal das essências, em que se integra a ciência da essência do conhecimento” em sua pureza, ou seja, limpa de toda especulação metafísica, não concebendo sujeito-objeto como uma relação em que estaria em destaque o sujeito ou o objeto, mas numa relação indissociável, por isso afirmou ser necessário “voltar às coisas mesmas”, ao próprio apreender das coisas, ou seja, ao fenômeno, de como a consciência intenciona olhar para as coisas e como as coisas se dão a própria consciência. Para tanto, Husserl (1990) estudou o conceito de “intencionalidade” extraído da psicologia, onde foi muito

influenciado pelas ideias de Frans Brentano (1838 – 1917), principalmente na sua concepção de intencionalidade da consciência, para compreender como ela apreende as coisas, os objetos.

Husserl (1990) entendeu que esta consciência será sempre consciência de algo, inexistindo a consciência por si só, por isso a ideia de relação, ou movimento de apreensão dos objetos do mundo. O mundo para Husserl (1990, p. 34) é “o conjunto completo dos objetos da experiência possível e do conhecimento possível da experiência” aspectos que para ele o fazer científico havia deixado de lado, pois este mundo de apreensão do objeto da experiência havia sido colocado em segundo plano. Observemos abaixo como Husserl pensou a fenomenologia e como podemos chegar à compreensão da essência:

Figura 02 – Esquematização da proposta fenomenológica de Husserl



Fonte: HUSSERL, 1990; Adaptado por: SILVA, 2015.

Podemos observar que, segundo Husserl (1990), a apreensão da realidade se dá a partir de uma relação constante de nossa consciência para com as coisas, ou seja, um movimento indissociável consciência-coisas e por isso a consciência só existe enquanto “consciência de”. A esta relação Husserl (1990) chamou de intencionalidade da consciência, a consciência intencionalmente olha para as coisas, ou percebe as coisas, pois as coisas são perceptíveis, apesar de não serem as percepções, visto que possuem um conteúdo, uma funcionalidade. A percepção revela apenas a essência do vivido, os vividos intencionais, daquilo que é percebido (HUSSERL, 1990).

A fim de ter acesso aos atos da consciência, Husserl (1990) criou o termo “redução fenomenológica” com a finalidade de mostrar que o sujeito cognoscente faz parte desse processo juntamente com o mundo das coisas existentes. Nas próprias palavras de Husserl (1990) “A redução fenomenológica [...] possibilita o retorno a ‘consciência’. Vemos nela como é que os objetos se constituem” (HUSSERL, 1990, p. 12-3).

Esta redução se daria pela descrição imanente do vivido, percebido, buscando separar a essência de tal discurso e posteriormente buscar suas conexões com a história do indivíduo e do objeto, ou seja, incluí-los num contexto, para que assim se possa chegar a uma compreensão do fenômeno, que em nosso caso podemos ter uma compreensão da territorialidade do Patrimônio cultural de um determinado bairro de Maceió – AL a partir da busca das percepções, das vivências, experiências e do próprio ato de perceber.

Por conseguinte, Husserl (1990) buscou construir um novo modo de fazer ciência, que pudesse revelar em sua essência a relação do ser com o mundo e foi a partir do aprofundamento da fenomenologia que objetivou alcançar tal intento. O sentido descritivo que Husserl (1990) deu a fenomenologia não era uma simples descrição, como muitos pesquisadores descreviam colocando suas concepções, mas descrever puramente ou fenomenologicamente, colocando entre parênteses o que seria considerado como essência, que para ele era ressaltar o que era significativo a tal vivência, por isso que é chamada de descrição fenomenológica.

Husserl (1990) acreditava que o que provinha da consciência através do discurso, da ação, deveria ser descrito, levando em consideração a experiência vivida, buscando compreensões e nunca certezas eternas, mas provisórias, até que surgissem novas compreensões, estando abertas a novos horizontes (HUSSEL 1990 apud REZENDE 1990). Mediante a isto Husserl não tornou a fenomenologia absoluta, acabada, visto que, para ele, o sujeito enquanto consciência de algo, sempre está numa relação dialética do vir-a-ser, ou seja, o sujeito nunca estará pronto e acabado, ele está continuamente apreendendo a realidade, portanto, está em constante transcendência.

Neste sentido, a fenomenologia se define, pois, como transcendental e pura. Transcendental porque ela concebe o sujeito sempre como o vir-a-ser na apreensão da realidade, numa relação do sujeito tendo consciência de algo que o transcende, que está fora dele e ela é pura porque não se detém a pressupostos e certezas, ela estuda os fenômenos, as relações, para compreensão da realidade. A fenomenologia de Husserl

influenciou o pensamento de muitos autores posteriores, assim como: Heidegger (1927), na Alemanha, Jean Paul Sartre (2001) e Merleau-Ponty (1945) na França, entre muitos outros. Assim, a análise fenomenológica torna-se provisória “pois se abre ao horizonte do progresso infinito do filosofar; ela é essencialmente feita num determinado tempo de uma dada época da história” (CAPALBO, 2012, p. 214).

Temos como sucessor das ideias de Husserl (1990) na Alemanha: Martin Heidegger (1889-1976), que além de ter sido seu assistente foi seu substituto na Universidade de Friburgo. Para Moreira (2002), Heidegger foi um dos maiores pensadores do século XX, deu continuidade às ideias de Husserl (1990) ampliando algumas discussões e se diferenciando e se afastando em outras delas, mas mantendo fidelidade em “voltar às coisas mesmas”.

Vale salientar que Heidegger deu uma nova roupagem a fenomenologia, criando novos termos para explicar o que Husserl vinha trabalhando, pois, o mesmo utilizou termos comuns da própria psicologia e filosofia, porém dando novos sentidos. Preferiu Heidegger criar novos termos para não haver más interpretações.

Para Heidegger (1997) a fenomenologia pode nos possibilitar ver além do que se mostra, visto que para ele, o que se mostra imediatamente não é o ser, mas apenas ocorrências deste. A fenomenologia é, portanto, a busca dessa *eidōs* (essência) do ser e não de suas manifestações, mas de seu mostrar-se a si mesmo a partir de si. Portanto, para Heidegger (1997, p. 59):

A fenomenologia é a via de acesso e o modo de verificação para se determinar o que deve constituir tema da ontologia. A ontologia só é possível como fenomenologia. O conceito fenomenológico de fenômeno propõe como o que se mostra, o ser dos entes, o seu sentido, suas modificações e derivados. Pois, o mostrar-se não é um mostrar-se qualquer e, muito menos, uma manifestação. O ser dos entes nunca pode ser uma coisa “atrás” da qual esteja outra coisa “que não se manifesta”.

Conforme nos aponta Heidegger (1997) o que se manifesta será chamado de “ente” que pode qualificar objetos, seres, “ente é tudo que falamos, tudo que entendemos, com que nos comportamos dessa ou daquela maneira, ente é também o que e como nós somos” (HEIDEGGER, 1997, p. 32), ele é dado, entretanto, o que está oculto, que necessita mostrar-se é o “ser do ente” que é o sentido de ser, o ser está no “ente” que é dado e assim como explicitou Husserl, está na relação indissociável

sujeito-objeto, relação original, enquanto *ser-no-mundo*, configurando uma fenomenologia ontológica.

Heidegger (1997, p. 29) nos explica que não há uma definição de ser e que “[...] a impossibilidade de se definir o ser não dispensa a questão de seu sentido, ao contrário, justamente por isso a exige”, assim é necessário a busca por este “ser do ente”, pois somente indo ao sentido de ser, transparecemos o próprio “ente”, e Heidegger (1997, p. 31) continua afirmando que:

[...] nós nos movemos sempre numa compreensão do ser. É dela que brota a questão, explícita do sentido do ser e a tendência para o seu conceito. Nós não sabemos o que diz “ser”. Mas já quando perguntamos que é “ser” nós nos mantemos numa compreensão do “é”, sem que possamos fixar conceitualmente o que significa este “é”

Assim Heidegger (1997) nos assegura que para chegar a este ser do ente temos o método da fenomenologia idealizado por Husserl (1990), visto que ela se propõe a busca por este ser, o ser do ente, quando propõe “voltar às coisas mesmas”. Segundo Heidegger (1997, p. 69) “ontologia e fenomenologia não são duas disciplinas diferentes da filosofia ao lado de outras. Ambas caracterizam a própria filosofia em seu objeto de estudo e em seu modo de tratar”. Todavia, para Heidegger, Husserl na sua idealização do ser transcendental precisava ainda de aprofundamentos.

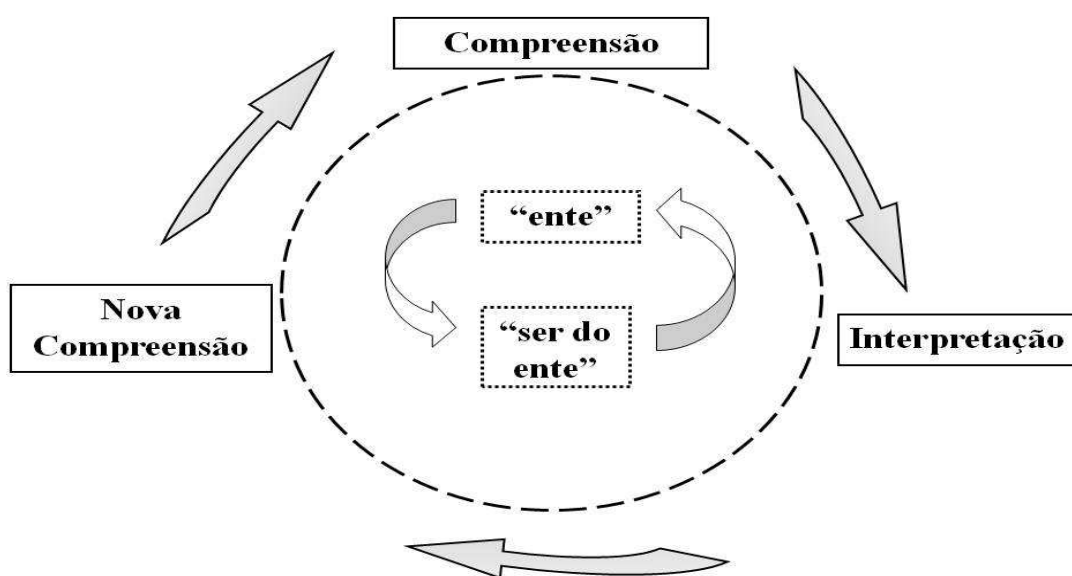
Diante disso, Heidegger propõe trocar o Ser Transcendental pelo termo *pre-sença*, onde o próprio homem entra em um *estar-em-questão* da própria existência, entrando numa construção contínua do ser, que ao se concretizar se fecha abrindo assim mais vias para uma nova constituição do ser e isto se dará de forma sucessiva. Neste sentido é que Heidegger (1997) pensou tal termo, afirmando que:

Pre-sença é uma abertura que se fecha e, ao se fechar, abre-se para a identidade e diferença na medida e toda vez que o homem conquista e assume o ofício de ser, quer num encontro, quer num desencontro, com tudo que ele é e não é, que tem e não tem. É esta pre-sença que joga originalmente nosso ser no mundo. [...] Ser-no-mundo é uma estrutura de realização. Por sua dinâmica o homem está sempre superando os limites entre o dentro e o fora” (HEIDEGGER, 1997, p.20).

Assim, o ser está a todo momento de constituindo e a essência do ser é este tempo presente de constituição contínua, dessas relações de interpretações inacabáveis. Salienta Dartigues (2002, p.132) que a fenomenologia trocou a descrição de Husserl

pela “interrogação do que aparece, não mais como um espetáculo a ver, mas como um texto a compreender”, ou interpretar, palavra que é utilizada por Heidegger (1997) e acabou resultando numa fenomenologia Hermenêutica¹, que “deverá, pois, decifrar o sentido do texto da existência, esse sentido que precisamente, se dissimula na manifestação do dado” (DARTIGUES, 2002, p. 132). A fenomenologia hermenêutica tem suas pretensões em fazer interpretações para se chegar uma compreensão, na qual este mesmo processo torna-se a repetir, assim como exemplificado a seguir:

Figura 03: Sistema Fenomenologia Hermenêutica.



Fonte: COLTRO, 2000, adaptado por SILVA, 2015.

Este método fenomenológico hermenêutico trata-se de interpretar o “ente” e o sentido de “ser do ente” até chegar a uma compreensão, mas este está sempre aberto para novos horizontes, onde teremos um constante movimento de interpretações, resultando sempre em uma nova compreensão. Neste sentido, temos um viés hermenêutico da fenomenologia, “lançado em *Sein und Zeit*², de Heidegger (1997), segundo o qual toda existência humana é interpretativa” (MOREIRA, 2002, p. 75).

¹ “A análise da pre-sença, porém, não é somente incompleta, mas também provisória. Ela começa apenas explicitando o ser desse ente, sem interpretar-lhe o sentido, o que lhe compete é liberar o horizonte para a mais originária das interpretações do ser. Uma vez alcançado esse horizonte, a análise preparatória da pre-sença exige uma repetição em bases ontológicas mais elevadas e autênticas.” (HEIDEGGER, 1997, p. 44-5)

² Tradução “Ser e Tempo.

A partir desta discussão introdutória à fenomenologia passamos a entender que os processos do conhecer, perceber se dão numa relação indissociável de sujeito-objeto, tornando-se imprescindível para a Geografia, enquanto disciplina que se quer apreender o espaço do homem, tal proposta do olhar para o mundo. A apreensão dos conceitos geográficos, levando em consideração a experiência, a vivência dos sujeitos com os objetos que fazem parte do seu cotidiano, de sua história enquanto ser social pressupõe como nos mostra a fenomenologia de Husserl (1990) e Heidegger (1997) a aprendizagem, compreensão e interpretação do que se olha intencionalmente.

2.2 GEOGRAFIA E FENOMENOLOGIA: CORRELAÇÕES E DISCUSSÕES

No campo geográfico, a fenomenologia passa a ser introduzida a partir de um viés cultural da disciplina ou pela crítica da consideração das relações do homem com o seu meio nos estudos geográficos, advindos das teorizações de alguns conceitos, entre eles podemos citar o de espaço vivido, experiência, percepção, memória, discutidos em trabalhos clássicos de geógrafos como Sauer (1925); Tuan (1980,1983); Gallais (1998), entre outros.

As discussões do geógrafo Carl Sauer (1889-1975), segundo Rosendahl e Corrêa (2004, p. 08) “Publicado em 1925 [...] representa uma contestação à visão determinista da geografia [...] ao mesmo tempo, uma antecipação da geografia cultural. ” Tal estudo de Sauer (2004), que foi republicado no livro: Paisagem, Tempo e Cultura, tendo como organizadores Rosendahl e Corrêa (2004) mostra que o autor já trazia em seu discurso uma proposição fenomenológica da própria ciência ou do conhecimento geográfico. Fazendo uma crítica ao próprio fazer científico Sauer (2004, p. 13) ressalta que:

Toda ciência pode ser encarada como fenomenologia, o termo “ciência” sendo utilizado no sentido de processo organizado de aquisição de conhecimento, em lugar do significado restrito e corrente unificado de um corpo de leis físicas. Todo o campo do conhecimento é caracterizado pela sua preocupação explícita com um certo grupo de fenômenos que ele se dedica a identificar e ordenar de acordo com suas relações. Esses fatos são agrupados com base no crescente conhecimento de suas conexões: a atenção às suas conexões denota uma abordagem científica.

Para Sauer (2004) todo fazer científico pode ser delineado enquanto um ato fenomenológico, mas adverte que o estudo do fenômeno não deve delinear um simples

fenomismo, orientando aos pesquisadores não somente ordenar, descrever, mas buscar as conexões que envolvem o objeto de estudo, pois tais conexões para ele é o que qualifica uma abordagem científica. Estas conexões podem ser feitas, sendo necessário, no caso da paisagem, não tendo um olhar apenas para o seu aspecto físico, mas também cultural, da ação social, pois segundo ele “é uma abstração forçada para a boa tradição geográfica um *tour force*, considerar a paisagem desprovida de vida” (SAUER, 2004 p. 29).

Apesar do autor não trazer a fenomenologia enquanto foco de discussões, visto que este não era o seu propósito, o mesmo, como podemos observar, se indaga sobre os procedimentos metodológicos da Geografia, propondo mudanças de olhares para outras possibilidades, levantando questionamentos e expondo alguns dos limites da disciplina e de seu método, pois, para ele, há uma ingenuidade no conhecimento que não se põe a buscar as conexões, resultando em realidades ingênuas.

Com isto, ele considera os conhecimentos geográficos a partir de uma conduta fenomenológica, da crítica ao conhecer, buscando assim como Husserl (1990) um melhor rigor científico. Paul Claval (2007), fazendo um estudo sobre o trabalho desenvolvido por Sauer, mostra que esta formação crítica construída por ele foi o que permitiu ao mesmo pensar além da Geografia de sua época. Segundo Claval (2007, p. 30):

Sauer deve muito à sua aproximação com a antropologia americana. Mostra-se crítico em relação às civilizações modernas, que considera dessecantes sobre o plano humano e indiferentes à natureza. A geografia limita-se, entretanto, para ele, àquilo que é legível na superfície da terra. Como os geógrafos alemães, ignora as dimensões sociais e psicológicas da cultura.

Embora Sauer (2004) tenha aberto discussões acerca da paisagem e suas conexões históricas e culturais, tais concepções só são retomadas na década de 1970, momento em que também é redescoberta a obra de Erick Dardel (1952) ‘O homem e a Terra’, a qual concebe a paisagem a partir das vivências, da percepção, do imaginário seguindo uma compreensão fenomenológica da realidade, dando mais ênfase às questões simbólicas, subjetivas, culturais e experienciais do espaço geográfico. Segundo Claval (2003, p. 07)

Os geógrafos franceses receberam uma formação onde se insiste sobre a importância da observação, da exatidão, de tudo que é objetivo. Não tinham o hábito de ler os trabalhos dos filósofos. Ignoraram, nos anos

1950, o que Eric Dardel propunha introduzir na disciplina. Graças à noção de espaço vivido, as abordagens fenomenológicas são enfim aceitas na geografia francesa. Descobre-se a significação da obra de Heidegger. Eric Dardel é enfim lido e apreciado.

É neste sentido, que a fenomenologia encontra solo fértil nas discussões geográficas, onde temas como espaço vivido, experiência, passam a ser discutidos e analisados no estudo da paisagem, do território, do lugar, assim como certifica Corrêa (2000, p. 32) “privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real”.

Podemos perceber a partir de Corrêa (2000), o que permitiu a fenomenologia ser utilizada enquanto método na Geografia foi à consideração das questões simbólicas e singular do sujeito com o seu espaço. Nesta época muitos autores contribuíram para tais estudos, entre eles: Yi-Fu-Tuan (1983; 1980), Buttimer (1982); Jean Gallais (1998); Claval (2003); Marandola Jr. (2005), Rosendahl (2005), entre outros, que desenvolveram pesquisas sobre a percepção, o espaço vivido, a experiência enquanto aprendizagem, a linguagem, ou seja, conceitos e proposições necessárias para um estudo fenomenológico.

Rosendahl (2005) contribuiu neste viés discursivo, trazendo o conceito de território para o campo subjetivo, simbólico e cultural, desenvolvendo trabalhos do território no âmbito religioso, mostrando que este resulta em um espaço cheio de significados e símbolos, assim Para Rosendahl (2005)

[...] o território, impregnado de significados, símbolos e imagens, constitui-se em um dado segmento do espaço, via de regra delimitado, que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social, um grupo humano, uma empresa ou uma instituição. O território é, em realidade, um importante instrumento da existência e reprodução do agente social que o criou e o controla. O território apresenta, além do caráter político, um nítido caráter cultural, especialmente quando os agentes sociais são grupos étnicos, religiosos ou de outras identidades. (ROSENDAHL, 2005, p. 12933)

Conforme Rosendahl (2005), o território possui características simbólicas e subjetivas, resultante da relação homem com o próprio espaço geográfico, considerando este a partir de suas relações socioculturais. Podemos perceber que o território para a autora também terá seu caráter cultural simbólico, como é o caso do uso do território por grupos religiosos, para Rosendahl (1995, p. 64) “O homem consagra o espaço

porque sente necessidade de viver num mundo sagrado. O homem religioso, desta maneira, se exprime sob formas simbólicas que se relacionam no espaço”.

Neste sentido, Rosendahl compreende as possibilidades para estudos fenomenológicos que envolvam o território, visto que o território pode expressar um caráter simbólico, subjetivo e perceptivo, o território suscita nas pessoas sentimentos, identidade, mostrando que há uma dinâmica própria e diferenciada neste seu uso, visto que as pretensões envolvidas nesta instância perpassam aspectos visíveis, passando para o campo simbólico ou descritivo, também explicitado pela autora como *geossímbolos* a partir do autor Bonnemaïson (2002) que segundo ela:

[...] De fato, é pelo território que se encarna a relação simbólica que existe entre cultura e espaço. O território torna-se, então, um *geossímbolo* (Bonnemaïson, 2002 [1981]). Na análise deste geógrafo a territorialidade está fortemente impregnada de um caráter cultural. É por intermédio de seus *geossímbolos* que a religião de um grupo imprime marcas que identificam e delimitam um dado território religioso. (ROSENDAHL, 2005, p.12934).

Muitos dos trabalhos produzidos por Rosendahl é fruto do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Cultura (NEPEC) criado em 1990, coordenado por Rosendahl e Corrêa. O NEPEC tem publicado em português, pesquisas e teorizações muito importantes para a Geografia, de autores de várias nacionalidades (CLAVAL, 2012), resultando na elaboração de algumas obras como: Paisagem, tempo e cultura, publicado no ano de 2004. O enfoque fenomenológico vem contribuindo muito para as reflexões da Geografia, devido ao olhar para as relações indissociáveis do homem com o meio, que procura compreender o espaço vivido, a percepção e a memória na sua relação com os objetos, estando estes numa relação de trocas constantes.

Anne Buttimer (1982) também contribuiu muito com suas reflexões e proposições acerca de aproximações entre a Geografia e a fenomenologia, haja vista que os estudos dos fenomenológicos tem buscado a compreensão da experiência humana no mundo e para Buttimer (1982, p.166) “O geógrafo humanístico, afinado com as vozes do cientista e do filósofo, não pode dar-se ao luxo de ignorar qualquer que possa lançar luz nas complexidades do relacionamento do homem com a terra”.

Buttimer (1982) explica que na Geografia, assim como em qualquer outro ramo do conhecimento que faz parte das ciências sociais, ainda existe uma carência de linguagens e ideias científicas que possam exprimir a experiência humana com o

espaço, mas afirma que os fenomenólogos tem se esforçado nesta tarefa, a partir do estudo intersubjetivo, na busca de tecer um diálogo entre o sujeito e o mundo, ou seja, compreender o seu mundo vivido. (BUTTIMER, 1982). Neste sentido, torna-se importante se debruçar, de forma introdutória, em alguns dos conceitos que geógrafos alinhados à fenomenologia vieram discutindo e que são importantes para tal trabalho, são eles: o “espaço vivido”, a “percepção”, “experiência” e “memória”.

2.2.1 Espaço Vivido

O geógrafo Ângelo Serpa (2013) Fazendo um estudo acerca das perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos aponta como um dos pioneiros na discussão Armond Fremont, que em 1980 lança sua obra: região, espaço vivido. Nela, segundo Serpa, o espaço vivido é traduzido por Fremont como o lugar das representações sociais do espaço, numa relação sociedade – espaço, do cotidiano, da construção tempo-espaço, sem que isto seja olhado de forma objetiva, mas levando em consideração as relações sociais, suas correlações na construção deste espaço, para que se possa pensa-lo e atuar sobre ele no tempo presente. (SERPA, 2013)

Assim como Serpa (2013), Claval (2011) também mostra os trabalhos de Fremont como precursor nas discussões acerca do espaço vivido, que traz a discussão de experiência vivida dos sujeitos com seu espaço, afirmando que as suas vivências mostram-nos as realidades regionais. Tais vivências com o espaço, segundo Claval (2011) não devem ser buscadas contando aos sujeitos sobre o seu próprio espaço mas buscando estas informação com os próprios sujeitos que as vivenciam cotidianamente.

Neste sentido, analisar as vivências dos sujeitos com seu espaço deve fazer com que antes de tudo este espaço lhe seja cotidiano, que haja uma ligação de lembrança, de memória, que leva este sujeito a pensar no futuro do próprio espaço, uma preocupação de que este seja protegido, guardado, e cuidado. Somente há esta preocupação se houver uma ligação mínima do sujeito com o lugar, mesmo que ele não o habite, mas há a necessidade de tê-lo experienciado, para aflorar sua consciência.

Como vimos o espaço vivido é estudado por geógrafos, apesar de ser discutido por filósofos como Merleau-Ponty (1945) que segue uma tendência fenomenológica na compreensão das vivências dos sujeitos enquanto corpo no mundo, geógrafos posteriores como Yi-Fu Tuan (1980); Jean Gallais (1998); Sauer (2004); entre outros, vão resignificar este conceito para pensar a vivência dos sujeitos com seu espaço,

levando em consideração os aspectos subjetivos e intersubjetivos na relação sujeito-espço. Neste sentido traremos uma sucinta discussão às reflexões de Merleau-Ponty para posteriormente discutirmos as considerações por Jean Gallais (1998) sobre espaço vivido.

Uma das grandes contribuições de Merleau-Ponty foi concernente ao estudo das relações do sujeito enquanto “um corpo no mundo”, para o autor o corpo seria o próprio sujeito, inexistindo, sujeito sem corpo, este corpo é o intermediário da consciência para o objeto, ele é nas próprias palavras de Merleau-Ponty (2006, p. 212):

[...] Um conjunto de significações vividas que caminha para o seu equilíbrio. Por vezes forma-se um novo nó de significações, nossos movimentos antigos integram-se a uma nova entidade motora, os primeiros dados da visão a uma nova entidade sensorial, repentinamente nossos poderes naturais vão ao encontro de uma significação mais rica, que até então estava apenas indicada em nosso campo perceptivo ou prático, só se anunciava, em nossa experiência por uma certa falta e cujo organismo reorganiza subitamente nosso equilíbrio e preenche nossa expectativa cega.

Como podemos notar, este equilíbrio discutido pelo autor seria resultante da dialética do corpo vivido (sujeito) com o mundo (objeto), mas que sempre estaria buscando uma nova vivência, ou uma nova troca entre a “polaridade universal” e a “polaridade particular”. Podemos também analisar que Merleau-Ponty (2006) esboça características existencialistas nas suas discussões, pois apresenta uma preocupação com os fatores existenciais do homem na sua relação com o mundo exterior, lembrando que para ele não há um homem interior, nós seríamos toda exterioridade que experienciamos, pois, segundo ele:

O pensamento não é nada de interior, ele não existe fora do mundo e fora das palavras. O que nos engana a respeito disso, o que nos faz acreditar em um pensamento que existiria para si antes da expressão, são os pensamentos já constituídos e já expressos dos quais podemos lembrar-nos silenciosamente e através dos quais nos damos a impressão de uma vida interior. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 249)

Com isto Merleau-Ponty (2006) dá grande importância a história, as vivências, as linguagens e as experiências do Eu com o mundo, uma vez que “o mundo não é aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo comunicando-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo ele é inesgotável,” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 14), portanto, se determinado sujeito não experienciar ou vivenciar de

alguma forma determinado objeto, como por exemplo, o Patrimônio Cultural de sua cidade, o mesmo não fará parte de suas lembranças, ou de seu mundo.

Outro autor que também contribuiu com as discussões acerca do espaço vivido foi o geógrafo Jean Gallais (1926-1998), o qual, dentre suas pesquisas, estudou as percepções de diferentes povos africanos em relação ao seu espaço vivido. O autor observou que a visão do pesquisador do espaço de outrem acaba sendo limitada, porquanto o pesquisador não possuiria uma vivência concreta e cotidiana com tais espaços, diferentemente daqueles sujeitos *autóctones*, que vivem cotidianamente determinado espaço, assim, Gallais (1998 p. 12-3) afirma que:

Para o geógrafo objetivo, a Amazônia é uma planície baixa, monótona, de cobertura vegetal muito uniforme e condições climáticas comuns. Entretanto, o amazonense vê variedade nos tipos de esteiros: vários termos possuem valor geográfico para uma mesma classificação. Uma diferença de nível de um ou dois metros é suficiente para diferenciar os meios, mudar o tipo de floresta e, portanto, os recursos essenciais da região resultantes da colheita.

Deste modo, quando buscamos compreender as dinâmicas dos espaços, seria imprescindível a visão dos sujeitos que habitam no local e não somente a visão do pesquisador. O espaço vivido para Gallais (1998) seria a real percepção do sujeito que o vivencia e a visão do pesquisador deve estar sobreposta às vivências em sua essência dos nativos do lugar, “o reconhecimento desta visão subjetiva, inevitavelmente imperfeita para um estranho, pode ser facilitado pelo vocabulário tradicional de valor geográfico, revelador dos prismas utilizados” (GALLAIS, 1998, p. 13).

Os estudos desenvolvidos por Gallais (1998) revelam o quanto essa vivência com o espaço remete a algo subjetivo e que o conhecimento real com tal espaço se daria a partir destas experiências, que são significativas e que passam a fazer parte dos próprios sujeitos, enquanto legado sociocultural. O autor vai frisar a relevância da consideração do conhecimento experiencial, esboçando posteriormente o dever do geógrafo analista neste sentido, de compreender seus limites em espaços não vivenciados em seus processos, sendo necessário recorrer aos sujeitos pertencentes ao território, passando a considerar no estudo do espaço as vivências que o permeiam cotidianamente para sua construção. Assim, nas próprias palavras de Gallais (1998, p.14), ele afirma a que:

Para um geógrafo preocupado com o desenvolvimento, ou melhor, com as modalidades espaciais da inovação e da difusão do desenvolvimento, o espaço vivido de cada indivíduo ou de cada grupo corresponde à área das mudanças que têm valor exemplar. É justamente dentro dos limites que cercam sua própria modalidade, suas relações sociais, a extensão de suas informações e sua geografia afetiva.

O geógrafo, neste sentido dado por Gallais (1998) tem a necessidade de considerar o espaço vivido do sujeito em seus estudos, mediante o amalgama de conhecimento já construído, na qual pode ser buscada a partir da percepção de tais sujeitos. Assim como Gallais (1998) o autor Tuan (1980) também dedicou parte de seus estudos as vivências dos sujeitos com o lugar, explorando mais a fundo a questão da percepção e da experiência dos homens e seus espaços.

2.2.2 Percepção

Assim como o espaço vivido, a percepção é resignificada, tanto pelos fenomenólogos assim como por geógrafos que seguem tal tendência. Os estudos sobre a percepção em relação à paisagem, o mundo, o espaço, é estudado pelo filósofo Merleau-Ponty (1945), e também pelo geógrafo Yi-Fu-Tuan (1980, 1983), discussões as quais tem ramificado em muitas outras reflexões atuais, podemos citar Froner (2010), e Perius (2012).

Merleau-Ponty (2006) estudando o conceito de percepção, nos mostra que esta possui um caráter intersubjetivo, esta intersubjetividade apresentada por ele é a objetivação da subjetividade que ocorre no momento em que a minha universalidade encontra a universalidade do outro, pois para ele a consciência do mundo não é uma consciência particular, mas construída também pelo olhar do outro. Segundo Merleau-Ponty (2006, p. 09),

Até hoje, o *cogito* desvalorizava a percepção de um outro, ele me ensinava que o Eu só é acessível a si mesmo, já que ele *me* definia pelo pensamento que tenho de mim mesmo e que sou evidentemente o único a ter, pelo menos nesse sentido ultimo. Para que outro não seja uma palavra vã, é preciso que minha experiência nunca se reduza a consciência que tenho de existir que ela envolva também a consciência que dele se possa ter, portanto, minha encarnação em uma natureza e pelo menos uma possibilidade de uma situação histórica. O *cogito* deve revelar-me em situação, e é apenas sob essa condição que

a subjetividade transcendental poder á, como diz Husserl, ser uma intersubjetividade.

Vale salientar, que este *cogito* trazido por Merleau-Ponty (2006) era o pensar cartesiano, no qual, o sujeito só existe a partir da razão, do pensar, sendo assim, a realidade estaria no eu pensante. Entretanto, Merleau-Ponty (2006) a partir da compreensão de Husserl (1990), mostra-nos que a realidade e o próprio pensar não é algo somente interior, mas exterior a mim. Ela é portanto, inter e subjetiva e é na experiência e na vivência com o outro, com o espaço ou com o mundo que a subjetividade me é transcendente e se configurará pois na intersubjetividade.

Diante disto, podemos considerar que Merleau-Ponty (2006) também partilhava da concepção de fenomenologia da percepção de forma intersubjetiva, ou seja, quando se tem a consideração do ser no mundo não numa concepção individualista, mas da consideração “da experiência do outro na minha” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 18) e as coisas e como eu as percebo não é somente meu pensar, é algo intersubjetivo.

O autor defende então que “a verdade não habita apenas o homem interior, ou, antes, não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 06). Quando Husserl (1975) fala sobre a percepção ele afirma que ela não é a significação das coisas mas é o que possibilita visar as coisas, como um ato, por isso que a significação não está na percepção mas no movimento de visar as coisas a partir de si.

Tuan (1980) estudou as relações afetivas do homem com o lugar, as quais denominou de Topofilía, que para ele traduz a ligação afetiva entre a pessoa e o lugar. A percepção proposta por Tuan tem um sentido de experiências do que é significativo em nosso campo de visão externo, sendo este olhar “enraizado na cultura”. Podemos perceber, assim, os nexos que o autor constrói mediante a percepção, que é um dos conceitos chaves de seu livro: Topofilía. O autor se dedicou ao estudo do espaço vivido com distintas culturas, para compreender suas formas de ver e perceber o seu próprio espaço, mostrando assim como Gallais (1988) que a visão de um nativo jamais igualará a de um turista que está visitando o lugar.

2.2.3 Experiência

Assim como Percepção, Experiência também é um conceito considerado relevante para a Geografia. O nosso olhar acerca de uma paisagem ou determinado objeto, Território e sua Territorialidade é incidido concomitantemente pelo que chamamos de experiência.

Na compreensão da experiência, haveria a possibilidade de que houvesse uma semelhança com o conceito de espaço vivido, porém são conceitos diferentes, pois o viver ou a vivência do espaço remete ao que é cotidiano, aos laços com o território na sua construção, enquanto que a experiência é algo passageiro, transitório. A discussão acerca das relações do homem com o espaço, desta experiência é discutida por Eric Dardel (2011) na obra “O Homem e a Terra”, principalmente quando retrata o espaço telúrico. Segundo Dardel (2011):

Há uma experiência concreta e imediata, onde experimentamos a intimidade material da “crosta terrestre”, um enraizamento [...] imagens que chegam primeiro como sensações táteis ou como manifestações visuais de uma intimidade substancial, antes de se decantar em ideias ou em noções.

Esta experiência com o espaço, reflete um olhar inicial, não aprofundado, de observação, haja vista que se experiência algo que lhe é desconhecido, é neste sentido que a experiência dá lugar a inquietação, indagação, para somente posteriormente fazer a ligação com conhecimentos já adquiridos de outros lugares e assim seja possível analisar e melhor compreender a realidade que está sendo conhecida. Para Claval (2011, p.228)

Os nossos sentidos falam-nos dos lugares, no encantamento que há nos jogos da luz e na fragrância de seus perfumes. Esses elementos de decoração encontram-se intimamente associados, nas nossas lembranças, aquilo que nós tivemos experimentado, descoberto, vivido.

Sem este olhar para a experiência dos sujeitos com o espaço não poderíamos compreender o real sabor que existe no olhar, na representação e vivência com este espaço e como é construída suas territorialidades, também compreender e analisar o que envolve esta experiência, as intencionalidades envolvidas. Visto que, o olhar faz a

associação com a lembrança, rebatendo com outras experiências. Segundo Tuan (1983), o conceito de experiência vai estar diretamente ligado ao aprender, que para ele seria estar criando e recriando a partir da experiência. Assim, para Tuan (1983, p. 09):

Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização.

Desse modo, podemos observar que Tuan (1983) compreende que o sujeito participa ativamente do processo de apreensão das coisas exteriores a ele, sendo apenas necessário que ele esteja motivado à esta apreensão, questões já expressadas por Husserl (1990) quando discutiu a indissociabilidade na relação sujeito-objeto no apreender das coisas, observando que a importância do sujeito é tanto quanto a do objeto nesta relação, visto que o objeto é envolto em muitas intencionalidades e a experiência do sujeito com o objeto deverá buscá-las com olhar investigativo e o seu olhar estará também carregado intersubjetivamente por seus saberes.

Para Tuan (1983) o espaço deve ser analisado a partir das relações intersubjetivas do sujeito com o seu meio, ou lugar/espaço; dentro de suas concepções a Paisagem é considerada não só em sua materialidade, mas também na sua forma imaterial, experiencial, pela visão do mundo que “é parcialmente pessoal, em grande parte social” (TUAN, 1980, p. 04), que o sujeito pode assumir, transformando em símbolos, aquilo da realidade humana que lhe é significativo. Segundo Tuan (1980, p. 166):

Um símbolo é um repositório de significados. Os significados emergem das experiências mais profundas que se acumularam através do tempo. As experiências profundas têm muitas vezes um caráter sagrado, extra-terreno, mesmo quando elas se originam na biologia humana. Quando os símbolos dependem de acontecimentos singulares, eles devem variar de um indivíduo para outro e de uma cultura para outra. Quando se originam em experiências comuns da maior parte da humanidade, eles têm um caráter mundial.

Como podemos analisar, a partir de Tuan (1980), para que algo da realidade seja considerado simbólico por determinados indivíduos ele deverá acoplar significados, pois os símbolos estão carregados de significados, de experiências marcantes e

profundas. No caso do lugar, ele não é apenas o que vemos, mas o que vivemos. Para Merleau-Ponty (2006) o que importa é a experiência real, aquela descrição fiel, sem a qual, nós, enquanto observadores, não podemos expressar nossas opiniões individuais. Somente após descrevê-las podemos separadamente evidenciar os sentidos e significados encontrados no próprio discurso descrito em relação ao objeto estudado.

Neste sentido, enquanto pesquisadora dentro do fazer geográfico, tendo a experiência com o local da pesquisa, sendo este inicialmente a mim desconhecido, o olhar primeiro foi de observação da paisagem, buscando conhecer, tentando compreender as intencionalidades em que estariam envoltos os objetos observados.

A experiência é este olhar de busca, de conhecimento, que tenta compreender a realidade que se olha, que se experimenta, o olhar, o tato, o cheiro, e o sabor afloram quando estamos a experienciar e como foram sendo realizadas experiências constantes com o local, este, passou a ser objeto da minha memória, enquanto vivência. É neste sentido que buscaremos compreender como tem se dado a experiência dos sujeitos que visitam nosso espaço de pesquisa.

2.2.4 Memória

A compreensão do que é memória está intrínseca às discussões sobre percepção, espaço vivido e experiência, pois, é a partir da memória que podemos apreender a realidade, é o que ajuda a nos organizarmos no espaço e no tempo. Como discutimos a partir de Husserl (1990) e de Merleau-Ponty (2006), não há em nós um sujeito interior, nós somos “tudo” que nos rodeia, neste “tudo”, estão as nossas memórias das vivências, experiências que fazem com que possamos retomá-las a partir da própria realidade, em forma de lembranças.

Segundo Halbwachs (2006, p. 59) “A lembrança está ali, fora de nós, talvez dispersa entre muitos ambientes. Se a reconhecemos quando reaparece inesperadamente, o que reconhecemos são as forças que a fazem reaparecer e com as quais sempre mantivemos contato”. Assim, nós só conseguiremos retomar as lembranças de algo quando temos o contato com o que faz lembrar este algo, que está guardado na memória, a qual acumula parte de nossas experiências, ou as mais significativas para nós. É só a partir desse acúmulo de experiências na memória que

podemos pensar o futuro, a partir tanto da memória do presente como do passado, analisando e revendo os fatos vividos, para construção do novo.

Halbwachs (2006) mostra que temos ao mesmo tempo memórias individuais e memórias coletivas, onde as memórias individuais “não estão inteiramente isoladas e fechadas. Para evocar seu próprio passado, em geral, a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras e se transportar a pontos de referência que existem fora de si” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Assim, podemos perceber que a memória mesmo sendo individual é intersubjetiva, pois são construídas a partir da memória de outros sujeitos, entretanto, na memória coletiva “sou obrigado a me remeter inteiramente à memória dos outros, e esta não entra aqui para completar ou reforçar a minha, mas é a única fonte do que possa repetir sobre a questão” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Desta forma, a discussão da memória, remete também ao conhecimento cultural, visto que ela está intrínseca na sua construção a um conhecimento coletivo, a uma identidade coletiva, pois a cultura segundo Claval (2007, p. 65) “tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram”, porém apesar da cultura ter suas raízes no passado, a memória coletiva está sempre vinculada ao presente, aos olhares atuais sobre os acontecimentos atuais levando-se em consideração as memórias para poder se situar no espaço-tempo, pois “no fundo não é senão a consciência que temos a cada instante de pertencer ao mesmo tempo a diversos ambientes – mas ela só existe no tempo presente.” (HALBWACHS, 2006, p. 64).

A memória é importante, pois ela faz este registro das nossas experiências do passado, ajudando-nos a pensar a nossa realidade presente e é o que também influenciará a nossa percepção, pois o nosso olhar se fixará ao que nos faz lembrar no tempo presente algo da realidade vivenciada no passado e que de alguma forma ainda nos é significativo e prende a nossa atenção, produz em nós algum sentimento, significância, identidade, que é sobretudo coletiva. Neste sentido, segundo Abreu (1998, p. 12):

A memória, já sabemos, tem uma dimensão individual, mas muitos dos seus referentes são sociais, e são eles que permitem que, além da memória individual, que é por definição única, tenhamos também uma memória intersubjetiva, uma memória compartilhada, uma memória coletiva.

A memória apresenta assim uma intersubjetividade, entretanto, vale salientar que mesmo quando ela é coletiva ainda assim é singular, pois cada sujeito possui uma carga de apreensões da realidade armazenadas na memória e que, portanto, não são homogêneas, ou seja, ninguém vive as mesmas experiências no passado ou não as vivem da mesma forma, os olhares para uma mesma realidade ou acontecimento no presente podem divergir, mediante as vivências do passado.

Assim, analisamos a partir destes fatores como tem se dado a territorialidade dos Patrimônios Culturais do bairro do Jaraguá pelos sujeitos que moram, trabalham ou visitam tal espaço, a partir de observações e entrevistas discutimos e analisamos como os sujeitos experienciam, vivenciam e percebem as ações territoriais voltadas para o bairro quanto ao seu acervo Patrimonial.

3. AS POSSIBILIDADES DE APREENSÕES DA PAISAGEM E DO TERRITÓRIO

Para compreender os conceitos de Paisagem e Território, tornou-se relevante explicitar nossa compreensão acerca de tais conceitos, que seguem a mesma linha discursiva do capítulo anterior, focalizando as relações subjetivas e perceptivas da sociedade com o território, estando expressas na paisagem. Tecemos uma discussão geográfica a partir de conteúdos teóricos que se propõem a tal pretensão.

Adotamos, pois, neste trabalho, a concepção de Paisagem Cultural como forma de entender a concepção de Patrimônio cultural, a partir da definição dada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nas quais, encontramos embasamento teórico a partir das concepções de Paisagem de Dardel (2011), que só começam a serem mencionadas em outros trabalhos a partir da década de 1970, momento em que houve uma compreensão fenomenológica nos estudos geográficos. A obra de Dardel vem influenciando o pensamento de alguns geógrafos, como: Tuan (1983) e Marandola Jr. (2005), além de pesquisadores de outras áreas, como: Besse (2011) e Holzer (2004).

Nossas considerações acerca de Território segue uma dimensão cultural (Haesbaert, 2007), visto que possibilitou compreender como os Patrimônios edificados do bairro do Jaraguá-Maceió-AL simbolizam, representam e são apropriados por sua comunidade. Para tal intento nos baseamos em autores como Bonnemaïson (2002) e Holzer (2004), a fim compreender a territorialidade do Patrimônio cultural do bairro do Jaraguá-Maceió-AL

3.1 A PAISAGEM COMO POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A paisagem é considerada pelos geógrafos, como um dos conceitos-chave para compreensão do espaço geográfico, ela tem se tornado campo de muitas discussões, haja vista que ela é histórica, construída socialmente e possui também intencionalidades. Uma das vertentes compreensivas que pretendemos abordar é a de paisagem cultural, que além de ser debatida e analisada por geógrafos, conforme nos mostra Weissheimer (2012) ela faz parte das discussões acerca de Patrimônio cultural no Brasil e em outros países, pois ela tem sido considerada importante quanto a sua preservação, por agregar memória, identidade, expressões da ação humana no espaço.

A Portaria de nº 127/2009 instaurada pelo IPHAN (2009) é um instrumento que estabelece a definição do que seria considerado enquanto paisagem cultural brasileira, sendo esta “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009, p. 02). Neste contexto, a paisagem é reconhecida como marca e expressão identitárias, tornando-se herança cultural, aspectos importantes na consideração do que seria o Patrimônio Cultural pelo próprio IPHAN (2006, p. 7), justificando que:

As heranças culturais são importantes porque revelam o passado de uma população, ou seja, através desse patrimônio podemos conhecer as histórias, os modos de viver, as expressões artísticas que são próprias de cada grupo, e que os diferem entre si. Portanto, este patrimônio é importante não apenas para uma pessoa, mas para toda a coletividade. [...] patrimônio cultural [...] faz referência à memória, a história e a identidade de um povo.

Observa-se que o conceito de Paisagem cultural e o de Patrimônio Cultural estão bastantes ligados, visto que o que está em foco é a compreensão da sociedade a partir de seu espaço, que deve ser preservado em cada paisagem um referencial à identidade, à história e à memória de um coletivo. Tal compreensão de paisagem cultural, segue a mesma linha de pensamento feita por Dardel (2011). Para o autor, a paisagem congrega os elementos do espaço geográfico, que cerca o homem, e que está em torno dele e “muito mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto,

uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma “impressão” que une todos os elementos” (DARDEL, 2011, p. 30).

A paisagem, neste sentido, congrega a própria relação homem-terra ao longo dos tempos, de muitos modos de vivências, as quais, a tentativa de compreender estas relações resulta em interpretações e horizontes da realidade, de como a vemos e percebemos. Assim, Dardel (2011, p. 31) afirma que:

A paisagem se unifica em torno de uma tonalidade efetiva dominante, perfeitamente válida ainda que refratária a toda redução puramente científica. Ela coloca em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a terra, ou se preferirmos sua *geograficidade* original: a terra como lugar, base e meio de sua realização.

Tal colocação permite compreender que a relação homem-terra não está somente congregada à paisagem, mas está no cerne de sua construção, pois a terra enquanto lócus da realização humana, pelos atos intencionais, expressa segundo Dardel (2011) uma tonalidade efetivamente dominante e é na paisagem que podemos observar tais nuances. Para Dardel (2011) a geografia pode ser reveladora do ser humano, sua existência e totalidade, “inscrita no solo e na paisagem, a própria concepção do homem, sua maneira de se encontrar, de se ordenar, como ser individual ou coletivo” (DARDEL, 2011, p. 31). Por isso, o ser humano criou suas formas e instrumentos para poder preservar aquilo chamado de espaço geográfico, seja no sentido material ou imaterial, pois:

Esse Patrimônio cultural é dinâmico. Ele se modifica ao longo da história. Assim, o que cada geração cria e recria é transmitido para as gerações futuras. Nesse processo, aperfeiçoamos nossos conhecimentos, ideias, valores, adquirimos novas formas de expressão e preservamos aquilo que consideramos fundamental para nossa vida (IPHAN, 2006, p. 9).

A paisagem enquanto Patrimônio Cultural é esta tentativa do ser humano de se ordenar no tempo e no espaço, é buscar compreender a si enquanto coletivo. Neste sentido, a paisagem em Dardel (2011) é um campo para muitas reflexões, ela pode ser vista a partir do próprio imaginário, percepção, vivência ou a partir das ligações históricas do homem a terra na construção do espaço geográfico, podendo ser perceptível nas paisagens. Para a análise de uma paisagem deve-se compreendê-la a

partir de seus processos, além de compreender o que ela expressa para os sujeitos, pois segundo Dardel (2011, p. 31):

A paisagem não é um círculo fechado, mas um desdobramento. Ela não é verdadeiramente geográfica, a não ser pelo fundo, real ou imaginário, que o espaço abre além do olhar. [...] A paisagem é um escape para toda a terra, uma janela sobre as possibilidades ilimitadas: um horizonte. Não uma linha fixa, mas um movimento, um impulso.

Sendo assim, uma só paisagem pode expressar diferentes significados, diferentes visões, abrindo muitos horizontes. Ela não é estática, ela é uma construção, que está sempre em modificação a partir da própria relação dos sujeitos com ela, por isso no estudo da paisagem são valorizadas a experiência, a vivência e não somente um olhar científico, que a objetiva, mas um espaço vivido, que permite representá-la e buscar interpretá-la.

Tal visão acerca da Paisagem apresenta uma compreensão fenomenológica, da busca pela essência da experiência do/com o mundo, na qual se chegaria a partir da redução eidética, que seria o colocar em parênteses o que é significativo em um discurso sobre determinada paisagem, que serão horizontes interpretativos para que se cheguem às essências de vivências com a própria paisagem. Para Dardel (2011, p. 32):

Há na paisagem uma fisionomia, um olhar, uma escuta, como uma expectativa ou uma lembrança. Toda espacialização geográfica, porque é concreta e atualiza o próprio homem em sua existência e porque nela o homem se supera e se evade, comporta também uma temporalização, uma história, um acontecimento.

Podemos perceber que o autor dá uma importância à paisagem enquanto aparência, “imagens que chegam primeiro como sensações táteis ou como manifestações visuais de uma intimidade substancial, antes de se destacar em ideias ou em noções” (DARDEL, 2011, p. 15), pois ela possui formas, que são expressas a partir do nosso olhar sobre ela, sendo assim, ela possui uma dimensão que é material.

Posteriormente, coloca a importância da paisagem enquanto vivência e relação, pois não somente temos um olhar sobre ela como também somos parte desse olhar, desse processo de construção da própria paisagem. Assim, a paisagem dá-se enquanto um bem cultural, pois, “todo bem cultural tem uma dimensão material e imaterial. A dimensão material está no objeto em si, nos seus materiais, formas e cores. Há também

os bens que não são palpáveis: festas, celebrações costumes, tradições” (IPHAN, 2006, p. 9). Assim, segundo Dardel (2011, p. 32):

A paisagem não é somente “paisagem da história”, campo de batalha ou cidade morta. A paisagem pressupõe uma presença do homem, mesmo lá, onde toma a forma de ausência. Ela fala de um mundo onde o homem realiza sua existência como presença circumspecta e atarefada.

A própria paisagem do bairro Jaraguá, recorte de nossa pesquisa, demonstra bem tais afirmações trazidas pelo autor, haja vista que foi um dos bairros maceioenses onde ocorriam atividades econômicas, principalmente em razão de seu porto, que agregava muitos trabalhadores nas atividades de exportações, seus armazéns, a Associação Comercial dos Trabalhadores de Alagoas, o Consulado Provincial, onde também, passou a funcionar como alfândega.

Apesar do porto ainda continuar funcionando, o bairro possui uma configuração e dinâmica diferentes dos tempos passados, percebendo-se ainda em cada prédio, nas paisagens do bairro, a presença dos sujeitos que fizeram parte desta construção histórica, a paisagem vai pressupor esta presença do homem, mesmo quando ele não está mais lá.

Conforme o autor ainda acrescenta, mesmo que não se tenha a presença do homem na paisagem, ele está lá, como espaço construído, ou seja, significa que ele não vê a paisagem e as vivências ou realizações humanas como um processo separado, mostra que sua aparência e a existência humana estão profundamente ligadas, pois para Dardel (2011, p. 89) “é necessário, portanto, compreender a geografia não como um quadro fechado em que os homens se deixam observar tal qual os insetos de um terrário, mas como o meio pela qual o homem realiza a sua existência”.

Vale ressaltar que quando fazemos uma leitura da realidade não estamos apenas fazendo uma leitura de sua aparência, fisionomia, mas estamos conjuntamente se realizando, fazendo parte deste processo enquanto vivência, isto se dá de forma dialética, isto porque segundo Holzer (2011, p. 149) “na fenomenologia o processo eidético e o processo experimental não estão ligados por relacionamentos de sucessão. As essências só podem ser vistas a partir da experiência do fato e o fato só pode ser tratado considerando-se a visão das essências”, portanto, a visão de paisagem de Dardel (2011) está imbricada em concepções fenomenológicas, tais concepções estão tecidas nas suas discussões.

Assim, além de uma compreensão fenomenológica ele também tem uma visão existencialista, influenciado em grande parte por filósofos como Merleau-Ponty (1945), na qual sua compreensão de paisagem também segue tal concepção. Para Marandola Jr. (2005, p. 65):

O mundo pessoal é nosso espaço existencial. Desvendá-lo, utilizando-se das representações, dos símbolos, dos laços afetivos com o lugar, das relações fenomenológicas homem-natureza, do imaginário, das relações pensamento-sentimento, como elementos experienciados e sentidos pelo ser-homem e componentes de sua existência é a tarefa a que a geografia se junta, contribuindo com o estudo do espaço existencial.

Podemos, assim, fazer uma reflexão acerca do que é a paisagem neste campo experiencial e de como estudá-la, na perspectiva de saber o que ela representa, e quais as significâncias e símbolos que determinadas paisagens tomam nas relações que os próprios sujeitos estabelecem a partir de sua percepção, vivência. Neste sentido, tentar compreender e analisar os olhares dos sujeitos que vivenciam e experienciam cotidianamente um bairro tombado enquanto Patrimônio histórico e Cultural de uma cidade seja enquanto local de trabalho, estudo ou moradia, é antes de tudo um estudo da paisagem, da experiência e vivência com ela, das significâncias, é uma busca dos laços do homem com seu espaço.

Para Holzer (2000, p. 114) “[...] a paisagem é uma expressão física da ação do homem sobre a natureza, e por extensão, um receptáculo da memória”, ou seja, essa paisagem vai exprimir nos sujeitos que se relacionam com determinados lugares, uma memória. Falar sobre o que uma determinada paisagem representa está no cerne da discussão das experiências e existência do próprio sujeito, sua memória, representações, nos remete a própria construção da paisagem, sua historicidade, sua relação com os seres humanos ao longo dos tempos, questões fundamentais no estudo da paisagem. Mediante isto Holzer (2004, p. 54) salienta que:

[...] sendo a manifestação concreta da relação entre espaço e natureza, a paisagem costuma ser objetivada analiticamente (análise positivista) onde é negligenciada sua existência em primeira instância, ou seja, sua existência enquanto uma relação coletiva (eu diria intersubjetiva), operada pela sociedade que a produz, reproduz e transforma.

O olhar para a paisagem enquanto apenas um objeto, colocando o sujeito fora de sua análise, é um descuido, pois acaba que desconsiderando a própria relação de construção da mesma que é social. Nestas considerações sobre a paisagem não podemos deixar de mencionar que o nosso olhar para ela não deve ser considerado somente subjetivamente, como um olhar solitário, mas uma visão intersubjetiva, onde encontramos a nós mesmos, mas também o olhar do outro imbricado ao nosso.

Conforme afirma Buttner (1982, p. 192) “a noção de intersubjetividade, tomada tanto no sentido de herança cultural como no de interação social, poderia ajudar a unir as dimensões pessoais e coletivas da experiência humana”, e ao considerar a experiência humana em sua intersubjetividade podemos construir um sentido de paisagem mais humana, social, coletiva. Para Callai (2008, p. 99)

A paisagem pode-se dizer, é um momento do processo de construção do espaço. O que se observa é, portanto, resultado de toda uma trajetória, de movimentos da população em busca de uma sobrevivência e da satisfação de suas necessidades (que são historicamente situados), mas também pode ser resultante de movimentos da natureza. Esta paisagem precisa ser apreendida para além do que é visível observável. Esta apreensão é a busca das explicações do que está por detrás das paisagens, a busca dos significados do que aparece.

Podemos compreender a partir de Callai (2008) que a paisagem é histórica, ou seja, construída historicamente. Assim, expressa as crenças, valores, simbolismos. Compreender ou “decodificar” a paisagem e seus significados segundo Corrêa e Rosendahl (2004) é trabalho para geógrafos, os autores também salientam que a Geografia está em toda parte, assim, os sentimentos, relações subjetivas e intersubjetivas do sujeito como os monumentos, Patrimônios, são reveladores do próprio espaço geográfico, da paisagem e da sua construção. Para Holzer (1997, p.09)

A paisagem, assim como o lugar e a região, é um desses termos que permitem à geografia colocar-se como uma das ciências das essências nos moldes propostos pela fenomenologia. Ela nos remete para o “*mundo*” que [...] é um campo que se estrutura na relação do eu com o outro, o reino onde ocorre a nossa história, onde encontramos as coisas, os outros e a nós mesmos. Neste campo de relações o corpo representa a transição do “eu” para o mundo, ele está do lado do sujeito e, ao mesmo tempo, *envolvido* no mundo. O corpo constitui o ponto de *vista* do ser-no-mundo.

Ao estudar a paisagem, estudamos relações, estas, do homem na construção de seu espaço, a partir de seus atos intencionais, agregada a questões inter e subjetivas. Podemos assim compreender como tem se dado tal construção, os significados, reveladores do próprio ser humano, seus símbolos e identidades materializados nas paisagens. O corpo é o que faz com que o homem possa existencialmente estar no mundo, e é dele que poderá partir sua percepção, vivência e experiências com seu espaço.

Assim, quando olhamos para a paisagem de uma cidade, bairro ou lugar visivelmente vemos sua fisionomia, cores, mas é preciso chegar as suas representações, de como as percebemos, seus significados, ultrapassando a paisagem como mera aparência para que possamos compreender a partir da visão dos sujeitos, o próprio projeto de sociedade vigente que se busca, seus processos, dinâmicas, suas intencionalidades na construção do próprio espaço geográfico, que não é feito de forma neutra, ou desinteressada, havendo processos de territorialidades que perpassam a sua construção.

3.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE FUNDAMENTAM ANÁLISE DO PATRIMÔNIO CULTURAL

As discussões sobre território podem delinear múltiplas correntes de pensamentos, o que levou Haesbaert (2007) agrupar tais correntes em três dimensões, sendo elas: a política, a cultural e a econômica. Para cada uma destas, teremos compreensões de Território distintas, delimitaremos-nos, nesta reflexão, apenas ao Território na sua dimensão cultural.

Para Haesbaert (2007, p. 40) o território enquanto cultural “[...] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”, buscando compreender os valores atribuídos ao território pelos sujeitos, enquanto apropriação coletiva a partir das vivências com seu espaço. A cultura de um povo, suas identidades, são por vezes moldadas e operacionalizadas por uma superestrutura política ideológica que poderá se materializar no território a partir de ações territoriais a fim de causar a sua apropriação, dirigindo-o e construindo relações sociais de identidade e de pertencimento. (RAFFESTIN, 1980)

Para Pesavento (2008, p. 4) “a identidade se mostra e se exhibe em ritos e práticas sociais, e se dá a ver, como no caso dos monumentos, feitos para lembrar”, que se materializam no território e passam a fazer parte do espaço vivido dos sujeitos e mais que isto, é o próprio homem que dirige, ordena, controla e recria estes espaços dando-lhes vida e não apenas observando ou apreciando, mas como um corpo no mundo, este sujeito modifica seu espaço, construindo-o e construindo a si próprio.

O espaço é instância para o território, de tal modo que um indivíduo sozinho pode ocupar um espaço sem antes realizar a sua apropriação territorial, ele somente existirá no campo simbólico, de pertencimento e identidade a partir do momento em que houver relações sociais para apropriação através de ações, uso e significados, tais ações no território são chamadas de territorialidade, que geralmente é articulada pelos agentes políticos, que criam instrumentos a fim de controlar e proteger determinado território, ações intencionais, que carregam em si uma perspectiva de sociedade e de mundo, havendo também a face vivida de tais ações.

Por isso, a territorialidade não possui apenas uma face funcional, mas também a vivida, a simbólica, pois existem os sujeitos que vão estar à mercê de tais ações empreendidas no território, no caso do Patrimônio é necessário compreender como esta

territorialidade se dá, como chega a sociedade, quais os significados produzidos? Há uma relação entre os agentes da territorialidade e os sujeitos que vivem o território? Para Raffestin (1980 p. 158-9):

Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se auto modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele.

A territorialidade para Raffestin (1980) está ligada sempre às relações de poder, seja ele simbólico ou material, estarão sempre moldando as relações dos sujeitos entre si e com o mundo, incidindo também, nas suas vivência, a partir de ações governamentais no território, nas relações sociais, porque é antes de tudo, um exercício de poder. A territorialidade de patrimônios edificadas em determinado território, dar-se numa correlação de sujeitos das ações e os sujeitos de sua realização cotidiana social. Assim como nos assevera Costa (2011, p. 06):

Patrimônio, território e memória, mais que encetados pela percepção coletiva e individual, pela consciência ou pela própria ideologia, representam uma conjunção a ser interpelada pelas táticas das governanças urbanas e pelas estratégias de poder; princípio que conduz à concretude da relação sujeito-patrimônio.

Neste sentido, são as ações de territorialidade que moldarão esta relação do sujeito para com o seu patrimônio, por isso devemos compreender estas correlações, suas intenções e seus impactos nas relações para compreender tal dinâmica no território, pois, “[...] O patrimônio em qualquer de suas variáveis, é a síntese histórica das transformações e ressignificações socioterritoriais” (COSTA, 2011, p. 09), sendo assim, não deve ser estudado sem levar em consideração as relações sociais que criam e recriam este território.

Por isso, a territorialidade se dará enquanto processo que se articula nas ações realizadas no território e que vão articular as relações sociais, podendo moradores e trabalhadores de determinado território, modificarem suas ações sem que haja nele mesmo a percepção de tal mudança. Assim, falar em territorialidade é falar de

processos, estando ligadas ao poder simbólico e material, que se dão através das ações no território e do próprio espaço vivido pelos sujeitos, segundo Marandola Jr. (2007, p. 01):

As territorialidades se cruzam, se completam, se sobrepõem ou entram em conflito. Sempre estão orientadas a um uso e a um significado. Não são gratuitas nem inocentes. São múltiplas, complexas, transitórias e permanentes, dependendo dos processos que as produzem e as sustentam.

Há uma intencionalidade na territorialidade, como o próprio autor salienta, ela não é neutra, e precisa ser compreendida no seu processo, o uso e seu significado andam conjuntamente. Afirma-se assim o que falamos anteriormente, tal territorialidade pressupõe além das ações, o significado que ela acarreta aos sujeitos.

O território passa assim, a configurar um campo cheio de intenções, no qual o pertencimento e a identidade de uma sociedade a ele geram ações de proteção e controle, porém é necessário atentarmos para o fato de que a territorialidade do patrimônio exercida pelas políticas públicas buscam, por vezes, impor aos sujeitos um olhar que se distingue da própria realidade de tal patrimônio, por isso a importância de conhecer um pouco de seus processos, a significação e a percepção a partir de sua própria comunidade.

Na concepção de Bonnemaïson (2002, p. 97) “toda cultura se encarna, para além de um discurso, em uma forma de territorialidade”, pois para o autor a concepção de território estará ligada a etnia e a cultura, mostrando que se há um grupo com uma identidade estabelecida, isto pressupõe que haja uma formação territorial e uma territorialidade, isto por que enquanto grupo ou coletividade, há a necessidade de se territorializar, de se fixar a um território, pois “por meio de sua territorialidade um povo exprime sua concepção de mundo, sua organização, suas hierarquias e funções sociais.” (BONNEMAISON, 2002, p. 124).

Mediante a tal compreensão não há um grupo etnicamente estabelecido se não houver um território comum, e processos de territorialidade que articulem e organizem todos os discursos envolvidos culturalmente para controle e proteção do próprio território e suas identidades, sendo necessário compreender se os interesses em tais territorialidades abarcam os discursos de sua sociedade, a partir do próprio imaginário e simbolismo. Porém, como nos advertirá o próprio Bonnemaïson (2012) esta territorialidade apenas não fixa o homem ao seu território, mas também o impele para

além dele, pois “a territorialidade se situa na junção dessas duas entidades; ela engloba simultaneamente aquilo que é fixação e aquilo que é mobilidade” (BONNEMAISON, 2002, p. 99).

A territorialidade busca assim, fazer de seu território algo singular, o sujeito estar fixo ao seu território, sente a necessidade de conhecer outras realidades, isto não é algo alheio à territorialidade, mas produz este contexto não só para expelir seus sujeitos a conhecer novas realidades, mas também para atrair outros sujeitos, haja vista que ela não é, pura e simplesmente, um conjunto de ações no território desprovidas de intenções, mas possui finalidades que podem gerar representações simbólicas.

Sendo assim, os sujeitos só poderão expandir-se primeiramente se suas referências locais estiverem bem estabelecidas, estando territorialmente fixos, neste sentido, haverá uma atração de pessoas que também buscarão conhecer seu território, sua cultura, seus costumes, sua história, por isso, falar em atrativo turístico voltado a questão de Patrimônio seria reconhecer uma territorialidade fixa a partir de sua própria comunidade, segundo Florêncio (2014, p. 27):

Trata-se de partir das referências culturais locais para, por meio delas, acessar processos sociais e culturais mais amplos e abrangentes, em um registro no qual cada sujeito, com base no seu repertório de referências, possa compreender e refletir tanto sobre conceitos inclusivos quanto a diversidade cultural que o cerca.

Por isso, tanto para Bonnemaïson (2002) como para Holzer (1997, p. 08) “a territorialidade não pode ser reduzida ao estudo do sistema territorial, ela é a expressão dos comportamentos vividos, ou se preferirmos, da constituição do mundo pessoal e intersubjetivo”. Nisto, encontramos a importância do estudo do território a partir dos sujeitos que o vivenciam, de como é percebida e sentida as ações de territorialidade pelos sujeitos, pois assevera Paula (2011, p. 05) que a “Territorialidade, comumente, referencia características e dinâmicas daqueles que vivem no território”.

O estudo do território e de suas territorialidades a partir dos sujeitos, das suas percepções, espaço vivido, experiência do território subjetivamente e inter subjetivamente, adentra a geografia quando conceitos da própria disciplina começam a serem discutidos e tecidos numa proposta fenomenológica assim como analisou Paula (2011, p. 12):

Quando os geógrafos se voltam para a apreensão da dimensão vivida da relação homem-espaco encontram na Fenomenologia um esteio filosófico, o qual coloca como o mundo se constitui (o mundo é fenomênico) e que um conhecimento originário dele vem da compreensão da vivência e do modo como os fenômenos ali se originam.

Consequentemente, ao levar em consideração o que a fenomenologia prega, enquanto conhecimento da realidade, ligado às experiências e ao vivido inter e subjetivamente, o território também deve ter este caráter, sendo considerado enquanto repleto de significados, onde, existirá uma dinâmica no processo de territorialidade a qual os sujeitos e suas vivências, experiências neste processo não devem ser desconsideradas, pois o espaço geográfico enquanto conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações (SANTOS, 1999), não deve ser compreendido desprovido das relações sociais que o permeiam. Holzer (1997, p. 08) diz que:

[...] tomando-se os lugares como constituintes essenciais do território, e procedendo-se à investigação dos modos intersubjetivos dessa constituição, estaremos nos proporcionando a tarefa de fazermos uma geografia voltada para a sua essência, a do estudo do espaço geográfico. No caso do território caberia à geografia, juntamente com outras ciências, delinear suas diferenças, a diversidade de suas identidades culturais. Se desprezarmos esta tarefa essencial da geografia, que é de delinear a constituição integral do "*mundo*", reduziremos nossa disciplina, no caso do estudo território, a um mero ramo da etologia.

A crítica levantada por Holzer (1997) busca desmistificar o conceito de território apenas como "terra" mostrando que os lugares constituem o próprio território, e, portanto, sua essência é significativa, simbólica, cultural, ou seja, é preciso compreender as relações dos sujeitos com este território, pois assim, segundo Holzer (1997) atenderemos a um real estudo do espaço geográfico, nas suas relações com os objetos que os cercam, relações indissociáveis, visto que o olhar é intencional.

Portanto, o território, enquanto sentimento de pertença e identidade, conceituado como territorialidade está envolto nas relações sociais com o mundo, está no nosso olhar sobre ele, de onde emanam os imaginários, simbolismos e significados, "[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra [...] como elas dão significado ao lugar" (SACK, 1986 apud HAESBAERT, 2004, p. 2).

Pensando inicialmente a questão do olhar para o Patrimônio histórico e cultural edificado, sua territorialidade, suas dinâmicas e processos nas relações sociais cotidianas, além do significado que tais ações no território têm produzido e as vivências geradas, faz parte da construção de tal territorialidade, pois a “territorialidade diz respeito à dimensão vivida na medida em que denota fatores que acontecem nas relações mais diretas entre as pessoas e o espaço” (PAULA, 2011, p. 05).

A territorialidade assim envolve tanto os agentes políticos responsáveis pela criação de instrumentos para seu controle e apropriação, como por outro lado temos a sociedade que pertence a tal território e que estão envolvidos diretos ou indiretamente neste processo. Pois, como podemos analisar a partir de Raffestin (1993), a territorialidade enquanto poder incide nas relações sociais, modificando tais relações, haja vista que ela não é desinteressada, inocente, sendo necessário compreendê-la a partir dos próprios sujeitos.

Por isso a territorialidade deve levar o sujeito a compreender seu território, se fixar a ele simbolicamente, conhecê-lo e o impelir para além dele, conhecer novas culturas, ou seja, o sujeito conseguirá ultrapassar o que está posto enquanto memória no território, por isso afirma-se que “a territorialidade é uma oscilação contínua entre fixo e o móvel, entre o território que dá segurança, símbolo de identidade e o espaço que se abre para a liberdade, às vezes também para alienação” (BONNEMAISON, 2002, p. 107).

Neste sentido, podemos compreender que a territorialidade é um processo, uma correlação entre ações e vivências que vão construindo o espaço, materializando-se no território. A territorialidade, na discussão de patrimônio cultural, torna-se mais complexa, haja vista que ele representa memória, história, identidade, simbolismo. Este Patrimônio, deve atender a tais princípios, não servindo apenas de espelho, um objeto no qual o sujeito olha e se projeta, mas, que o represente e ao mesmo tempo o transcenda. (CHOAY, 2006).

4. SOCIEDADE, CULTURA E PATRIMÔNIO

O Patrimônio Cultural é o que podemos chamar de aparato sócio histórico cultural produzido/construído pela sociedade, sendo ele, distribuído no território e abarcado na paisagem, há uma necessidade de estudos que possibilitem tal percepção como construção do espaço do homem, como espaço vivido e experienciado, dotado de significados, percepções e envolvimento de ações, sendo estas, políticas, culturais e simbólicas.

Tornou-se importante explicitar o que seria este Patrimônio o qual temos chamado de arquitetônico, material e edificado, compreendendo como ele veio sendo inserido na sociedade, atentando principalmente na sua conjuntura atual, tempo presente.

A discussão que se segue está baseada em autores como Choay (2006) que toma o Patrimônio numa discussão histórica para pensá-lo atualmente, seus paradigmas e impasses, perpassando seu passado para pensar o futuro das cidades, sem estacionar numa cultura Patrimonial que seja estática, imóvel, narcisista. Também faremos uma discussão da perspectiva de Pallasma (2011), que discute uma arquitetura dos sentidos, mostrando a importância de todos os sentidos na experiência do mundo, para transcendência do que se vê, sendo a visão apenas o ponto inicial da experiência.

Trouxemos uma breve explanação discursiva das principais bases normativas que vem regimentando o Patrimônio Histórico Cultural no Brasil, reconhecendo-o enquanto um evento no espaço, haja vista que sua concepção veio se transformando e modificando-se no tempo-espaço, abrangendo novas características, peculiaridades, especificidades, e o que era material não é mais somente material, este, passa a ser carregado de simbolismos, experiências, percepções de um mundo vivido.

Pensando nestas questões empreendemos uma precisa reconstrução histórica de nossa área de pesquisa que compreende o chamado bairro do Jaraguá (Maceió – AL), realizando o levantamento de seu Patrimônio Histórico Cultural Arquitetônico atual, algumas das principais políticas públicas no bairro, entre outras tentativas para territorialidade do bairro compreendendo as ações implementadas, projetos para apropriação e controle de tal território.

4.1 PATRIMÔNIO: UM FENÔMENO SÓCIO-CULTURAL

As discussões sobre Patrimônio não são recentes, a própria expressão já recebeu diferentes sentidos, na sua origem ela esteve “ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.)” (CHOAY, 2006, p.11). Cada um destes adjetivos em torno do Patrimônio delineará um conceito distinto, por isso explicitaremos qual linha de discussão estivemos neste momento a apreender, que foi o arquitetônico, inserido no chamado Patrimônio material.

Podemos perceber assim, que o Patrimônio é um fenômeno sociocultural que pode assumir forma material no espaço geográfico através dos museus, centros históricos, sítios arqueológicos, arquitetônicos paisagísticos (entre outros). Estes locais passaram então a ser alvo de afirmação identitária, nas quais a sociedade passou a criar instrumentos de apropriações e proteção, de territorialidade de tais Patrimônios. Estes locais podem receber restaurações para sua salvaguarda, por isso que apesar das mudanças na cidade estes locais possuem uma permanência, sobrepondo-se às novas construções, entretanto muitos terão novos usos pela sociedade, dispondo novas possibilidades.

O Patrimônio se materializa em uma base territorial, mas dizer que nosso recorte de estudo é o Patrimônio na sua materialidade não significa estudá-lo fora das ações sociais, de seu uso, visto que as relações do sujeito com o mundo são indissociáveis. Por isso, estudaremos o território não somente enquanto base material e sim enquanto identidade, no uso que se faz dele na sua conjuntura atual, considerando que atentaremos neste estudo às relações com o Patrimônio no tempo presente, mas sem esquecer de que a discussão das relações de usos do Patrimônio constituem uma dialética do velho-novo.

Isto porque, a apropriação e proteção dos Patrimônios edificados são uma forma de manter cristalizadas as memórias e lembranças dos modos de vivências antigos, a partir de objetos que façam lembrar. Por outro lado, podem ser protegidos por ações de territorialidade para que aquela cultura, costumes e identidades se perpetue. Por isso, esta cultura poderá se materializar em determinados locais do território e também apresentar-se em sua forma imaterial como cultura viva ainda atualmente, a partir das próprias vivências com estes espaços, podendo ser experienciados. Segundo Pallasma (2011, p.60)

Uma edificação não é um fim por si só; ela emoldura, articula, estrutura, dá importância, relaciona, separa e une, facilita e profunde. O espaço arquitetônico é um espaço vivenciado, e não um mero espaço físico, e espaços vivenciados sempre transcendem a geometria e a mensurabilidade.

No sentido arquitetônico compreendido por Pallasma (2011) faz-nos pensar no Patrimônio edificado como algo que poderia levar o sujeito a partir de suas vivências a um campo mais simbólico, não só da memória, mas também da imaginação, já que o transcende. Logo, este patrimônio não deve ser visto apenas como um artefato do que aconteceu no passado, cristalizando-se no presente e que deve ser copiado nas suas ações e estruturas, ele também pode abrir as janelas para novos horizontes, para pensar a construção do próprio futuro. Assim, o Patrimônio deve ser visto em sua dinamicidade, assim como nos adverte Choay (2006, p.240):

[...] a observação e o tratamento seletivos dos bens patrimoniais, já não contribuem para fundar uma identidade cultural assumida de forma dinâmica. Elas tenderiam a ser substituídas pela autocontemplação passiva e pelo culto de uma identidade genética. Os traços narcisistas que aí existem já devem ter sido notados. O Patrimônio teria assim perdido sua função construtiva, substituída por uma função defensiva, que garantiria a recuperação de uma identidade ameaçada.

Para Choay (2006) Patrimônio tem sua importância enquanto construção social, todavia seu valor diminui no momento em que ele é tomado como resgate de identidade, pois sua riqueza está em dinamizar a própria vivência do espaço para que o sujeito possa perpassá-lo, conhecendo o passado e o presente para construção de seu futuro. Segundo Choay (2006) para não estar fixado neste “espelho do Patrimônio”, o qual é apenas uma fase no processo de vivência, seria um reencontro dos próprios arquitetos com suas competências em edificar e construir.

Segundo Pallasma (2011, p.22) “a difusão cancerosa de um imaginário arquitetônico superficial de hoje, destituído de lógica tectônica e senso de materialidade e empatia é parte desse processo”. Neste sentido, a função dos Patrimônios edificados não deveria levar o sujeito à alienação, mas na apropriação que se faz deles conduzi-los a leituras significativas da realidade, de forma dinâmica. Assim, tanto para quem constrói estes Patrimônios, como quem ensina e faz, atualmente, sua leitura estão todos numa mesma dinâmica de leitura da sociedade, levando-se em consideração o tempo

presente e futuro. O autor Costa (2011) que traz tal discussão sobre o pensar, o ensinar e o fazer envolto na discussão de Patrimônio, afirma que:

[...] a tentativa de leitura de um território (que guarda as materialidades do mundo concreto) representa a possibilidade de esfacelamento e conhecimento do poder e, por assim dizer, democratização do saber. [...] O *pensar*, o *ensinar* e o *fazer* devem convergir para uma única direção: a da vida digna em nossas cidades-patrimônio, de forma a considerar e/ou superar a metamorfose do urbano e a valorar a relação sujeito-patrimônio. (COSTA, 2011, p.09)

Assim não podemos perder de vista a relação sujeito-Patrimônio para a compreensão das ações no território. Por isso, assim como Choay (2006), acreditamos ser importante compreender este processo e não apenas dar nossa aprovação, tendo um olhar investigativo, curioso, para as ações que envolvem o reconhecimento de um patrimônio, buscar os reais olhares, percepções e as experiências vividas com este Patrimônio.

Neste sentido, torna-se importante pontuar um pouco desta trajetória, desde suas origens até o momento em que assume uma proporção mundial e esta concepção chega ao Brasil, tentando mostrar como veio se dando a concepção de Patrimônio na conjuntura Nacional brasileira, suas bases legais e alguns dos principais agentes políticos responsáveis pelas decisões envolvendo a proteção Patrimonial.

4.1.1 Patrimônio Cultural: raízes e parâmetros no contexto mundial

Patrimônio, como nos orienta Funari e Pelegrini (2006) provém de origem latina denominado *Patrimonium*, nomenclatura dada para expressar tudo àquilo que pertencia aos antigos romanos, em específico, ao pai de família, atrelando todos os seus bens, como terras, filhos, esposa, escravos, gados. Neste sentido não havia um Patrimônio coletivo e público, “o patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana. Não havia o conceito de patrimônio público” (FUNARI E PELEGRINI, 2006, p.11).

Somente por volta da Idade Média quando o poder estava nas mãos dos líderes religiosos e dos príncipes, mostra-se uma abertura na consideração do patrimônio “coletivo” com as construções de exuberantes catedrais, que se tornaram objeto simbólico espiritual afetivo para os fiéis, além dos cultos coletivos em veneração aos

objetos sagrados. Vale ressaltar que nesta mesma época muitos papas colecionavam objetos antigos e Segundo Choay (2006) foram eles os responsáveis pelas tomadas de decisões para preservação, restaurações e manutenção das basílicas e outros edifícios antigos presentes na cidade mãe e seu entorno, penalizando os que destruíssem ou derrubassem estas construções, afirmando ser necessário resguardar intactos para as gerações futuras.

Todavia, “os mesmos agentes que se consideram e se mostram tão empenhados na causa da preservação participaram com constância, lucidez e alegria da devastação de Roma e suas antiguidades” (CHOAY, 2006, p. 56-7), ou seja, os papas se valiam de seus poderes para derrubar os edifícios antigos para suas novas construções, nas quais utilizavam restos de materiais das antiguidades destruídas para compor suas catedrais, mantendo um discurso de preservação.

Percebemos assim, que tais catedrais mantinham fortes características aristocráticas na sua organização. Funari e Pelegrini (2006) nos mostram que este domínio religioso somente perderá forças séculos depois com os novos discursos apregoado pelos Renascentistas, em combate ao teocentrismo e a favor dos valores humanos, “o renascimento viria a produzir uma mudança de perspectiva, ainda que o caráter aristocrático fosse mantido, se não mesmo reforçado pelo humanismo nascente” (FUNARI E PELEGRINI, 2006, p.12).

Muitos dos humanistas em desaprovação às construções e feitos da Idade Média em parte pelos papas deram início a uma supervalorização da antiguidade, fazendo uma catalogação de vários objetos antigos e monumentos por toda a Europa, segundo Funari e Pelegrini (2006) eles ficaram conhecidos como antiquariados. Estes, Para Choay (2006, p.59) “contribuem para o surgimento de um novo objeto: reduzido apenas às antiguidades, por e para um público limitado a uma minoria de eruditos, de artistas e de príncipes, ele nem por isso deixa de se constituir a forma original do monumento histórico”.

É neste sentido, que a preservação dos monumentos vai se constituindo. Até por volta do século XVIII, o patrimônio continuou sendo algo bastante restrito e privado tanto pelos papas, como pelos humanistas, antiquariados e aristocratas. É somente com a construção do Estado Nação que este contexto do Patrimônio se modificaria, sobretudo com a Revolução Francesa no final do século XVIII, que após uma vasta destruição de monumentos, como a exemplo, as igrejas que foram destruídas e

saqueadas, houve a necessidade de uma reestruturação e ressignificação destes bens para que houvesse o fortalecimento do sentimento de nação (CHOAY, 2006).

É importante abrir uma ressalva para expor que é a partir do início do século XIX que muitos Franceses conquistam espaço em solo brasileiro, difundindo suas obras de artes, pinturas, obras arquitetônicas. Segundo Oliveira (2008, p.30), “Após 1814, depois da queda de Napoleão, a França intensificou sua presença no Rio de Janeiro [...]. Essa experiência de transplante cultural tornou a França hegemônica culturalmente no Brasil por mais de um século”.

Sabemos que Este vigor Francês pelas artes, pelos edifícios antigos, históricos, foi se constituindo paulatinamente, mas no caso do Brasil isto ocorre como uma esponja numa possa de água, pois os franceses já possuíam uma consideração de monumento histórico enquanto identidade, memória, cultura, ainda que em sua forma mais rústica. A França iniciou a proteção aos monumentos históricos em 1837, quando cria a primeira Comissão dos Monumentos Históricos. Porém sua primeira lei será aprovada somente em 1887.

Em 1889 ocorreu uma convenção internacional que ficou conhecida como convenção de Haia, na qual discutiram e decidiram a proteção dos bens culturais em hipótese de guerra, para que não houvesse uma destruição destes monumentos históricos enquanto memorial de um passado comum, que representava a memória e cultura comum. Em 1890 há a aprovação em Washington na I Conferência Internacional América da união Pan Americana, tomando posição contra o tráfico de bens móveis de valor histórico que resultou em um tratado. Em 1907 ocorre mais uma Convenção de Haia, retomando a luta pela não destruição dos bens culturais em guerra (SILVA, 2008).

A partir de 1928 temos a realização do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), liderado por Le Corbusier, um expoente arquiteto, em seu quarto congresso que ocorreu em Atenas, resultou em um documento que ficou conhecido como Carta de Atenas, idealizando o que seria necessário numa cidade modelo funcional. Um dos itens do documento discutiu a proteção dos bens culturais imóveis, o que promoveu uma ampla disseminação de tal questão, por ser um documento internacional apesar de não governamental mas que estava ligado aos sujeitos que tratam sobre a política de construção das cidades (SILVA, 2008).

Esta proteção só ocorrerá de forma mais incisiva após a segunda guerra mundial principalmente com a criação em 1945 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como sendo um órgão vinculado a

Organização das Nações Unidas (ONU), de caráter governamental e internacional para promoção da Paz, Educação e Cultura. Segundo Silva (2008) a proteção aos bens culturais universais pela UNESCO iniciará entre as décadas de 1950 e 1960. A partir disto, os países começam a dar mais visibilidade aos seus Bens Culturais, principalmente na sua proteção já que era um momento pós-guerra.

Em 1996 a França complementa a lei posterior com a pretensão de tornar o patrimônio mais coletivo para a nação em detrimento da propriedade privada. Isto também ocorrerá em outros países, a exemplo, no Brasil e nos Estados Unidos. (FUNARI E PELEGRINI, 2006). Esta ligação entre a salvaguarda dos monumentos e a afirmação da nação no pós-guerra dar-se-á pelo fato dos objetivos e conceitos de monumentos serem concebidos enquanto memória, sobre o qual Choay (2006, p.18) afirma que:

A especificidade do monumento deve-se principalmente ao seu modo de atuação sobre a memória. [...] esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar [...] o monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo.

Vale ressaltar que não havia diferenças do que se chamava monumento e patrimônio, pois inicialmente eram chamados de monumento qualquer antiguidade, mas tal conceito foi se ampliando e ganhando dimensões planetárias. No século XX podemos reconhecer que há uma expansão das discussões envolvendo a consideração de proteção aos bens culturais internacionalmente.

A UNESCO por meio de seus patrocínios dá suporte a muitas convenções internacionais. Tivemos posteriores convenções de Haia em 1954 e 1999 ainda buscando proteção dos bens em hipótese de guerra, houve também convenções em Paris em 1970 e 1972, convenções da UNESCO em 2001 para proteção do Patrimônio Cultural subaquático, entre outras, como realizações de campanhas de proteção a bens culturais pela UNESCO.

Hoje, ano de 2016, numa proporção planetária, seus objetivos em cada território em específico podem delinear diferentes territorialidades e intencionalidades. Interessamos conhecer como se deu este processo no Brasil e suas principais iniciativas políticas neste contexto de discussões e tomadas de decisões quanto ao Patrimônio Cultural.

4.1.2 As Bases normativas do Patrimônio Cultural brasileiro

Podemos observar que a discussão de patrimônio e sua proteção não é recente, é um processo que chega ao Brasil, em parte, já consolidado pelas ações mundiais, pois suas diretrizes, conceitos e políticas estão atrelados às propostas internacionais já construídas, além da forte presença da Europa na construção da própria nação desde o Século XIX, disseminando suas artes, arquiteturas e seus conceitos de bens culturais. É importante ressaltarmos alguns pontos do processo político inicial quanto aos Patrimônios e sua proteção no Brasil. Segundo Oliveira (2008, p.26):

O primeiro órgão Federal de proteção ao Patrimônio – a Inspeção dos Monumentos Nacionais foi criado em 1934, no Museu Histórico Nacional, por iniciativa de Gustavo Barroso. Esta inspeção atuou sobretudo na restauração de monumentos da cidade de Ouro Preto, considerada desde 1933 a principal relíquia do passado Nacional a ser preservada.

Tal órgão se responsabilizou por este resgate do que foi considerado enquanto memória Nacional, especificamente as políticas responsáveis para dar norte e criar um sentimento de identidade que promovesse a produção de conhecimentos e uma consciência cultural Nacional. Esta tarefa foi dirigida a alguns intelectuais como: Carlos Drummond de Andrade e Gustavo Capanema. Segundo nos explicita Oliveira (2008) foi Gustavo Capanema que solicitou a Mário de Andrade o anteprojeto do SPHAN, o qual repassou este trabalho a Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Por isso, orienta-nos Oliveira (2008, p.118) que “se o anteprojeto foi de Mário de Andrade, o projeto final foi de Rodrigo Melo Franco de Andrade – Lei nº 378, de janeiro de 1937-, que criou o órgão de Patrimônio atrelado ao Ministério da Educação”. Neste mesmo ano, é sancionado o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que constitui enquanto Patrimônio histórico e artístico “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil” (BRASIL, 1937, p.01) a qual foi o primeiro instrumento legal criado no país, para preservação do Patrimônio.

O Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 serviu também para regulamentar o Serviço Nacional do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – o SPHAN (vigente IPHAN), para estar a frente das decisões e ações relacionadas ao Patrimônio do país, como tombamentos, preservação, restauração de bens de valor

Nacional. No ano de 1938 muitas cidades e prédios antigos são tombados pelo SPHAN como a cidade de Ouro Preto já citada anteriormente e também: Mariana, Tiradentes, Diamantina, e durante os anos que seguem muitas outras edificações e imóveis são tombados.

Em 1960 os tombamentos enfrentavam uma nova elite, mais identificadas com outras culturas estrangeiras, não mais a matriz portuguesa (OLIVEIRA, 2008, p.124). Neste sentido, as ações empreendidas desejavam construir um sentimento de identidade brasileira, porém não se valorizava a própria cultura, arquitetura, história ou arte Nacional, ou seja, tínhamos bens tombados que não expressavam a construção histórica e social da própria nação, e como nos mostra Pinheiro (2006, p. 13) as ações empreendidas pelo SPHAN apresentava:

A preferência quase exclusiva por obras grandiosas, isoladas da trama urbana para maior destaque de suas características excepcionais; a preferência pela unidade de estilo, e pelos estilos “catalogados”, conforme critérios eruditos; a primazia da antiguidade do monumento, privilegiando-se decididamente aqueles supostamente dos séculos XVI e XVII - o que gera correlatos como, de um lado, a insensibilidade diante de bens culturais mais “novos” - do século XIX em diante -; e, de outro, a mitificação do passado, em que tudo deve ser indiscriminada e minuciosamente preservado. a inviabilidade do novo em confronto com o passado.

Neste sentido, era necessário haver uma mudança de olhares para o que seria este Patrimônio Nacional, suas especificidades no âmbito brasileiro, para o reconhecimento da própria cultura. Pinheiro (2006) ainda coloca a necessidade de haver uma educação cultural da própria sociedade brasileira, sendo esta uma das soluções a longo prazo exposto pela autora. Paulatinamente veio sendo colocada em foco a consideração do Patrimônio imaterial brasileiro, assim como salienta Oliveira (2004, p.02):

[...] O reconhecimento de que bens protegidos pela união não expressavam a diversidade dos diferentes grupos formadores da nacionalidade, tornou presente a necessidade de organizar no âmbito do Estado, instrumentos legais e institucionais que permitissem a identificação sistemática e a valorização de um conjunto de bens culturais não reconhecidos e para os quais o instrumento já existente para a sua proteção, o Decreto-Lei 25/1937, que organiza o tombamento não se adequa.

A partir de 1970 vamos ter algumas propostas na tentativa de que o patrimônio expressasse a realidade brasileira, sua história, memória, sua arte. Com uma grande pressão ao Governo Militar, os seus olhares se voltaram para a campo cultural e em 1973 foi criado o Programa de Cidades Históricas (PCH) e segundo Oliveira (2008, p.125) “O programa viabilizou importantes iniciativas no campo da preservação do Patrimônio de cidades nordestinas, cujos monumentos, casas, igrejas representassem os ciclos da cana-de-açúcar, do couro e do algodão na região nordeste”.

Cabia então ao PCH fazer a recuperação, restauração, fazendo sempre o acompanhamento, isto contribuiu muito para o desenvolvimento turístico na região Nordeste. Ainda como nos mostra Oliveira (2008, p.125):

Outra importante experiência com consequências na área do patrimônio foi a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975. O cento objetivava mapear, documentar e entender a diversidade cultural do Brasil[...] de 1975 a 1979 foram desenvolvidos pelo CNRC projetos reunidos em quatro programas: artesanato, levantamentos socioculturais, história da ciência e da tecnologia no Brasil e levantamentos de documentação sobre o Brasil.

Estas ações possibilitaram uma melhor compreensão do Patrimônio Nacional, buscando nos edifícios antigos, praças, casas, fábricas antigas, objetos da lembrança e memória. Novos olhares foram sendo dados ao patrimônio brasileiro, tentando fugir de um Patrimônio ufanista, elitista ou europeizado, foi-se caminhando para a diversidade cultural que representa a nação. É no ano de 1979 que é criada a fundação Nacional Pró-memória, a qual temos como dirigente do SPHAN e da nova Fundação, Aloísio Magalhães.

Na gestão de Aloísio, foram consideradas as festas e comemorações como o folclore, enquanto Patrimônio brasileiro, mostrando-os enquanto cultura viva, algo que ainda não se havia discutido. Dentre outros feitos de Aloísio, podemos citar sua proposta pela UNESCO de tombamento a nível mundial da cidade de Ouro Preto, além da consideração da cultura religiosa afrodescendente, fazendo o primeiro tombamento de uma casa de candomblé na cidade de Bahia, além da consideração da cultura indígena. Aloísio trabalhou até 1982, ano de seu falecimento em uma reunião da Unesco em Veneza. (OLIVEIRA, 2008).

A constituição de 1988 vai instituir e instrumentalizar algo que já vinha sendo discutido quanto às manifestações artísticas e culturais e a cultura afrodescendente e

indígenas. A partir disto, o Decreto-Lei 25/1937 foi revisto, mas somente promulgado um novo no ano de 2000 e a cultura imaterial passa a ser considerada também como Patrimônio cultural pelo Decreto-Lei 3551/2000 e do Inventário Nacional e Referências Culturais - IN|RC (OLIVEIRA, 2004). A partir disto muitas das festas, danças, músicas, histórias orais, entre outros, passaram a compor o patrimônio brasileiro, havendo uma mobilização quanto à educação voltada ao Patrimônio.

Um dos materiais pioneiros produzido no país foi o “Guia básico da Educação Patrimonial” escrito por Horta, Grunberg e Monteiro e lançado em 1999 pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN (entidade responsável atualmente por tombamento Nacional). Nela, estão presente algumas intervenções realizadas em alguns locais do Brasil, com moradores de comunidades, bairros e também em escolas com os professores.

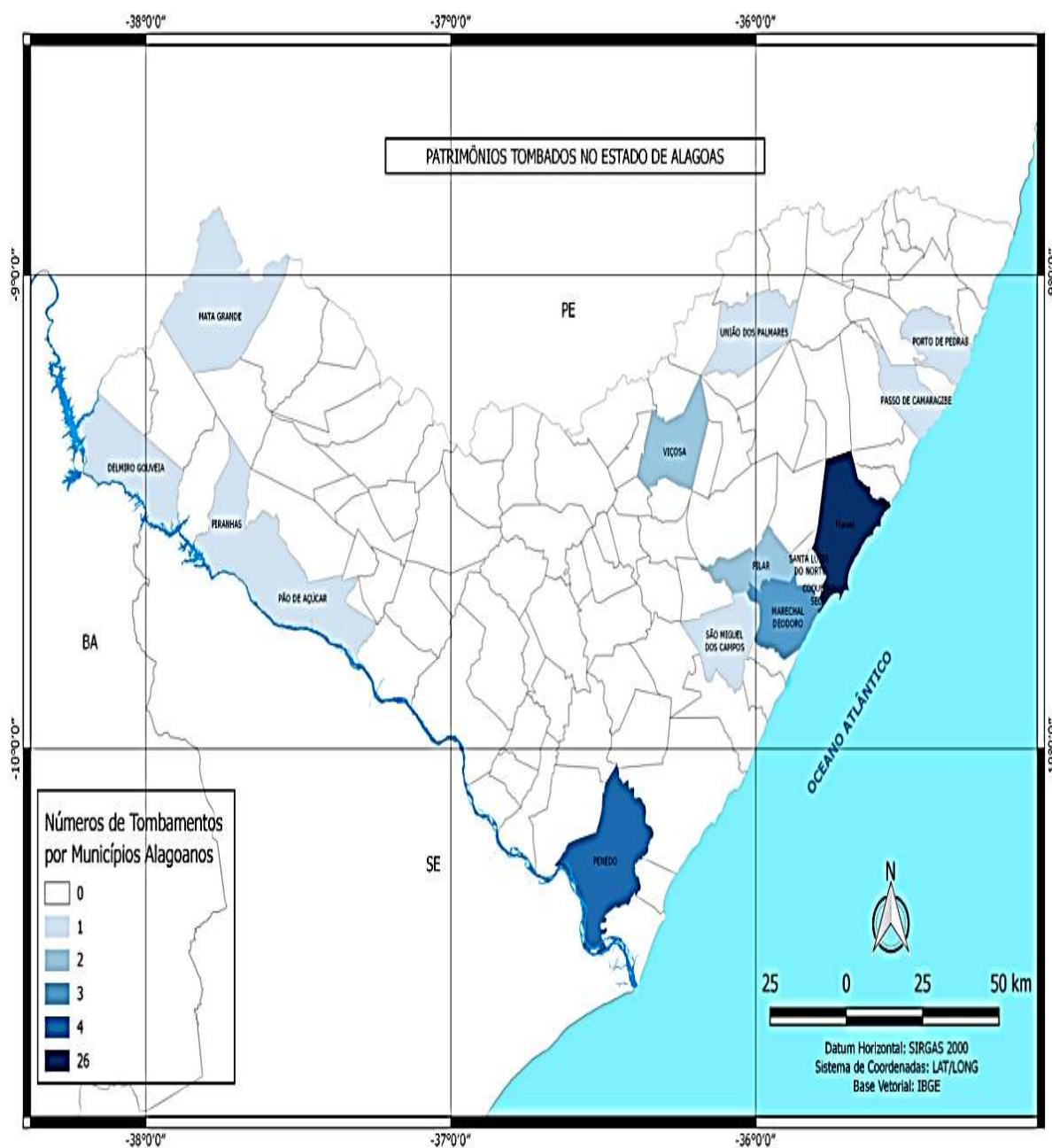
O Patrimônio veio agregando toda uma carga de bens considerados comuns para a nação, os quais, a partir de instrumentos criados legalmente durante um longo processo histórico vem sendo tombados, protegidos, restaurados, refuncionalizados e classificados como Patrimônio histórico Nacional, estando alguns na lista de patrimônio mundial. Cada estado e seus municípios possuem suas especificidades, seus decretos, tombamentos, seus projetos de lei. Interessa-nos conhecer um pouco mais de perto sobre o processo do município onde se encontra nossa área de Estudo, Maceió-AL.

4.1.3 O Patrimônio Cultural e a cidade de Maceió

A paisagem de Maceió traz incorporada às suas edificações, formas políticas, históricas e socioculturais de construção do seu território, por isso a importância de reflexão a partir desta constituição. A partir de Maceió, Alagoas se desenvolveu economicamente, isto deve-se às atividades portuárias na enseada do Jaraguá, sendo um dos motivos que fez com que o título de capital Alagoana fosse transferida para Maceió.

Tal município veio sendo construído e constituindo com uma população bastante diversificada em culturas, pessoas consideradas da nobreza visitaram Maceió, alguns chegaram a se instalar, assim como comerciantes portugueses, muitas das edificações que remontam esta história estão tombadas como patrimônio cultural do Estado. (Ver figura 04)

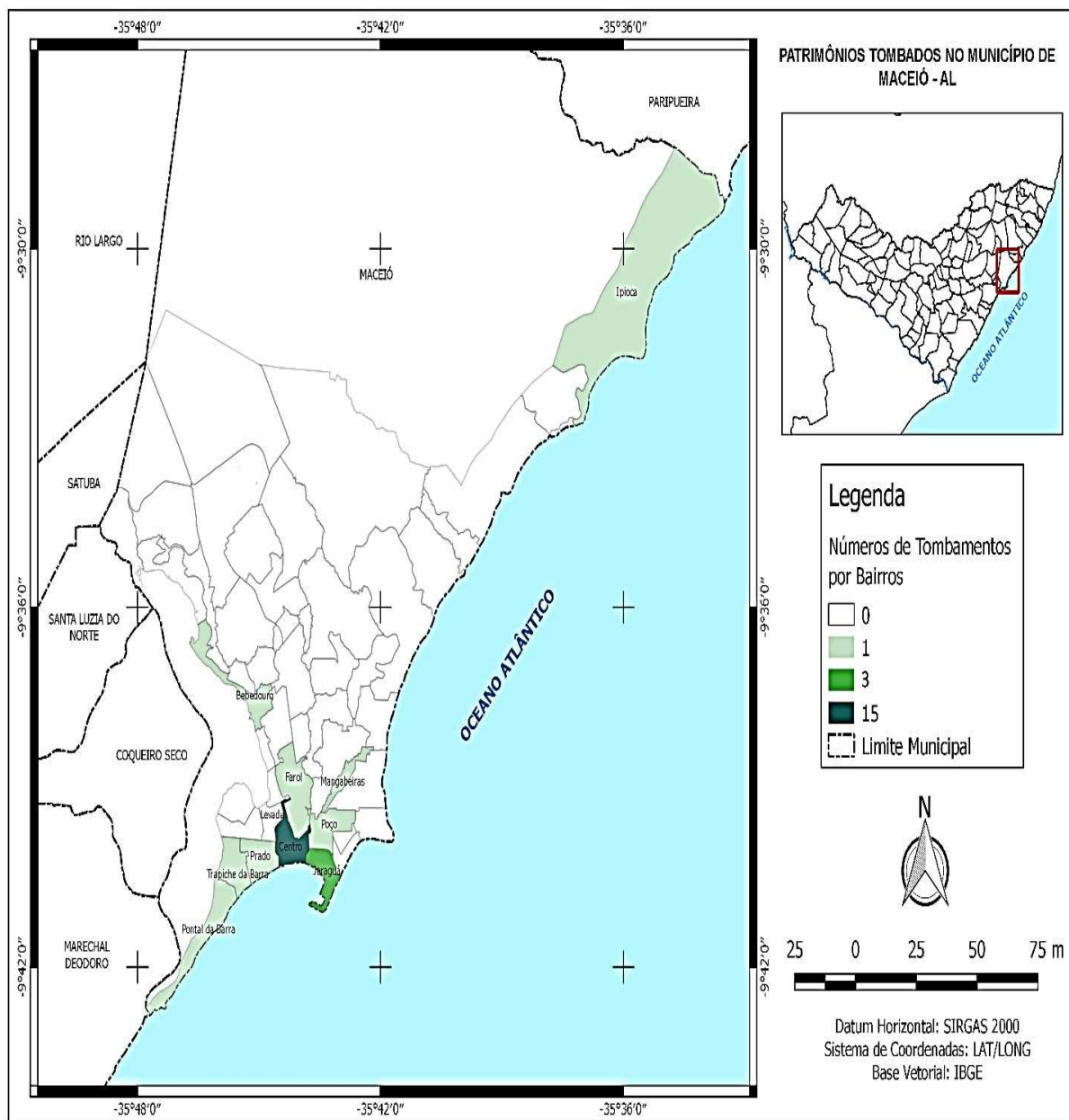
Figura 04 – Mapa dos Patrimônios Tombados no Estado



Fonte: SECULT/AL, IBGE,2015.

Pelo Estado de Alagoas 26 edificações da cidade de Maceió estão tombadas, apesar de não ser o único município a ter bens tombamentos, entretanto é o que mais concentra esta proteção aos bens históricos. Como podemos analisar, enquanto capital, Maceió tem a maior parte destes Patrimônios Tombados, importa-nos conhecer melhor este espaço e como vem se dando o processo de territorialidade destes Patrimônios, principalmente o do bairro do Jaraguá, o qual, como podemos analisar, possui 3 tombamentos a nível Estadual (ver figura 05).

Figura 05 – Mapa dos Patrimônios tombados em Maceió por bairros pelo Estado de AL



Fonte: SECULT/AL, IBGE,2015.

Em Maceió, a área que corresponde ao Bairro Centro (tom de verde escuro) possui cerca de 15 tombamentos de Patrimônios pelo Estado, tal bairro concentra uma maior quantidade de Decretos de proteção ao Patrimônio, porém, o bairro do Jaraguá, como já foi apontado anteriormente, possui 3 Decretos de tombamentos, sendo que, um destes abrange quase todo o bairro, sendo a área onde se desenvolveu, inicialmente, o comércio de Maceió e que trouxe, em parte, ascensão econômica para o bairro, para a

cidade e também para Alagoas. Segundo a fala do Senhor Benedito Amorim³, Coordenador de Cultura da Associação Comercial de Maceió:

[...] Descreveria o bairro do Jaraguá como **um bairro que alavancou todo progresso de Alagoas, que fez surgir a própria capital**, na verdade, Jaraguá precede a capital, até porque , o porto é um porto natural, nós temos um porto com o nome de Jaraguá que é um nome indígena que ninguém nunca tirou, houve na verdade uma lei de Dom José I que obrigou o Brasil a falar português pra não falar a língua Tupi Guarani que era a língua geral no Brasil, ensinada pelos Jesuítas e tudo mais e ele mudou, mas existem nomes que foram dados pelos indígenas e que nunca mudou como o caso de Jaraguá. (Sr. Benedito Amorim, 2015, entrevista transcrita)

Algumas de suas paisagens ainda guardam as marcas do tempo, uma paisagem cultural expressiva de um momento de estruturação econômica Alagoana. Segundo Passavento (2008, p. 05) “As paisagens são também culturais, ou seja, carregadas do simbólico. Se soubermos que em um determinado lugar algo de significativo, marcante ou excepcional ocorreu, este lugar será por nós composto mentalmente como uma paisagem imaginária de sentido”.

Segundo Costa (1981) e Quintela (2014) Maceió historicamente foi se compondo em parte de suas moradias e outras edificações com características burguesas, apesar de que isto ocorre paulatinamente. Um processo que se inicia no século XVIII e ocorre mais explicitamente no Século XIX com o desenvolvimento de seu porto, que faz ampliar as atividades comerciais intensificando a circulação de pessoas tornando-se um bairro boêmio, onde teremos atividades comerciais no turno diurno e pela noite as casas de prostituição.

Posteriormente com o fechamento dos bordéis do bairro no século XX há um esvaziamento da área que era frequentada pelos homens da cidade. Desde o início deste século XXI, tem ocorrido um processo de territorialidade do Patrimônio Histórico e Cultural do bairro, principalmente pelo Poder público através de seus instrumentos legais para tornar o bairro um polo turístico, visto que o bairro representou economicamente o desenvolvimento local e regional, tendo a presença de muitas edificações antigas que remontam esta história de Maceió e também de Alagoas, sendo

³ Entrevista concedida por AMORIM, B. R. de. (coordenador de ação cultura e social da Associação comercial de Maceió). Entrevista I. [ago. 2015]. Entrevistador: Amanda Renata Amorim e Silva. Maceió, 2015. 1 arquivo .mp3 (20 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta Dissertação.

objeto da memória, para que possa ser lembrada sua história, assim, explica Abreu (1996, p.13) que

[...] memória coletiva está então sempre se redefinindo. Quando um período, deixa de interessar ao período seguinte, isto não quer dizer que o grupo se esqueceu de uma parte do passado. O que acontece é que, na realidade, o grupo já não é mais o mesmo. Quando isto acontece, e se não se quer perder uma lembrança que não mais se sustenta por si mesma na consciência dos grupos, é comum então que esta lembrança seja eternizada, que seja registrada, transformando-se então em *memória histórica*.

Os sujeitos buscam meios de conservar determinados ambientes, edificações para servir de objetos da lembrança para que esta memória não se perca, pois o bairro veio se modificando nas suas atividades e funcionalidades, mas como analisamos existem prédios no bairro protegidos para não serem modificados, pois “os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada” (PESAVENTO, 2008, p.04).

Para compreender este processo, no bairro, é preciso entender como vieram se desembocando tais fatores, por isso trazemos um pouco da memória do bairro que gira em torno das atividades portuárias ou dos objetos que atenderam as atividades portuárias no bairro.

Deste modo, no século XVIII, temos o início de uma população que vai chegando na região, com interesses econômicos na área, que se configura em comerciantes, muitos deles portugueses e “quando o engenho e plantações circundantes cedia lugar a vida do burgo, que emergia em frente ao ancoradouro, a população rural, recuando, localizava-se na estrada do Poço até Ipioca” (COSTA, 1981, p. 16).

É neste momento que temos o início de uma população diferenciada da população local, esta, buscando ascensão econômica, vai construindo pelo bairro suas casas, apesar que muitos deles preferiam suas residências em outros bairros, pois a água potável nesta época no Jaraguá era de difícil acesso (PEDROSA, 1998).

Somente temos registros de construções no Jaraguá a partir do século XIX, como o consulado provincial (1869), a Ponte de embarque (1870), apesar de Costa (1981) nos mostrar que no século XVIII já havia muitos proprietários de terras em Maceió. No Jaraguá somente a partir do uso do ancoradouro natural que se localizava na praia do

Jaraguá é que vai se construindo edificações ligadas ao comércio e as atividades econômicas.

No século XX teremos muitas edificações como bancos, galpões de armazenamento de mercadorias, Igreja, Recebedoria, praça, cais do Porto, entre outros. Neste sentido, é a partir das atividades portuárias que temos a ascensão econômica de alguns comerciantes, que em sua maioria eram portugueses.

Segundo Costa (1981, p.21) “O alvorecer do século XIX o povoado tornara-se um empório comercial de certa notoriedade. O ancoradouro criara o comércio, e o comércio dilatando o povoado, operava o desenvolvimento econômico e demográfico”. É neste sentido, que o ancoradouro gerou uma economia local e faz surgir um comércio atraindo portugueses para instalarem suas vendas próximo dali, mesmo não sendo construídas muitas moradias no local.

Inicialmente, são construídos alguns sobrados para instarem viajantes recém-chegados e para receberem a clientela que após longas viagens buscavam o aconchego de mulheres, nas casas de prostituição.

Fazendo um estudo sobre a arte urbana de Maceió Quintella (2014, p.87) mostra que Maceió no século XIX se apresentava como “[...] dotada de uma arquitetura inspirada mais nas feições estilísticas predominantes na capital do Brasil, Rio de Janeiro do que no legado da arquitetura colonial”. Mesmo não se equiparando economicamente, historicamente e culturalmente a Capital, há uma tendência na construção de casas e prédios de um estilo que destoava de muitos outros equipamentos urbanos da vila de Maceió referente a falta de infraestrutura, os quais se mantinham apenas em locais específicos da vila, como próximo ao porto do Jaraguá.

O desenvolvimento econômico de Maceió deu-se assim, em parte, a partir do ancoradouro natural existente no Jaraguá, mas vale salientar que mesmo antes deste desenvolvimento econômico haveria a existência de uma pequena comunidade de pescadores próximo ao ancoradouro, registro este publicado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal e pela Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento da Prefeitura Municipal de Maceió, os quais afirmam que:

Maceió formou-se a partir de um povoado de pescadores. Seu crescimento foi impulsionado pelo comércio e pelo porto de Jaraguá. No início do século XIX, o povoado de Maceió tornou-se um centro comercial importante, onde o comércio impulsionou o desenvolvimento econômico e demográfico. (IBAM/DUMA, 2005, p.20)

Este povoado de pescadores manteve suas atividades mesmo com a ampliação posterior do porto, entretanto mesmo com todo este desenvolvimento do século XIX não podemos esquecer “[...] a precariedade urbano–paisagística, que não condiz com o conjunto arquitetônico remanescente” (AMORIM, 2014, p.04), os quais se mantinham na rua principal, rua da Alfandega, atual Rua Sá e Albuquerque do bairro Jaraguá, com preferência de construções no estilo neoclássico. No ano de 1869 é criado o consulado provincial (figura 6).

Figura 06 - Consulado Provincial, Antiga Rua da Alfandega, Atual Sá e Albuquerque - 1869.



Fonte: MISA, 2015.

No ano de 1870 é construída ao lado do Consulado Provincial uma Ponte de embarque para facilitar o acesso dos escravos para levar os fardos de mercadorias como couro, madeira, açúcar até as embarcações ou também para desembarques de pessoas, produtos. Vale ressaltar que a ponte ficava ao lado dos chamados Trapiches, ou seja, dos armazéns ou galpões onde se estocavam os produtos para comércio.

Inicialmente, este nome Trapiche estava relacionado a moenda que era movida por bois e que os escravos utilizavam para confecção de alguns produtos. Posteriormente os galpões onde se comercializavam os produtos também passaram a ser chamados de Trapiches. Segundo Amorim (2015), coordenador de Cultura e Patrimônio da Associação Comercial de Maceió, trapiche:

[...] é um nome de origem espanhola dado aquelas engrenagens da moendas para moer cana, movimentada por seis bois e isto é que chamava-se trapiche, depois resolveram dar esse nome Trapiche ao

prédio onde estava este moinho, depois ao lugar onde se colocava o açúcar. Depois ao armazém do porto porque o açúcar vinha pra cá, e depois o armazém do porto aqui se chama trapiche. Em outras partes do Brasil as pessoas nem usam esse nome trapiche, em Portugal, ninguém conhece trapiche, entendeu, então a gente vê que nós temos umas coisas assim muito peculiares, muito interessante. (Informação Verbal, AMORIM, 2016.)⁴

Esta ponte ajudou a consolidar as atividades portuárias que já eram realizadas no local, facilitando os embarques e desembarques. Nesta época ainda existia a mão de obra escrava. Antes da construção desta ponte os escravos precisavam entrar às margens da praia até chegar às embarcações com fardos pesados nas costas e conseqüentemente muitos adoeciam e morriam, o que na época não era lucrativo para os comerciantes.

É importante compreender o que representou para sociedade esta ponte e como ela foi percebida e sentida e assim como nos mostra Pedrosa (1998, p.85) “diziam que era bonita e que enfeitava Maceió logo em sua entrada. Firmou-se como um ponto de reunião da sociedade de ricos e remediados [...] dos que se despediam ou chegavam de longas viagens”.

Neste sentido, a ponte era apenas utilizada por uma parte da sociedade, em sua maioria ricos e comerciantes que para estes ela seria um objeto carregado de significados, talvez representando um novo começo para portugueses comerciantes recém-chegados, de sentimento de mudança, ela poderia representar saudade como objeto da lembrança para quem se foi, outras 11 pontes foram criadas posteriormente ao longo desta enseada do Jaraguá.

Figura 07- Ponte de embarque, praia do Jaraguá



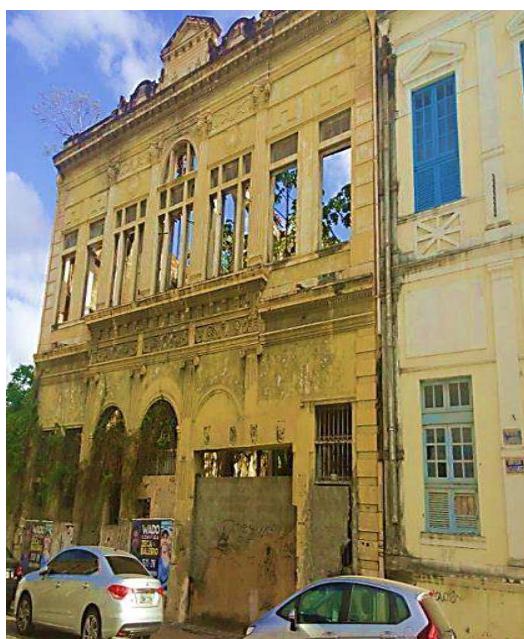
Fonte: MISA, 2015.

⁴ Entrevista concedida por AMORIM, B. R. de. Entrevista I. [ago. 2015]. Entrevistador: Amanda Renata Amorim e Silva. Maceió, 2015. 1 arquivo .mp3 (20 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

Além da Ponte de embarque temos o registro neste ano de 1870 da criação de um jardim chamado Jardim Jaraguá que seria Porta de Entrada de Maceió, que ficava de frente ao consulado provincial e segundo Leão e Ferrari (2014, p. 04) “O Jardim do Jaraguá, situado em uma das áreas mais privilegiadas da cidade na época, [...] teve como fator determinante a proximidade de algumas das edificações mais imponentes e representativas da Igreja, do Estado e da economia local”.

Estas edificações citadas pelas autoras seriam a Igreja Nossa Senhora Mãe do Povo, o Consulado provincial, a Ponte de embarque e o Banco de Londres, todos estes equipamentos se encontravam ao redor do antigo Jardim Jaraguá na segunda metade do século XIX, e seriam estes fortes investidores mercantil e de infraestruturas para os trens e os bondes nesta época.

Figura 08 - Banco de Londres, Rua Sá e Albuquerque, Jaraguá.



Fonte: SILVA, 2015.

Figura 09 - Igreja N^a Sr^a Mãe do Povo – Rua Sá e Albuquerque, Jaraguá.



Fonte: SILVA, 2015.

O prédio do antigo Banco de Londres está em ruínas, apenas sua fachada continua erguida. A Igreja Nossa Senhora Mãe do Povo, que já foi modificada em sua estrutura, encontra-se hoje em estado de degradação, mas está recebendo restauração a partir de orçamento próprio, como ofertas e doações dos fiéis. É importante analisarmos como tem sido o olhar da sociedade para tal aspecto, e como ele é percebido, concebido. Muitas modificações ocorreram no bairro do Jaraguá, determinadas edificações foram

modificadas e refuncionalizadas, como o prédio do Consulado, a da Recebedoria, o da Associação Comercial de Maceió, os antigos prédios armazéns, outros continuam sem uso.

No ano de 1905 pelo motivo de estar degradada, a praça Jardim do Jaraguá foi restaurada, ganhando alguns monumentos como um obelisco feito em concreto, que era um objeto utilizado pelos antigos Faraós para adoração ao deus do Sol, ou seja, a Rá, utilizado posteriormente também pela igreja católica como objeto sagrado, assim como, o Crucifixo. Também estão na praça quatro animais feitos em bronze: um leão, um tigre, um búfalo e um lobo, todos vieram da França trazidos pelo pintor Rosalvo Ribeiro, a praça ficou conhecida e sendo chamada pela população durante anos como Praça Dois Leões.

Em 1922, o poder Público Municipal resolveu homenagear o General Lavenère Wanderley que atuou em Alagoas como intendente de Maceió, entre os anos de 1901 a 1903, e também como Secretário de Estado colocando o seu nome na conhecida Praça Dois Leões, sendo sancionado anos mais tarde pelo Decreto nº 642 de 23/04/1947. Porém, as ações territoriais são correlatas da elite dirigente – poder político e dos sujeitos que vivenciam cotidianamente o Território e as ações nele podem ou devem estar também intrínsecas às significações sociais.

Por isso, a praça nunca foi concebida pela população como Praça General Lavenère Wanderley. Houve a continuidade de chamá-la praça Dois Leões (apesar de inexistir a escultura de dois leões na praça). Assim, a lei nº 3998 de 1990 revoga o Decreto nº 642 de 23/04/1947 em que a praça chamava-se Praça General Lavenère Wanderley, passando a ser oficialmente e legalmente reconhecida como Praça Dois Leões, nome que, a população faz referência.

Figura 10 – Antiga Praça General Lavenère – 1905.



Fonte: MISA, 2015.

O Consulado Provincial construído em 1869 foi posteriormente transformado em Recebedoria (Figura 11) em 1918, ou seja, uma repartição pública para ficar responsável por recolher impostos de tudo o que era exportado ou importado do porto. Bem como, as arrecadações dos comerciantes. Para a transformação de Consulado para Recebedoria, a edificação recebe mais um andar na sua estrutura onde novas atividades passam a compor esta sua atual função.

No estudo do espaço vivido é tangencial percebermos as permanências que há na paisagem, pois segundo Dardel (2011) esta paisagem não será somente paisagem da história, mas ela revela a presença do homem na construção do próprio espaço que é construído e reconstruído cotidianamente, visto que ele é dinâmico e suas vivências estão entrelaçadas a estes movimentos de ações no Território.

A paisagem tem suas formas resistentes ou não ao tempo, muitas das suas modificações ocorrem sem necessariamente desfazer-se da antiga. No caso específico do Jaraguá, na mudança de Consulado Provincial para Recebedoria houve uma modificação de sua estrutura física ocupando apenas o mesmo espaço. Aspecto este em conformidade com a dinâmica própria do espaço geográfico que é considerado “um produto social em permanente processo de transformação” (SANTOS, 1992, p. 49), porém a edificação continua sendo uma entidade no local para dar suporte ao Porto.

Figura 11- Prédio da Recebedoria, Rua Sá e Albuquerque - 1918.



Fonte: MISA, 2015.

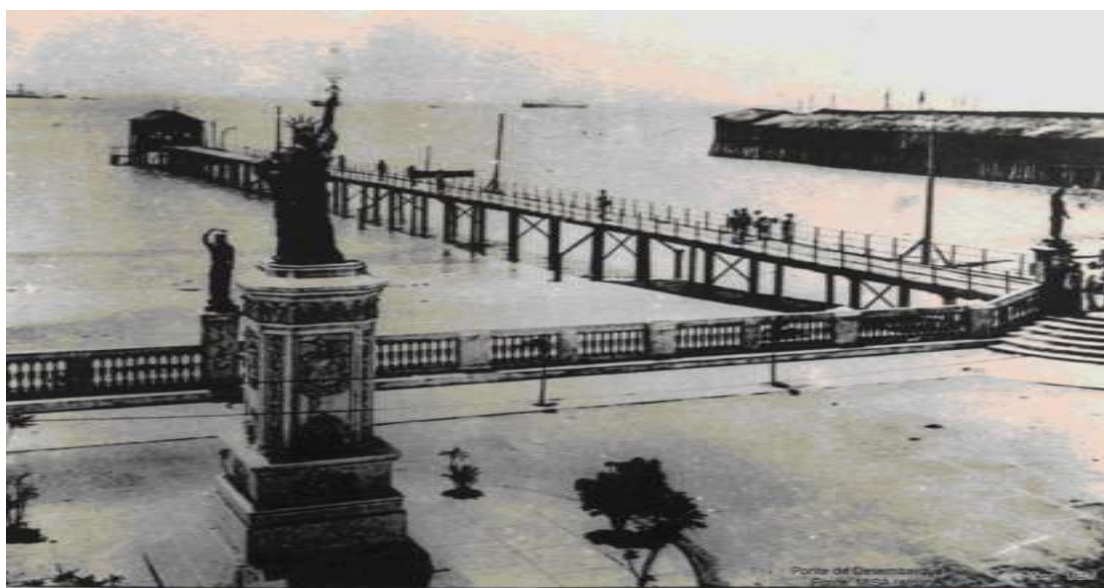
Figura 12 - Casas e Comércio na Rua principal do Jaraguá em 1940



Fonte: MISA, 2015.

No ano de 1940 data-se a construção do Cais do Porto com uma estrutura para receber os viajantes, navegantes, como uma porta de entrada estando à vista a recebedoria e uma praça-Jardim na Rua Sá e Albuquerque. O Cais do Porto ganhou uma réplica da estátua da liberdade e que hoje se encontra no mesmo local, apesar de transportada para outros bairros.

Figura 13 - Cais do Porto e réplica da Estátua da Liberdade, Jaraguá - 1940.



Fonte: MISA, 2015.

Nesta época muitas instalações foram sendo construídas para atender as demandas dos produtos para exportação, havendo a necessidade de grandes galpões para armazenamento de tais produtos. Houve também a ampliação para um comércio atacadista e varejista dentro do próprio bairro na venda dos produtos para a população, sendo construídos muitos armazéns. Podemos citar: Pereira Pinto, na venda de álcool e aguardente, Escritório de Peixoto & Cia, armazém de Iona & Cia, Companhia Centro Comercial, João Martins Ferreira, Silva Costa & Cia na venda de açúcar e algodão entre outros como padarias, farmácias, tavernas, sapatarias (PEDROSA, 1998), (AMORIM, 2004).

Figura 14 - Ponto Comercial no Século XIX no Bairro do Jaraguá



Fonte: MISA, 2015.

No bairro portuário do Jaraguá tivemos também a construção do Palácio do Comércio, sede da Associação Comercial de Maceió edificado entre 1923 a 1928 em estilo neoclássico. Um prédio bastante suntuoso onde seus empreendedores queriam mostrar seu poder econômico a partir desta construção. Apesar de que a associação já era formada desde o ano de 1866, quando ocorreu sua primeira reunião oficial, a qual passou a organizar fiscalizações dos produtos exportados desde suas entradas nos trapiches até suas saídas. Neste sentido, quando se constrói a Sede da Associação de Maceió estes senhores já possuíam um elevado poder econômico, assim como nos afirma o Sr. Benedito:

[...] A origem do bairro do Jaraguá, significa o desenvolvimento alcançado por Maceió, Alagoas através de Maceió, através do bairro do Jaraguá. Significa que já fomos muito mais ricos do que somos, basta dizer que [...] essa Associação Comercial é mais antiga do que a de São Paulo, então isso prova que Maceió, para ter a capacidade na época desses comerciantes se articularem para uma instituição assim, havia recursos, havia dinheiro movimentando alguma economia regular e fazia com que as coisas acontecessem. (Informação Verbal)⁵

O Jaraguá vai assim se desenvolvendo, e hoje ele guarda muitos resquícios daqueles tempos de construção da própria Maceió-AL. No ano de 1983 a partir do Decreto Nº 5.304 o Prédio do Palácio Comercial é Tombado como Patrimônio do Estado de Alagoas, que foi um dos primeiros tombamentos referentes a cidade de Maceió e em 1984 a partir do Decreto Nº 6. 601 o bairro do Jaraguá é tombado como Patrimônio Alagoano.

Figura 15 - Associação Comercial de Maceió – 1928.



Fonte: MISA, 2015.

⁵ Entrevista concedida por AMORIM, B. R. de. Entrevista I. [ago. 2015]. Entrevistador: Amanda Renata Amorim e Silva. Maceió, 2015. 1 arquivo .mp3 (20 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta Dissertação.

Atualmente, no palácio do Comércio funciona dois Museus: O Museu do Comércio de Alagoas (MUCOM) com muitas imagens, fotografias, documentos que mostram o transcorrer do desenvolvimento econômico brasileiro e do papel de Maceió neste contexto e o Museu de Tecnologia do Século XX (MUTEC) que conta com uma grande quantidade de aparatos tecnológicos e invenções e descobertas no transcorrer do século XX. Assim, suas formas continuaram as mesmas, porém novas atividades e relações sociais tem ocorrido neste local.

Figura 16 - Palácio do Comércio, MUCOM e MUTEC, Rua Sá e Albuquerque em 2015.



Fonte: SILVA, 2015.

A recebedoria em 1987 é refuncionalizada para Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA), a partir de recursos advindos de rendas próprias, dotações orçamentárias do Estado e doações da população alagoana. Vale ressaltar que desta vez o prédio não se desfez de sua forma, assim como, quando mudou de prédio do Consulado para Recebedoria recebendo mais um andar, mas continuou o mesmo, com a mesma fachada e estrutura de recebedoria, ocupando o mesmo espaço, mas agora com atividades diferentes, ligadas a memória de alagoas, com um grande acervo de

fotografias antigas e também acervo musical, a fim de manter viva a memória de artistas da terra.

Figura 17 - Museu da Imagem e do Som de Alagoas, Rua Sá e Albuquerque em 2015.



Fonte: SILVA, 2015.

No ano de 2009 a partir do Decreto Nº 4.210 o prédio foi tombado como Patrimônio do Estado e recebe uma segunda restauração no ano de 2010, a partir de um convênio firmado entre a secretaria do Estado da Cultura e a Caixa Econômica Federal, uma última restauração no ano de 2012 deu-se pela Prefeitura de Maceió a partir do Programa de Desenvolvimento ao Turismo – PRODETUR. Muitos prédios do século XIX continuam presentes no bairro como prédio do Banco de Alagoas, prédio da antiga Recebedoria, a igreja Nossa Senhora Mãe do Povo, o trapiche segundo, alguns estão em ruínas ou fechados aguardando serem alugados ou vendidos, uns foram restaurados e refuncionalizados. Segundo Pesavento (2008, p. 04)

Ser o núcleo mais antigo de um assentamento urbano implica poder contar, de forma visível ou não, com a certeza de ser o sítio portador do traçado original da urbe. Como núcleo de origem, os centros

urbanos concentram os prédios mais antigos, ditos históricos e potencialmente referenciais para o passado da urbe; neste espaço central teve ainda início o processo de instalação dos primeiros equipamentos urbanos, assim como também tais sítios de origem são, via de regra, centros políticos, culturais, religiosos e, sobretudo, locais de intensa sociabilidade.

Neste aspecto o bairro do Jaraguá tem este perfil de testemunho histórico de construção política e econômica da cidade e do próprio estado Alagoano, suas paisagens ainda contam o tempo que se foi e para Santos (2007, p.173) “O espaço, portanto, é um testemunho, ele testemunha um momento de um modo de produção, pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada”.

Como reconhecimento da importância do testemunho histórico e cultural da paisagem do bairro do Jaraguá para o Estado de Alagoas foi feito um tombamento a nível Estadual no ano de 1984, equivalente a uma extensa área do bairro a partir do Decreto nº 6061 de 19 de novembro de 1984, para o tombamento de seu Acervo Cultural, o qual delimita a área de tombamento.

O polígono de tombamento a que se refere este Decreto inicia na interseção dos eixos da Av. Maceió com Rua do Uruguai, (ponto 1) e segue pela Av. Maceió até encontrar uma perpendicular que passa pela parte posterior da igreja de Santa Cruz, (ponto 2) seguindo até encontrar o eixo da Rua Zeferino Rodrigues, (ponto 3) continuando pela mesma rua, em sentido sudeste, até encontrar o eixo da Rua Epaminondas Gracindo, (ponto 4) onde deflete pelo eixo da mesma até encontrar o eixo da Rua Sampaio Marques, (ponto 5) seguindo em direção sudoeste até encontrar as margens do Oceano Atlântico, (ponto 6) continuando pelas margens do Oceano Atlântico, no sentido nordeste, até encontrar o prolongamento do eixo da Rua do Uruguai, (ponto 7) prossegue pelo eixo da mesma rua onde fecha o polígono no ponto 1.

O perímetro abrange quase todo o bairro do Jaraguá, formando um polígono (ver figura 18), é destinado especificamente ao seu acervo cultural, em que as edificações antigas não podem ser descaracterizadas externamente, no caso interno somente sob parecer da prefeitura que entrará em contato com o Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para um parecer técnico e também do órgão estadual competente.

Figura 18 - Mapa do Polígono de Tombamento do acervo Histórico e Cultural do bairro do Jaraguá identificando mais dois tombamentos de edificações isoladas.



Como podemos observar o mapa anterior, boa parte do bairro é tombada enquanto acervo histórico e cultural pelo estado de Alagoas, demonstrando também os dois outros tombamentos que o bairro possui a nível estadual que se caracterizam pelo Prédio da associação comercial de Maceió, que foi o primeiro tombamento, e o prédio do Museu da Imagem e do Som e Alagoas. O Decreto nº 6061 de 19 de novembro de 1984 que instituiu o polígono de tombamento no Jaraguá não aplicou tais regimentos a área da favela do Jaraguá, afirmando na sua alínea-g que:

A favela situada a beira mar, constitui um caso a parte, não estando sujeita às normas estabelecidas anteriormente. Sugerimos, portanto que seja elaborado um estudo quanto aos diversos aspectos inerentes a sua implantação, devendo o mesmo ser analisado pelos órgãos competentes tais como SPHAN, CECP e Prefeitura Municipal.

A antiga comunidade de pescadores existente próximo ao Porto do Jaraguá veio passando por um processo de favelização. Atualmente, toda esta população da comunidade do Jaraguá, em que uma parte sobrevivia da pesca, foi removida para outro local da cidade no ano de 2015, visto que, segundo análises promovidas pela prefeitura, chegou-se à conclusão de que a área seria imprópria para construção de moradias e por isso a Prefeitura cedeu algumas casas em outros bairros de Maceió para tais moradores. Além da construção de um conjunto habitacional para esta população.

Este processo de realocação da população começou em 2007, visto que houve grande resistência da população em deixar o local, houve um processo de luta pelo território, pois a população reivindicou que a situação da comunidade melhorasse e defendiam a permanência no local e não a retirada deles.

A área da favela, como podemos destacar está dentro da Zona de Preservação Rigorosa 1, especificamente ficava por traz do Museu da Imagem e do Som de Alagoas que é um prédio tombado pelo Decreto nº 4.210 05 de novembro de 2009. Vale ressaltar que existe um projeto para que os pescadores cadastrados pela prefeitura possam trabalhar em um Centro Pesqueiro que será construído no lugar da favela. Este processo de favelização da área não é recente, a área ficou esquecida durante muito tempo quanto ao amparo municipal. Nos estudos de Pedrosa (1998, p. 53) ele observou que:

Uma ampla favela formou-se na praia de Jaraguá, desde a entrada no porto até quase a altura da antiga ponte de desembarque [...]

mostrando a evolução social do bairro e as misérias de uma população desamparada e que cresceu vertiginosamente neste século que passa.

Este desamparo a esta população ocorre durante muito tempo, somente com a proposta de um Centro Pesqueiro na área, é que ela passa a ser olhada, sendo tomada a decisão de retirada da população para outro bairro, apesar de resistirem a deixar o local (ALBUQUERQUE, PEIXOTO & ALBUQUERQUE, 2012), (COSTA, ALBUQUERQUE, 2013).

Figura 19 - Comunidade de Pescadores – 2015.



Fonte: Beto Macário- UOL, 2015.

O intento do poder público Municipal está ligado a valorização e melhoramento apenas da área e do Patrimônio material ligado a este. Não houve uma real preocupação com sua comunidade, principalmente a dos pescadores que ficaram as margem do plano

de tornar a área um polo turístico. O intento é neste sentido, para atrair visitantes, torná-lo mais atrativo, assim como afirma Pesavento (2008, p.06)

Redescobrir, conservar, preservar este patrimônio torna-se tarefa capaz de reverter o movimento de fuga do centro, no sentido de gerar uma força contrária, centrípeta. O desejo seria de fazer a população retornar ao centro, consumindo os bens culturais que ele agrega, exercitando a memória, recuperando a história.

Porém, isto ocorre de forma muito controversa, pois excluir os moradores do bairro não deveria fazer parte do plano para melhoramento da área enquanto cultura e memória. Muitos dos moradores foram retirados sem ter uma moradia disponível em outro local, muitos ficaram alojados em uma creche do município, aguardando o auxílio social no valor de R\$ 250 dados durante três meses para que pudessem se organizar. Apesar do auxílio dado, muitas famílias ainda tiveram dificuldades em conseguir alugar uma casa e continuavam alojadas em creche.

Tal população representa uma memória viva, um Patrimônio vivo. Neste sentido, esta promoção cultural apenas pretende promover uma atividade econômica atrativa para o bairro aos turistas, e não condiz ao real sentido de Patrimônio que leva em consideração o sujeito construtor de tal paisagem, a memória oral, os costumes. Além disso os sujeitos foram forçados a migrarem definitivamente para outro bairro, segundo Marandola Jr. e Galho (2010, p. 410-11)

Migrar é ser obrigado a desenvolver outros tipos de territorialidade, dando um salto em direção ao desconhecido. É por isso que a desestabilização da ligação essencial ser-lugar causa um abalo na segurança existencial e identidade territorial do migrante, que tem de enfrentar um desencaixe espacial. Isso o torna suscetível à angústia e ansiedade, impondo a necessidade de enraizar-se no lugar de destino, ou de manter os vínculos com o lugar natal, apesar de ter migrado.

O discurso de retirada da população para construção de um Centro Pesqueiro que faça lembrar e contar a história da comunidade de pescadores apenas falseia a real cultura destes sujeitos que pertenciam ao lugar e, sendo assim, não atende a proposta do que seria o patrimônio vivo, existencial. A nova realidade destes sujeitos, terá consequências profundas nas suas representações de ser, de agir, de modo que eles terão que forçosamente se adequarem à nova realidade ao novo local. Porém, o que se perde é a memória de uma história ainda viva tomando lugar os objetos desta memória e a essência de ser também se esvai no tempo.

Figura 20 - Espaço onde ficava a comunidade pesqueira, retirada em 2015.



Fonte: SILVA, 2015.

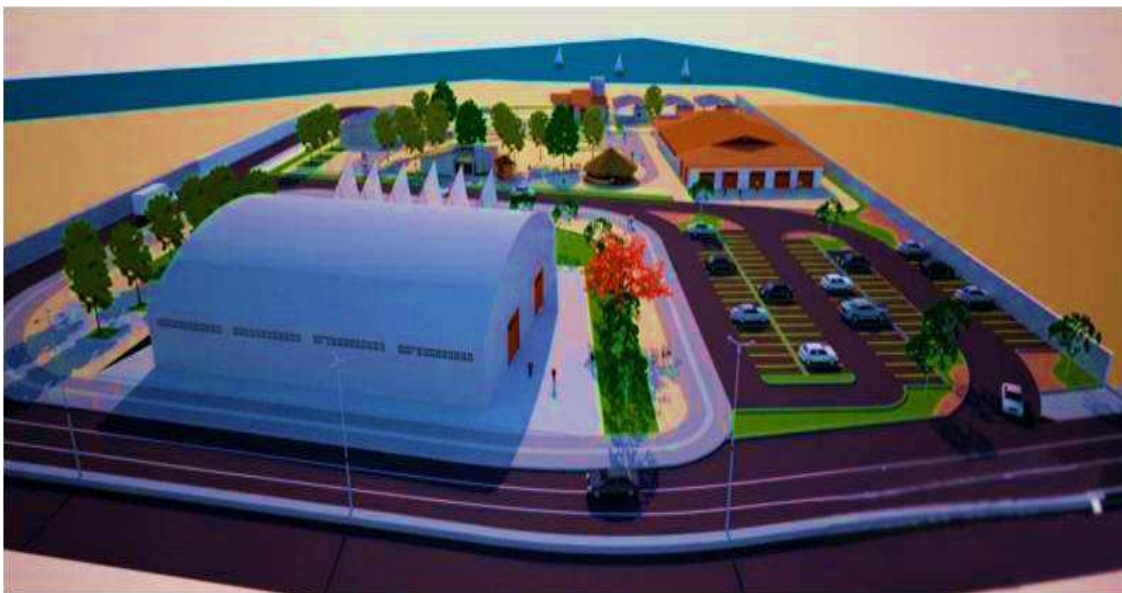
É interessante analisarmos que a área foi considerada imprópria para moradia pelo Instituto do Meio Ambiente - IMA, mas não para a construção do Centro pesqueiro. Esta questão reafirma a luta pelo território, por isso ele é sobretudo político e ideológico, e suas ações nele são carregadas de intencionalidades, assim como mostra Raffestin (1993) que no uso do território não há ações inocentes, elas estão envoltas de poder. Para a área da antiga comunidade o centro pesqueiro deve conter segundo a Prefeitura:

- 1 Mercado de peixe (com área de vendas e 60 depósitos para armazenar o pescado);
- 3 Estaleiros para fabricação e/ou conserto de barcos;

- 1 Fábrica de gelo;
- 1 Galpão com 30 depósitos para acondicionamento do material de pesca;
- 6 oficinas:
 - 1 para Fabricação e conserto das “redes de pesca”;
 - 1 para Fabricação e ou conserto de “leme”;
 - 1 para “Elétrica” para barco;
 - 3 para Motor para barco;
- 1 prédio: a associação de pescadores, a filial da associação dos alcoólicos anônimos e **um museu da memória da Vila dos Pescadores, previsto no projeto;**
- 1 lanchonete de comidas típicas;
- Estacionamento para automóveis e para bicicletas

É interessante observarmos que se pretende construir um Museu em memória a Vila dos Pescadores, quando todos foram retirados da área sem a intenção de melhoramento da comunidade remanescente da Vila de Pescadores, mas para construção de um projeto atrativo aos visitantes, construir o museu torna-se contraditório com as reais intenções para a área.

Figura 21 - Projeto Centro Pesqueiro para espaço da antiga comunidade de pescadores



Fonte: Secretaria do Estado da Cultura, 2015.

A maioria dos moradores da comunidade aceitou sair para um conjunto habitacional. Após muita conversa com os agentes sociais é que a maioria da população

aceitou sair do local, restando poucos que resistiram por mais tempo em sair. Para Marandola Jr. e Gallo (2010, p. 411) “O indivíduo não pode ou não é capaz de ignorar toda sua história e formação, sendo indiferente às características de sua nova realidade”, e por isso, há esta resistência. Isto liga-se também a questão da experiência, das vivências e das significações que o sujeito criou com/no território, pois ainda segundo Marandola (2007, p. 495)

Território carrega em si a ideia de domínio, de afetação, de controle. É mais do que recortes político-administrativos, como os Estados Nacionais. Podem-se desenhar com base em diferentes forças, sejam elas políticas, econômicas, culturais e até subjetivas. Sua escala é extremamente variável no tempo e no espaço.

Neste sentido, o território não fala apenas de delimitação mas de controle, afeto, e a cultura está impregnada nele, ainda mais quando temos um grupo social lutando pelo mesmo, quando há este pertencimento, esta percepção do território enquanto parte dos próprios sujeitos. Para a continuidade desta cultura pesqueira estes pescadores e suas famílias não podem ser tomados como apenas uma peça da engrenagem do local mas a parte fundamental da própria paisagem, do próprio espaço que é dinâmico e está se construindo a cada instante.

Para Marandola e Gallo (2010, p. 411) Os lugares em que o indivíduo viveu ou vive são responsáveis pela constituição de sua maneira de ser, assim como garantem a continuidade desse ser, baseada na experiência. Por meio da percepção, sensação, cognição, representação e imaginação” e é deste modo que segundo os autores é que o elo entre sujeito e o lugar se constituirá de tal modo que sujeito e lugar estão ligados no sentido de ser do sujeito, quanto mais experiências com o lugar mais o seu modo de ser e estar fará parte de tal espaço.

É neste sentido que um bairro considerado enquanto Patrimônio Cultural sem haver uma ligação com os sujeitos que vivem neste lugar, que não leve em consideração a ligação dos sujeitos com este espaço, estará realizando ações que inviabilizam um território da memória, um espaço vivo, haja vista que os sujeitos que vivenciam continuamente o bairro dão vida aos objetos presentes.

Figura 22 - Localização do Centro Pesqueiro no espaço da antiga comunidade de pescadores



Fonte: Secretaria do Estado da Cultura, 2016.

Como podemos observar o local em amarelo era a área em que estava a comunidade que foi retirada, neste local a Prefeitura mostra que será o local pertencente as instalações pesqueiras. Houve uma falta de investimentos que tornassem a área da comunidade habitável, apesar disto ter ocorrido de forma mais intensa na comunidade, percebe-se ao caminhar pelo bairro a presença de poucos moradores, tendo apenas uma marcante presença comercial.

Percebe-se também que a movimentação no bairro dar-se-á pelo dia pela presença de bancos, Correios, Receita Federal, Faculdades, escolas, porém as pessoas em sua maioria que frequentam o bairro não moram nele. No turno da noite não há atividades no bairro, ficando vazio, silencioso. Ele tem exercido o papel de centro, carecendo ainda de propostas e equipamentos que o tornem habitável. Para Heidegger (1954, p.01)

Parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta. Mas nem todas as construções são habitações. Uma ponte, um hangar, um estádio, uma usina elétrica são construções e não habitações; a estação ferroviária, a auto-estrada, a represa, o mercado são construções e não habitações. Essas várias construções estão, porém, no âmbito de nosso habitar, um âmbito que ultrapassa essas construções sem limitar-se a uma habitação.

Neste sentido, sabemos que uma faculdade, uma agência bancária, uma escola não são habitações, mas são construções que fazem parte do habitar, fazem parte da necessidade básica de um morar digno, assim como: saneamento básico, área de vegetação, infraestrutura adequada, áreas de lazer, atividades de entretenimento, aspectos dos quais a comunidade de pescadores do Jaraguá era desprovida, não porque não quisessem, mas não houve durante estes séculos a preocupação com os pescadores que utilizavam o local desde da formação do bairro.

Quando se pensa em construir um projeto em um bairro ele deve atender ao princípio do habitar, pois o espaço ele não está além do homem, o homem é o próprio espaço enquanto corpo no mundo, O espaço “[...] não é algo que se opõe ao homem. O espaço nem é um objeto exterior e nem uma vivência interior. Não existem homens e, além deles, espaço” (HEIDEGGER, 1954, p. 07), portanto, hoje numa sociedade que desenvolveu em suas técnicas, visto que alcançamos o período do meio técnico científico e informacional, tendo como moldar e até construir protótipos de moradias em marte, o que dirá numa comunidade próxima a encosta marítima, porém as ações realizadas são as mais viáveis, que possam trazer melhor retorno econômico (SANTOS, 1997).

Percebe-se que se tem construído no Jaraguá não para os sujeitos que habitam o local, não há uma preocupação com estes para que continuem morando no bairro, mas tem havido a preocupação com os que visitam o bairro ou frequentam cotidianamente. Por isso, a presença de faculdade, bancos, Sede da Polícia Militar. Podemos perceber que há uma controvérsia neste sentido, pois os sujeitos que tem residência no local não estão realmente o habitando, tem havido um incentivo por parte do poder público Municipal para tornar o bairro apenas funcional. Segundo Heidegger (1954, p. 1)

Essas construções oferecem ao homem um abrigo. Nelas, o homem de certo modo habita e não habita, se por habitar entende-se simplesmente possuir uma residência. [...] As construções que não são uma habitação ainda continuam a se determinar pelo habitar uma vez que servem para o habitar do homem. Habitar seria, em todo caso, o fim que se impõe a todo construir. Habitar e construir encontram-se, assim, numa relação de meios e fins.

Neste sentido as pretensões de construções devem objetivar a melhoria das condições do habitar, os equipamentos urbanísticos devem estar atendendo a este princípio básico, porém não adianta construir estes objetos pensando na exclusão de

seus moradores, pois torna-se algo extremamente contraditório, visto que o que era para estar para servir sua comunidade, está na verdade, colocado acima dela.

Figura 23 - Receita Federal, Rua Sá e Albuquerque.



Fonte: Silva, 2015.

Figura 24 - Faculdade Estácio, Rua Sá e Albuquerque.



Fonte: Silva, 2015

Figura 25 - Banco do Brasil, Rua Sá e Albuquerque.



Fonte: Silva, 2015.

Figura 26 - Correios, antigo Telegrapho Rua Sá e Albuquerque.



Fonte: Silva, 2015.

A comunidade de pescadores foi retirada para um conjunto habitacional, onde apenas temos a presença de casas, pois pensou-se apenas em dar um teto a estes sujeitos. Porém, o habitar vai muito mais além de teto. Além disso, a atividade de pesca faria parte do habitar destes sujeitos, do que eles se configuravam enquanto sujeito no local.

Hoje, percebe-se assim um esvaziamento do bairro, uma grande quantidade de imóveis com placas de vende ou aluga-se. Isto poderia indicar um não incentivo de moradores no bairro, em consonância a isto, cada vez mais as empresas vão tomando espaço dos prédios, casas e edifícios do Jaraguá principalmente na Rua Sá e Albuquerque, antiga rua da alfândega próxima do Porto, era onde ocorria todo comércio inicial e também a existência de uma boemia.

É importante ressaltar que segundo Carlito Lima (2015) em uma de suas Palestras sobre a Boemia no Jaraguá ocorrida no ciclo de Palestras “Maceió 200 anos de História”, o esvaziamento do Jaraguá deu-se primeiramente a partir da década de 1960, com a proibição e fechamento das casas de prostíbulos, visto, que com a estruturação do porto na década de 1940 a boemia toma conta do Jaraguá, e muitos dos moradores deixam o bairro, onde pelo dia funcionava o comércio e pela noite o bairro era bastante movimentado por causa da grande quantidade de bordéis. Segundo Pedrosa (1998, p. 158):

Jaraguá era ponto de encontro dos mundos, como de resto todos os cantos portuários. Era a velha tradição da boemia, como se frequentar a zona fosse componente indispensável da masculinidade maceioense [...] eram políticos, fazendeiros, funcionários, tenentes e capitães do exército, despachantes, telegrafistas, comerciantes, promotores, médicos, advogados, contadores, professores, agiotas.

Assim, pela noite no Jaraguá era muita música, bebidas, festas, casas de danças e ao mesmo tempo bordéis, pensões como por exemplo as pensões na Rua principal do Jaraguá Sá e Albuquerque. Relata-nos Pedrosa (1998) a existência de prostitutas que mostravam refinamento e cerimônia em volta das mesas e balcões da pensão, eram bem vestidas, educadas, surpreendendo os visitantes. Entretanto, na década de 1960 há o impedimento por parte do poder público municipal destas atividades no bairro havendo uma expulsão destas casas de prostituição e conseqüentemente um esvaziamento do bairro.

A territorialidade para Rosendahl (2005, p.12934) “É uma estratégia de poder e manutenção [...]. A territorialidade deve ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle”. Neste sentido, podemos analisar que esta ação no território que resultou na expulsão destes sujeitos do bairro não objetivava a melhoria das condições de vida ou habitação destes sujeitos, mas atuou como uma “limpeza do bairro”, assim como fizeram com a comunidade de pescadores.

Muitas casas e armazéns hoje estão em ruínas ou com placa de vende-se ou aluga-se. Há um incentivo por parte do poder público para pontos comerciais, que dê um melhor suporte aos visitantes, turistas, para um melhoramento da paisagem. Pois, como sabemos, dentro da discursão de Patrimônio atualmente, a paisagem é um item a ser bastante considerado, porém são ações políticas contraditórias, visto que o discurso de Patrimônio visa a preservação da paisagem local e de seus habitantes e seus costumes e culturas. Segundo Ribeiro (2007, p.09)

A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, locus de interação entre a materialidade e as representações simbólicas.

Os sujeitos que constroem a paisagem não podem ser excluídos da mesma, isto é uma castração do próprio espaço, visto que quem o modifica não pensa no nativo ou na comunidade pertencente, há então uma paisagem ilusória, fantasiosa, fruto da luta pelo território, no jogo do poder pelo mesmo. Esta paisagem que deveria refletir sua construção histórica, os grupos, os simbolismos, e neste sentido os discursos, as percepções e experiência de quem convive neste impasse, nesta luta pelo território torna-se importante para ser analisada.

Em decorrência disto, percebe-se que muitas casas, edifícios, sobrados estão vazios, sem moradores, como se estivessem aguardando mais empresários tomarem conta do local para mais pontos comerciais no bairro. Diante destas questões, podemos analisar que o bairro do Jaraguá é planejado pelas instituições públicas para ser um bairro turístico e não para moradia, fato esse observado pelas novas instalações do século XX e XXI: Centro de Convenções; Estacionamento; Casas Noturnas; Sede da Polícia Federal; Receita Federal; e outros.

Figura 27 - Imóvel para vender, Rua Sá e Albuquerque, Jaraguá.



Fonte: Silva, 2016

Figura 28 - Imóvel para vender, Rua Sá e Albuquerque, Jaraguá.



Fonte: Silva, 2016

Figura 29 - Edificação para alugar ou vender, Rua Barão de Jaraguá, Jaraguá



Fonte: Silva, 2016.

Figura 30 – Edificações para alugar Rua Sá e Albuquerque.



Fonte: SILVA, 2015

Figura 31 – Edificação para alugar, Rua Barão de Jaraguá



Fonte: SILVA, 2016

Temos também ainda presentes no bairro alguns edifícios que outrora funcionavam para armazenamento dos produtos para exportação, que ficaram conhecidos na cidade de Maceió como Trapiches. Alguns estão em ruínas, outros foram restaurados e usados por empresas diversas, um destes funciona como local para festas luxuosas. Segundo o Sr. Benedito de Amorim⁶, que trabalha na Associação Comercial de Maceió, na Coordenação de Ação Cultural e Social:

[...] Cada edifício desse que a gente vê remanescente, a gente percebe que eles tiveram um papel importante nessa história econômica do Estado de Alagoas. (Informação verbal, AMORIM, 2016)

⁶ Entrevista concedida por AMORIM, B. R. de. Entrevista I. [ago. 2015]. Entrevistador: Amanda Renata Amorim e Silva. Maceió, 2015. 1 arquivo .mp3 (20 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta Dissertação.

As informações verbais acerca do bairro são muito importantes pois elas não somente expressam o fator de importância destes Patrimônios Culturais, como sua memória e a necessidade de preservação, mas inclui a própria vivência e experiência do sujeito com o seu espaço, pois não se observa apenas o uso que este sujeito faz deste território, mas os significados e símbolos que este território pode expressar a partir de seu uso, vivência, experiência.

Amorim (2015)⁷ está se referindo a paisagem da Rua Sá e Albuquerque, a rua principal do bairro que está próxima do Porto, mostrando que possui as marcas do desenvolvimento da região sendo a instituição em que desenvolve seu trabalho marcas do desenvolvimento alcançado. A rua Sá e Albuquerque possui muitos edifícios antigos, muitos sendo utilizados por empresas, outras abandonadas, em ruínas e outras a venda.

Figura 32 - Casa de festa – Trapiche Novo, Al- - Rua Sá e Albuquerque- Século XIX



Fonte: SILVA, 2015.

Figura 33 - Armazém Usina – Rua Sá e Albuquerque- Século XIX



Fonte: SILVA, 2015.

⁷ Entrevista concedida por AMORIM, B. R. de. Entrevista I. [ago. 2015]. Entrevistador: Amanda Renata Amorim e Silva. Maceió, 2015. 1 arquivo .mp3 (20 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta Dissertação.

A partir de nossas pesquisas de campo podemos observar que estes Armazéns (figura 32 e 33), hoje são utilizados por empresas privadas. O primeiro prédio que já funcionou como armazém mais recente no século XX, hoje é utilizado para realizações de festas da Elite, não foi modificada a sua estrutura física, possui um salão bastante rústico mas ao mesmo tempo luxuoso com seus lustres de cristais que foram implementados ao prédio.

O segundo prédio, ao lado do primeiro, também não foi modificado em sua estrutura física e era também um antigo armazém. Hoje, funciona a diretoria de empresários do grupo Carlos Lyra, onde construíram uma estrutura em vidro no interior do prédio sem que fossem modificadas as suas paredes.

Estas edificações, assim como muitas outras no bairro, está sob o domínio de empresas privadas e é muito difícil encontrar moradores no bairro do Jaraguá. Atualmente, até as casas estão sendo utilizadas para o comércio e os proprietários em sua grande maioria não moram no bairro, utilizam apenas para o seu comércio. Alguns prédios como ressaltamos, estão em ruínas.

Figura 34 - Antigo Trapiche Segundo; Rua Sá e Albuquerque- Século XIX.



Fonte: SILVA, 2015.

Figura 35 - Antigo Banco de Alagoas; Rua Sá e Albuquerque- Século XIX.



Fonte: SILVA, 2015.

O bairro vem sendo estruturado para ser um centro cultural para a cidade de Maceió-AL e visitantes, mas não para moradias, passando por processos de revitalizações, tombamentos, proteção e amparos Municipal e Estadual. Em 2015, muitas festividades culturais ocorreram no bairro, a exemplo, podemos citar a festa de 200 anos do Jaraguá, com exposições sobre Maceió a partir de fotografias no Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA), e exposição de Fotografias em slides na parede do Prédio da Associação Comercial.

Entretanto, percebe-se que a população de Maceió não tem presenciado estes momentos, visto que a quantidade de pessoas que visitam é insignificativa, na análise da ata de visitas a estes locais percebemos que há mais a presença de turistas do que da sua própria população. Talvez seja este o objetivo, de se criar uma área com atividades para atrair turistas, porém a população residente não deve ser excluída deste planejamento.

Ainda em 2015 ocorreu a tradição carnavalesca que tem sua saída do bairro do Jaraguá que acontece todo ano desde 2014. Também a Bienal do Livro 2015 que ocorreu no Centro de convenções Ruth Cardoso. Vale salientar, que este Centro de Convenções foi construído no Jaraguá com o objetivo de ser um pólo de realizações de eventos, e concomitantemente, para contribuir com as atividades Turísticas, pois oferece espaços para promoção da arte, do conhecimento e da cultura. (Ver figura 36 e 37)

Figura 36 – Agenda Jaraguá 2014 e 2015

Mês/ano	Eventos, acontecimentos, comemorações, ações culturais no Jaraguá
	2014
01/2014	_____
02/2014	Prévias do Carnaval têm início com Jaraguá Folia. Shows no Orákulo Shoperia
03/2014	_____
04/2014	Pisca no Jaraguá Tênis clube, Samba Bamba e Forró dos Plays no Orákulo
05/2014	Circuito Fraldinha, Kids e Teen de Corrida Infantil - 1ª Etapa - Estacionamento de Jaraguá
06/2014	Arraial Central no Estacionamento do Jaraguá, arraiá intensivo no Orákulo shoperia além de outros shows. Corrida das Cores da Copa - Estacionamento de Jaraguá

07/2014	Tributo a Tim Maia e Charlie Brown Jr. no Orákulo choperia; Pisca no Jaraguá t�nis clube
08/2014	_____
09/2014	Maratoninha Caixa 2014 - Estacionamento de Jaraguá
10/2014	Circuito Fraldinha, Kids e Teen de Corrida de Infantil - 3ª Etapa - Estacionamento de Jaraguá
11/2014	_____
12/2014	Circuito Fraldinha, Kids e Teen de Corrida Infantil - 4ª Etapa - Estacionamento de Jaraguá. Corrida de 15km - Estacionamento de Jaraguá.
2015	
01/2015	Festival de verão estacionamento Jaraguá
02/2015	Prévias carnavalescas no Jaraguá
03/2015	_____
04/2015	_____
05/2015	_____
06/2015	Desocupa�o da vila de Pescadores, Shows de São João em Jaraguá com 10 dias de festa no Arraial Central.
07/2015	_____
08/2015	Rex Bar reabra no Jaraguá
09/2015	Teatro de objetos com espetáculos com estrutura montada no estacionamento Jaraguá.
10/2015	1ª Edi�o do Maceió Moto Fest 2015 no estacionamento do Jaraguá
11/2015	7ª edi�o da Bienal Internacional do Livro de Alagoas – Centro Cultural e de Exposi�es Ruth Cardoso – Jaraguá. Vídeo Mapping (que projetou imagens de Maceió no prédio da Associa�o Comercial). Exposi�o de fotos Antigas da cidade de Maceió no Museu da Imagem e do Som de Alagoas. Festival Dosol 2015 no Orákulo Choperia.
12/2015	O espetáculo “Maceió Meu Xod�”, no estacionamento do Jaraguá. Evento Reggae Alagoas 2015, também no Estacionamento do Jaraguá (teve parte de sua estrutura destruída por pessoas no fim do show). Entrega de 23 �nibus Escolares (Estacionamento Jaraguá)

Fonte: SEMPTUR, 2016; FMAC, 2016; Portal da cultura e entretenimento, 2016; Maceió 40 graus, 2016.

Vale ressaltar mais uma vez que estas propostas não estão ligadas ao habitar no Bairro, mas construções e iniciativas Públicas Municipais para que seja apenas um bairro de visita, para Turistas ou para visitas da própria população que não reside no bairro. Como podemos observar (figura 37) tem havido um aumento de atividades no Jaraguá de iniciativas tanto do poder Público Municipal como de iniciativa Privada, no ano de 2016 encontramos mais atividades direcionadas ao nosso bairro de estudo, principalmente com o Projeto Jaraguá Vivo⁸ iniciado no ano de 2016.

Figura 37 – Agenda Jaraguá 2016.

	2016
01/2016	O bairro Ganha Roteiro Cultural a partir do novo Projeto Jaraguá Vivo .
02/2016	Capacitação de guias para o novo projeto Jaraguá Vivo . Participação do bairro na escolha dos locais para o Carnaval em bairros
03/2016	_____
04/2016	Lançamento Projeto Jaraguá Vivo , na Praça Dois Leões, com um city tour pelas ruas de Jaraguá.
05/2016	Continuidade do Projeto Jaraguá Vivo agora com opção também de forró pé de cerra. Apresentação Zeca Baleiro na Acrópole Hall
06/2016	Continuidade do Projeto Jaraguá Vivo que apresentações como coco de roda, mostrando a cultura maceioense. Em junho, forró no Rex Bar não faltou. A festa na véspera de São João é por conta de Fidellis e Cabroeira, com o melhor do forró nordestino. Também com Arraiá Central, no Jaraguá; Forrock e forrozão das antigas na Acrópole Hall. Ocorreram shows também no Oráculo Choperia e arraiá do cabeção no armazém

⁸ “Através de um city tour a pé, que irá acontecer todas as terças-feiras, a partir das 19h, os guias capacitados vão revelar os bastidores da história da vila que se formou ao redor de um pequeno engenho de açúcar do século 18, vindo dar origem à capital alagoana mais tarde. A região acabou se desenvolvendo por conta do excelente porto natural que abrigava, servindo à exportação de açúcar e algodão para a Inglaterra e outros mercados europeus. Com o crescimento dos negócios, o Jaraguá acabou se transformando na sede de bancos, companhias de navegação, consulados e alguns dos principais escritórios de exportação do Nordeste e, mais tarde, de prédios imponentes como a construção neoclássica da Associação Comercial.” (SEMPTUR, 2016).

	usina.
07/2016	Continuidade do Projeto Jaraguá Vivo que passou a contar com apresentações de diversos grupos folclóricos que abrem o roteiro na Praça Dois Leões. Tivemos também apresentação do Teatro Mágico no Centro de exposições Ruth Cardoso, a 8ª edição da festa de música eletrônica e Pela primeira vez no palco do Rex Jazz Bar a banda Garden além de outros shows no Orákulo Choperia durante o mês.
08/2016	Tributo a Raul seixas no Orákulo e turnê Anitta.
09 a 12/2016	Não foram encontradas agendas definidas.

Fonte: SEMPTUR, 2016; FMAC, 2016; Portal da cultura e entretenimento, 2016; Maceió 40 graus, 2016.

Todos estes aspectos que vieram construindo e constituindo a paisagem do Jaraguá fizeram dele um espaço da memória, de testemunhos e também de luta pelo território. Para proteção de todo estes prédios antigos a Diretoria de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Maceió tem articulado algumas ações políticas no bairro, como zoneamento das áreas especiais de proteção cultural, festividades culturais, atrações culturais, entre outros.

A partir de seus instrumentos legais, estas ações vão influenciar direta e indiretamente na dinâmica do bairro, de seus moradores que convivem diretamente com o bairro, de quem trabalha nele, já que é um bairro, sobretudo comercial e não para moradias - como verificamos durante a análise - também incide naqueles que visitam o bairro.

5. JARAGUÁ: O SABOR DO SILÊNCIO NAS RUAS SOLITÁRIAS

As correlações entre os sujeitos e o território que delinham e formam os sistemas de ações e de seus objetos, no estudo que se pretende de uma parcela do espaço geográfico, atende a busca em compreender suas dinâmicas de vivência e a compreensão e análise dos discursos das vivências e experiências que muitas vezes são mais sentidas por aqueles que cotidianamente estão em tal espaço, porém, há de se levar em consideração a experiência de quem de certa forma não está sendo impactado cotidianamente pelas ações territoriais para controle deste espaço e pode ver esta realidade sob outro ângulo perceptivo.

No bairro do Jaraguá é visível atualmente o seu esvaziamento de população residente, enquanto que há um crescimento de visitantes, turistas e trabalhadores, haja vista que é um bairro voltado mais para o comércio desde o início de sua construção. Ao caminhar nas ruas do Jaraguá, percebemos que há certa quietude, calma, percebida também por moradores e turistas. Esta característica é bastante expressiva, apesar de seus equipamentos, edifícios, sobrados, bares, galpões nos transmitirem a ideia de um lugar que já foi bastante movimentado, hoje, resta apenas sua memória pela rugosidade da paisagem.

Neste sentido, buscamos analisar estas experiências e vivências com este espaço que tem como parte de seu território tombado como Patrimônio do Estado de Alagoas e que vem passando por ações que visam torná-lo um local turístico, a partir de projetos como “Jaraguá Vivo”⁹, restaurações, e políticas públicas voltadas ao Patrimônio do bairro.

Analisaremos a experiência e vivência de moradores, turistas e daqueles que trabalham no bairro do Jaraguá. A finalidade consistiu em discutir a luz da nossa base teórica como tem se dado tal territorialidade do Patrimônio Cultural, podendo também recorrer ao discurso oficial para melhor analisar as ações territoriais no bairro quanto ao seu acervo Patrimonial e suas intencionalidades.

⁹ “O potencial turístico de Maceió vai muito além da sua orla paradisíaca. Temos ainda muitas histórias para contar, expressões culturais autênticas e sabores capazes de cativar os mais diversos tipos de turistas. O projeto Jaraguá Vivo mistura tudo isso: um patrimônio arquitetônico singular, espaços culturais que revelam a vocação artística do nosso povo, uma experiência gastronômica ao ar livre e ainda uma amostra da nossa vida noturna contagiante. Tudo isso em um cenário à beira-mar único”, reforça Jair Galvão, secretário de turismo de Maceió.” (SEMPTUR, 2016).

5.1 TERRITORIALIDADE: O ESPAÇO DO PATRIMONIO CULTURAL

No bairro do Jaraguá o que prevalece são as atividades comerciais e as instituições públicas e privadas (fundação, associação, museus, bibliotecas, faculdades e alguns órgãos governamentais) havendo poucas residências.

O processo de retirada de uma parte da população do Bairro do Jaraguá, qualificada como Comunidade de Pescadores e o não incentivo para novas moradias, atrelado a falta de investimentos para o próprio bairro, para seu acervo Patrimonial, bem como a falta de promoção a uma Educação voltada a questão Patrimonial para a própria população e para os sujeitos que cotidianamente convivem no bairro, acarretaram cada vez mais, a depredação, modificação da arquitetura e estrutura dos prédios históricos, tornando-se cada vez mais vazio, tanto simbolicamente como literalmente falando, principalmente à noite, visto que o comércio não funciona no turno noturno e como há poucos moradores, prevalece o silêncio com um tom sombrio, criando uma imagem de bairro inseguro.

O bairro remonta a história do Estado de Alagoas através de suas atividades portuárias, que são monitoradas e datadas desde o século XIX, fazendo também com que Maceió fosse reconhecida enquanto Capital Alagoana. O bairro hoje possui muitos prédios antigos, armazéns, sobrados, estrutura de antigos bancos, um está em ruínas, assim como alguns outros prédios que estão bastante desgastados pelo tempo e pela falta de investimentos para sua salvaguarda.

O Patrimônio do bairro do Jaraguá vem sendo monitorado pelo município desde final do século XX, especificamente década de 1990, quando já estava bastante degradado. A partir da criação de leis buscou-se olhar melhor para este bairro, porém é nesta época que através dos instrumentos necessários, o plano diretor da cidade de Maceió, estabelece o Jaraguá como uma Zona Especial de Preservação enquanto Patrimônio Cultural, sendo que já era uma área Tombada pelo Estado.

Assim como já ressaltamos, os equipamentos do bairro têm sua importância cultural e arquitetônica que vem tentando-se manter e tê-lo também como atrativo turístico. A prefeitura tem estes equipamentos já em um inventário com todas estas características arquitetônicas delineadas. Ressaltamos que foi um inventariado preliminar, pois as informações históricas acerca de cada equipamento ainda inexistem, o que temos apenas são relatos em livros como em: “Maceió”, escrito por Craveiro Costa (1983) em que nos mostra as relações do porto com o desenvolvimento de Maceió e

também o livro “Histórias do velho Jaraguá” do autor Pedrosa (1998), que traz alguns fatos históricos e também algumas histórias orais de antigos moradores do bairro. Neste sentido, o inventário nos apresenta apenas, no momento, estas características arquitetônicas.

Figura 38 – Quadro da tipologia e característica do Patrimônio Cultural incluída na Zona Especial de Preservação (ZEP) do bairro do Jaraguá Maceió (AL)

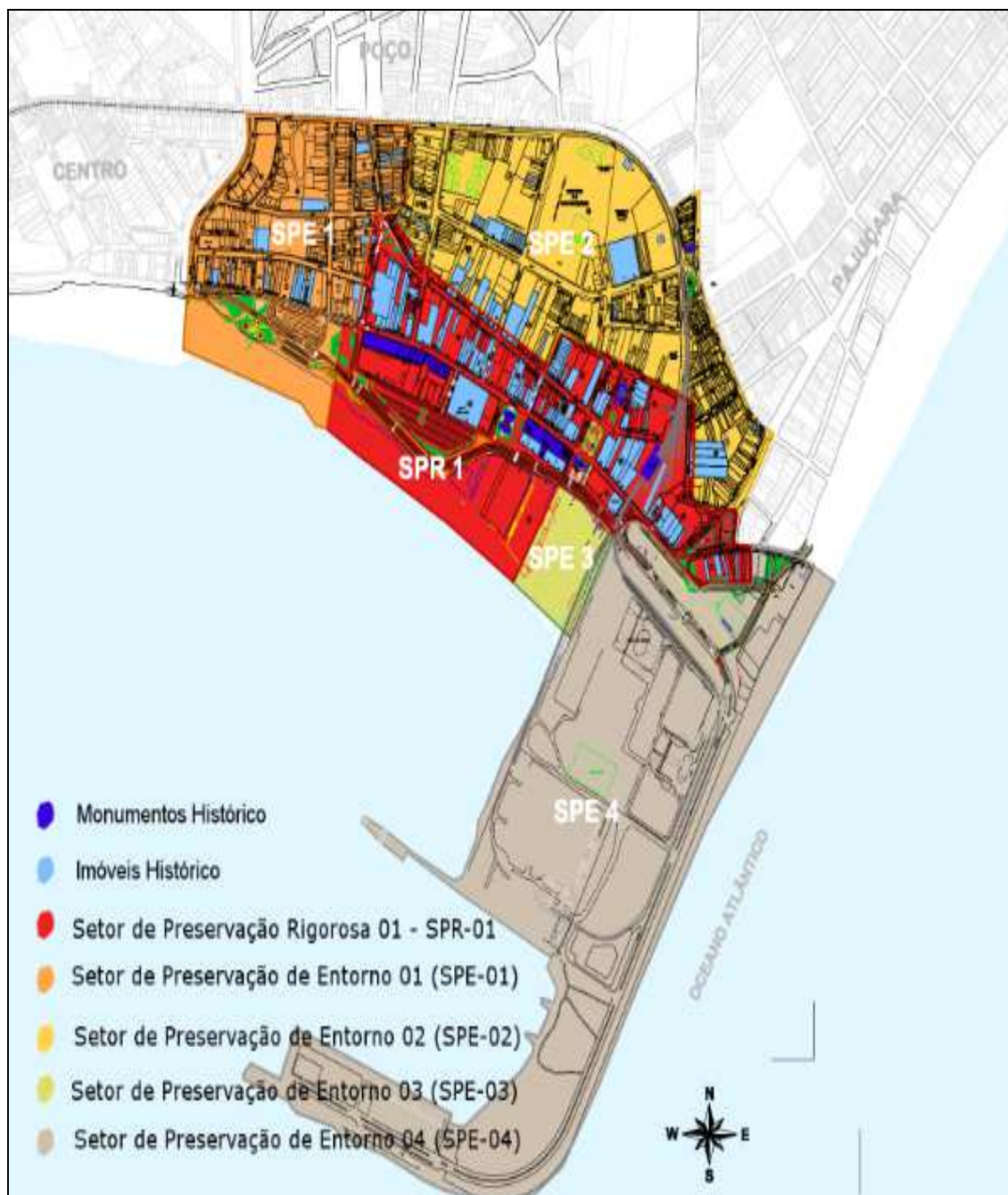
Equipamentos que estão dentro ZEP do Jaraguá	Características históricas e arquitetônicas
Igreja N ^a Sr. ^a Mãe do Povo	- Templo religioso que marca a fé católica, sendo importante para o contexto urbano do bairro. A singeleza marca este edifício, apresenta traços simples. Faixada principal com óculos, aberturas em arco plenos com molduras em relevo e algumas molduras em ogivais. Todas com esquadrias em madeira vidro. Platibanda triangular demarcada por frisos com ornamentos denteados. As fachadas laterais apresentam aberturas com molduras em relevo na forma de ogivais, tendência do estilo gótico, torre sineira lateral.
Imóveis com dois pavimentos (antigos Bancos, sobrados, recebedoria, associação comercial de Maceió, etc)	- São 15 imóveis que possuem dois pavimentos e que estão protegidos, alguns deles estão desprovidos de portas e janelas, apresentando certa degradação. Aberturas de esquadrias retas também foram feitas descaracterizando os prédios. Muitos possuem características suntuosas e pomposa como a Associação Comercial de Maceió, outros apesar da beleza com suas colunas renascentistas, pseudo colunas, estão em mau estado de conservação. Muitos dos prédios são sobrados, ornatos com tendência eclética, outros prédios demarcados por elementos neoclássicos.
Imóveis Térreos (Antigos Armazéns, galpões, vendas)	- 21 edificações sendo que 4 delas foram descaracterizadas fazendo-se aberturas retas para entrada e saída. Entre estas edificações temos o trapiche segundo, antigo galpão onde se estocavam os produtos para exportação, este, encontra-se com a parte interna demolida restando apenas a parte frontal que foi fechada com tijolos e concreto. - A maioria das edificações possuem abertura em arcos ogivais ou arcos plenos e emolduradas com falsas colunas com fustes simples. Platibandas triangulares com e sem óculos, escalonada com ornamentos em relevos, rendilhados. A maioria possuem esquadrias em madeira e bandeira em ferro, algumas aberturas encontram-se entaipadas.

Fonte: SEMPLA, 2015.

É importante ressaltar que o bairro do Jaraguá conjuntamente com mais 4 bairros da cidade de Maceió são protegidos por serem considerados Zonas Especiais de Preservação que estão regimentados pela Lei Municipal nº 4.545, de 4 de novembro de

1996, na qual foi construído todo um mapeamento separado em: monumentos históricos, imóveis históricos; setor de preservação rigorosa 1, setor de preservação de entorno 1, setor de preservação de entorno 2, setor de preservação de entorno 3 e setor de preservação de entorno 4. segue abaixo estas zonas:

Figura 39 – Mapa com Zonas Especiais de Preservação – Jaraguá.



Fonte: SEMPLA, 2015.

Como podemos observar (figura 39), foi realizado um zoneamento do Jaraguá, que foi também subdividido em setores de Preservação rigorosa (SPR) e Setores de Preservação Ambiental (SPA). Vejamos o que tal lei determina como sendo estes setores (MACEIÓ, 1996):

Art. 2º - As Zonas Especiais de Preservação (ZEP), poderão ser subdivididas em Setores de Preservação Rigorosa (SPR) e Setores de Preservação Ambiental (SPA).

§ 1º - Considera-se, para os efeitos desta Lei, Setor de Preservação Rigorosa (SPR), o espaço urbano contendo qualquer edificação ou conjunto de edificações instituídas como Patrimônio Cultural Edificado de Maceió, sujeitos, por isso, a um rígido controle das intervenções edilícias e urbanísticas de modo a impedir intervenções ou não intervenções que provoquem o seu perecimento ou que interfiram nas suas características, alterando-lhe a feição original ou ambiência.

§ 2º - Considera-se, para os efeitos desta Lei, Setor de Preservação Ambiental (SPA), o espaço urbano de entorno aos Setores de Preservação Rigorosa (SPR), visando atenuar a interferência paisagística da urbanização sob estas áreas.

A maior parte das edificações antigas, reconhecidas enquanto Patrimônio Cultural da cidade, está no SPR1, em vermelho, compreendida enquanto setor de preservação rigorosa 1. Podemos ver incluso nesta área em vermelho os imóveis históricos que estão na tonalidade de azul claro e os monumentos históricos em tons de azul escuro, estes são exatamente os bens inventariados pela Diretoria de Patrimônio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento mencionado anteriormente e que são protegidos pelo Município.

O Decreto Municipal nº5.569, de 22 de novembro de 1996, que institui o que designa este Setor de Preservação Rigorosa 1, em seu artigo 1º, parágrafo único e inciso I “área constituída pelo núcleo que mantém a morfologia urbana e a tipologia da edificações de interesse histórico e arquitetônico, sujeitando-se por isso a rígido controle das intervenções.” Neste sentido, tal área fica sob a proteção do município, pois este não tem poder para fazer o tombamento, mas a partir de outros meios pode realizar esta proteção, como por meio destes zoneamentos melhor organizam, delimitam e planejam as ações na área.

Estes bens compreendem edificações antigas, que atendiam às atividades econômicas portuárias e a população remanescente. Estes prédios estão presentes no

bairro ainda hoje, porém em estado de conservação ruim, muitos em ruína. O município de Maceió investiu em reparos a estas edificações por volta da década de 1990, conseguindo parcerias para que estes prédios recebessem restaurações, além de ações e atividades para que o bairro fosse atrativo, como barzinhos, músicas ao vivo nas ruas, casas de show/boates iniciadas no ano de 2000.

Porém, estas ações duraram pouco tempo, acarretando o fechamento de bares pela noite, das músicas nas ruas, de algumas boates e então novamente as pessoas pararam de frequentar o bairro e mais uma vez ele acabou caindo no esquecimento.

Um novo projeto realizado pela Prefeitura do Município, efetivado pela Fundação Municipal de Ação Cultural (FMAC), que fica no bairro do Jaraguá, vem desenvolvendo desde o início do ano de 2016 um Projeto chamado Jaraguá Vivo, com ações que tem movimentado o bairro no turno noturno, exatamente quando a movimentação do mesmo inexistia.

Assim, a FMAC tem proposto uma agenda cultural no bairro bastante convidativa, com apresentações culturais, reabertura do antigo bar de Jazz, food trucks, barzinhos e guias turísticos que apresentam o bairro e sua história aos visitantes. Ocorreram ainda em 2016 outras ações que envolvem tanto o poder Público quanto o poder Privado, ligados a cultura, arte, exposições da cultura e da história de Alagoas e Maceió nos Museus do bairro, por meio destas ações percebe-se que as visitas ao Museu são expressivas no segundo semestre de 2015, momento em que se intensificam as ações no bairro. (Ver Tabela, figura 40).

Figura 40 - Tabela com total semestral do relatório dos visitantes do MISA

Mês/ano	Visitantes Alagoas	Visit. Outros Estados	Visit. Outros Países
01/2015	39	184	9
02/2015	46	67	17
03/2015	174	65	9
04/2015	110	72	07
05/2015	110	72	07
06/2015	312	77	12
TOTAL	791	537	61
07/2015	452	206	22

08/2015	439	96	07
09/2015	746	192	12
10/2015	383	9	1
11/2015	295	45	13
12/2015	161	66	2
TOTAL	2.467	614	57
01/2016	161	72	22
02/2016	65	32	25
03/2016	356	168	74
04/2016	269	85	15
05/2016	122	91	60
06/2016	254	123	27
TOTAL	1.227	571	223

Fonte: MISA/2016.

Os dados revelam que têm havido um aumento de visitas, no primeiro semestre de 2016 temos um pequeno aumento em relação ao primeiro semestre do ano de 2015. As visitas, em sua maioria, são da população de Alagoas, porém não temos uma contagem das pessoas de Maceió ou do bairro do Jaraguá que visitam o MISA, mas, segundo relatos do responsável pelas visitas, as pessoas que vão ao museu, referente aos visitantes alagoanos, revelam que são de outros municípios e não residentes de Maceió, havendo pouco interesse da população residente do bairro e da cidade.

O conjunto de bens considerados como Patrimônio para o Estado Alagoano do bairro do Jaraguá pode ser ou não considerado como valor histórico e cultural para sua comunidade, ela pode até reconhecer a importância do local, porém muitas vezes sem profundidade. Às vezes conhece porque sabe que ações vêm sendo feitas para tentar restaurar o bairro, faltando-lhe uma noção de tal entendimento do que é tal patrimônio, sem uma construção simbólica de elo com tal espaço, e de certo modo, vivendo nele, mas sem o viver, construí-lo, mas sem ser construído pelo mesmo. Segundo Marandola e Dal Gallo (2010, p. 416)

Torna-se possível viver uma vida inteira numa cidade ou região sem integrar-se às dinâmicas do sistema do lugar. Mesmo após vários anos,

a pessoa ainda pode se considerar “de fora”, pois os laços de envolvimento com o lugar não ultrapassam aqueles ligados à sobrevivência e às práticas cotidianas funcionais.

Nesse sentido, é necessário envolver os sujeitos que cotidianamente vivem este espaço em que se encontra o Patrimônio e que se quer resguardar. Pois, tendo-se o reconhecimento e conhecimento deste facilitaria na sua proteção e na não depredação pela própria população, como é o caso do Jaraguá, fazendo com que estes também incentivassem aos visitantes a manterem o bairro preservado. Por isso em entrevista com a senhora Guerreiro¹⁰, que é arquiteta urbanista da divisão técnica da superintendência Regional da Casa do Patrimônio em Maceió, adverte-nos que:

[...] um grupo de intelectuais pediam o tombamento, mas muitas vezes a população não reconheciam aquele tombamento [...] os bens foram tombados e virou uma carga para o IPHAN preservá-lo e não deveria ser assim [...] porque realmente quem preserva um bem é a comunidade que o identifica [...] **se a população não estiver preparada para manter aquele bem o que é que vai adiantar um título [...] porque quando ele é imposto ele vira um peso para a comunidade e aí ele não será aceito.** (Informação verbal, GUERREIRO, 2015, grifos da autora)

Neste caso, a territorialidade do Patrimônio cultural do Jaraguá enquanto plano de tornar o bairro um atrativo turístico não incluiu de forma efetiva sua comunidade, houve na verdade uma exclusão e como sempre as decisões vieram sem haver esta preocupação de preparar os sujeitos que vivenciam o bairro cotidianamente. A população não estando inserida há a continuidade de degradação dos patrimônios pelos próprios moradores. A iniciativa do Poder Público foi retirar uma parte da população carente do bairro que vivia em sua grande maioria da pesca no local.

O habitar neste sentido, não é o plano das ações territoriais no bairro, não houve a preocupação com os sujeitos que pertenciam aquele espaço, estes deveriam estar em primeiro plano para que posteriormente pensasse um melhor modo de trabalhar a questão Patrimonial no bairro. Em resposta a isto, percebemos uma desorganização no bairro, segundo entrevista com Guerreiro¹¹, urbanista do IPHAN:

¹⁰ Entrevista concedida por GUERREIRO, T. de A. L. (Arquiteta e urbanista do IPHAN-Maceió). Entrevista I. [Jun. 2015]. Entrevistador: Amanda Renata Amorim e Silva. Maceió, 2015. 1 arquivo .mp3 (27 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

¹¹ Entrevista concedida por GUERREIRO, T. de A. L. (Arquiteta e urbanista do IPHAN-Maceió). Entrevista I. [Jun. 2015]. Entrevistador: Amanda Renata Amorim e Silva. Maceió,

[...] Quando houve a **desocupação aqui da favela** alguns dias atrás, não sei o que houve quanto a medidas do município ao certo, quanto relocação das pessoas quanto a moradias, porque **muitos ficaram ser ter pra onde ir depois da remoção, então eles invadiram um dos prédios, um prédio enorme sem uso que estava sem portão [...]** e **todo mundo invadiu e foi um problema, porque é um imóvel da união** e por uma ação do município que enfim deve ter havido algum problema em meio de campo que essa relocação não foi feita da maneira certa, não deu certo e eles invadiram mas no mesmo dia, foi conseguido retirá-los conversando e ai o prédio hoje felizmente está lá. (Informação verbal, GUERREIRO, 2015, grifos da autora).

A fala da urbanista expressa primeiramente que parte da população ficou sem moradia, muitos moravam em barracos, outros em pequenas casas na comunidade de pescadores do bairro, há o relato da prefeitura de que muitos moradores de rua ao saberem que a comunidade do Jaraguá iria receber casas começou a se alojar no local durante os anos de 2009 a 2015, muitos sem tetos de Maceió. A população não foi retirada imediatamente, pois não queriam deixar o local entrando na luta judicial pela permanência (ver figura 41), perdendo a causa visto que o local foi considerado impróprio para construção de moradia, porém o fato da população não querer deixar de morar no bairro deveria ser levado em consideração, já que era uma comunidade tradicional para Maceió.

Figura 41 – Moradores resistindo a desocupação em 2015.



Fonte: Pedro Mesquita/G1, 2016.

2015. 1 arquivo .mp3 (27 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação.

Constata-se que não houve incentivo por parte do poder público para que esta comunidade pudesse continuar no bairro, pois os mesmos eram olhados como marginais e que assustavam os visitantes do bairro com a imagem de um local sem a mínima infraestrutura e com a falta de um saneamento básico. Por isso, pensou-se em melhorar este medo que as pessoas teriam de frequentar o bairro retirando estes moradores para outro bairro. Esta ação está intrínseca ao Patrimônio do bairro, visto que o bairro poderá se tornar um local turístico. Porém, o Poder Público não tem conseguido atender aos moradores do bairro e muitos estão deixando o local.

Enquanto não houver uma preocupação com a população residente do bairro ou dos sujeitos que possuem edificações para que haja uma conscientização, uma educação patrimonial, estes bens ficarão à mercê de toda sorte de danificação, como é o caso das pichações, das vidraçarias quebradas, dos prédios demolidos e modificados como é o caso dos grandes empresários e dos banqueiros a qual houve a modificação para instalações, como é o caso do Banco do Bradesco e Banco do Brasil, destoando do estilo arquitetônico dos prédios vizinhos.

Este é o problema como ressaltou a urbanista do IPHAN, em que a importância e preocupação com a salvaguarda destes bens não advenham da população. Ao indagar ao Senhor Benedito Amorim¹² acerca de como é conviver em um bairro com tantas edificações antigas que são protegidas por leis e registradas como Patrimônio Cultural da cidade e do estado de Alagoas, ele explicou que:

Olhe, veja bem, a gente vê tudo isso, mas isso **não parece ter muito efeito, porque as construções antigas muitas vezes elas são depredadas**, entendeu? São desgastadas pelo tempo, derrubadas, elas perdem sua característica original e muitas vezes o governo não pode fazer nada. Quando nós pedimos o tombamento da rua Sá e Albuquerque, o tombamento a nível Nacional, é justamente pra tentar proteger mais, né? Que é um centro histórico pequeno, com alguns imóveis e que não seria difícil esse tombamento. É, listar, vetorial [sic] esse patrimônio e manter pelo menos sob vigilância do Instituto do Patrimônio Histórico e de Artes Nacional. (Informação verbal, AMORIM, 2015, grifos do autor)

¹² Entrevista concedida por AMORIM, B. R. de (coordenador de ação cultura e social da Associação comercial de Maceió). Entrevista I. [ago. 2015]. Entrevistador: Amanda Renata Amorim e Silva. Maceió, 2015. 1 arquivo .mp3 (20 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta Dissertação.

Portanto, a questão para proteção não é o tombamento em si, mas a forma como se dá este processo, de onde ele procede, se é da própria população, se há uma consciência de que a proteção se inicia pelos próprios nativos do lugar, de uma educação Patrimonial, os cuidados a não depredação.

Há um processo aberto na superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Alagoas para um tombamento da Rua Sá e Albuquerque do Bairro do Jaraguá, onde está presente a maior parte dos imóveis e monumentos históricos do bairro. A solicitação foi realizada a partir de um documento que traz toda a história do Jaraguá ligada ao Desenvolvimento econômico do estado e da nação.

O documento foi escrito pelo Sr. Benedito Amorim juntamente com uma equipe técnica da Associação Comercial Maceió. O projeto está na Superintendência regional do IPHAN em Maceió, desde 2011. Mas, ele ainda está em processo. O documento traz as características econômicas de Maceió ligadas economicamente ao movimento comercial do bairro do Jaraguá, às exportações e importações viabilizadas pelo Porto.

O senhor Benedito levanta a questão de que o tombamento a nível Nacional seria uma das soluções para maior proteção, porém a urbanista e arquiteta do IPHAN, senhora Guerreiro¹³ adverte que:

[...] o tombamento é só uma formalidade, um documento que vai dizer que ele é tombado, tá, mas assim: se a população não tiver preparada para manter aquele bem, o que é que vai adiantar um título, tem tantos bens aí tombados e que estão em ruínas; que já se perderam, há isto é culpa do IPHAN? não totalmente, nós temos nossa culpa sim, não tombamos? não registramos? Não demos o título? Então também teremos nossa participação para preservação daquele bem, mas não dá pra ser só, porque se não fica só para o turista ver, a área está tombada e a população não sabe nem o que é o quê, mas o Turista estará lá, vai achar lindo e a população hunrum... (cara de desinteresse e desconhecimento) (Informação verbal, GUERREIRO, 2015, grifos do autor)

A urbanista mostra a relevância do processo do Patrimônio começar pela sua própria comunidade, com ações que incluam desde o processo de seleção destes bens até os sujeitos que cotidianamente vivem neste local, pois, para um projeto para o bairro e sua proteção é necessário o sujeito que vive tal espaço estar incluído, visto que,

¹³ Entrevista concedida por GUERREIRO, T. de A. L. (Arquiteta e urbanista do IPHAN-Maceió). Entrevista I. [Jun. 2015]. Entrevistador: Amanda Renata Amorim e Silva. Maceió, 2015. 1 arquivo .mp3 (27 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta Dissertação

também fazem parte do Patrimônio vivo do bairro. Por isso para um “Jaraguá Vivo” não se faria necessário trazer outros sujeitos para este território inicialmente. Mas, primeiro fortalecer os laços de seus moradores com o local, fazendo com que este seja considerado um local vivo culturalmente no sentido do habitar.

Sendo o Jaraguá este empório comercial desde seu nascedouro, seria muito importante que seus comerciantes conhecessem esta história para que houvesse esta oralidade voltada a cultura do Patrimônio da área, a uma educação Patrimonial para com estes sujeitos que cotidianamente vivenciam o bairro. Sendo assim, tanto os moradores como os que ali trabalham estariam inclusos num plano de salvaguarda Patrimonial.

Este processo de territorialidades do Patrimônio Cultural do bairro tem se desenvolvido de forma fechada em torno do Poder Público Municipal e Estadual e do Poder privado, que tomam as decisões, controlam e moldam este território. Entretanto, como nos adverte Raffestin (1993) a territorialidade se dará sempre por relações entre os seus atores, e, no caso do Jaraguá, esta se delineará por uma territorialidade de relações assimétricas, sendo os atores que estão nesta relação: o Poder Público versus moradores, trabalhadores e visitantes do bairro. O uso deste território é um jogo de poder, que não é inocente, nem desprovido de intenções.

É importante conhecer como os sujeitos que estão nesta relação de poder percebem estas ações. Tentar entender todo este processo que não tem levado em consideração a sua própria população. A vivência, a experiência, a memória, a percepção das pessoas que moram, trabalham e visitam o bairro é relevante para compreender e analisar como tem se dado esta territorialidade pelo Patrimônio Cultural do Bairro do Jaraguá. Por isso, a partir de entrevistas colhidas com estes grupos focais analisamos os discursos, fazendo ligação com as ações que tem se dado no bairro através do Poder Público como forma de controlá-lo.

5.1.1 Territorialidade: o espaço em que habito

O bairro Jaraguá da cidade de Maceió expressa sua territorialidade nas diferentes formas de ocupar o espaço, sendo o habitar visto de forma temporária e permanente, pois envolve: os moradores do bairro, os turistas e os trabalhadores. Assim, percebe-se que a dinâmica do espaço habitado está diretamente relacionada com as relações de poder que foram sendo instituídas durante o processo de formação territorial.

A territorialidade nos leva a pensar em um sentimento de pertencimento de um dado lugar, movida por uma intencionalidade, em que apontamos quatro aspectos estruturantes para a formação territorial. A primeira, devido à instalação do Porto de Maceió; a circulação de pessoas e mercadorias, as instalações de equipamentos urbanos e de serviços. O porto do bairro do Jaraguá movimenta uma grande quantidade de pessoas cotidianamente, trabalhadores pelo próprio porte e de empresas que atendem também ao Porto.

Figura 42 - Tabela com População Portuária – Jaraguá.

Funcionários	Quantidade de trabalhadores
Porto de Maceió	118
Megawats	34
Transpetro	180
EMPAT	249
Petrobrás distribuidora	194
TOMÉ Ferrostaal	3.600
Total	4.375

Fonte: Porto do Jaraguá/2016.

Assim, a territorialidade configura-se como uma forma de apropriar-se do espaço e transformando a partir do convívio alimentado pelo sentimento de uma identidade ou da subjetividade das relações estabelecidas no espaço habitado (SANTOS, 2016). O espaço habitado no bairro Jaraguá é marcado pelas relações comerciais e de serviços, sobretudo em meio às edificações patrimoniais que se articulam com as novas funcionalidades dos prédios, que no atual contexto, são oferecidos os serviços escolares, bancários, comerciais e outros.

A territorialidade do bairro é também expressa pelo comportamento dos cidadãos que fazem uso dos diferentes serviços disponibilizados e mantém durante o dia um fluxo de pessoas e mercadorias intensificado, sobretudo pelo Porto de Maceió que é porta de entrada e saída, respondendo as demandas advindas do próprio estado, de outros estados e outros países.

As edificações patrimoniais que expressam diferentes temporalidades levam os moradores a um espaço reduzido, pois apenas 3.211 moradores (0,003443% da população de Maceió) de fato mantém o bairro como local de domicílio. O que significa a existência de uma pequena parcela do contingente populacional que faz uso como moradores e que mantém laços cotidianos. Mas, não lhes conferem um ambiente de residência familiar ou com característica de uma vivência de moradores que participam da vida do bairro. Ao contrário, o bairro funciona como dormitório, com características de moradias mal conservadas e algumas danificadas, prevalecendo uma paisagem de abandono e de edificações velhas e opacas.

Figura 43 - casas do bairro



Fonte: SILVA, 2016.

Figura 44 – Antiga Casa Paroquial



Fonte: SILVA, 2016.

O habitante na condição de morador compartilha com trabalhadores e turistas o acervo arquitetônico que serve de referência para a cidade de Maceió-AL. Contudo, os visitantes da cidade e de outros lugares (turistas) são motivados não só pela paisagem das edificações antigas, mas por outros equipamentos urbanos recentemente construídos, como é o caso do Centro de Convenções, instalado na última década, que

promove eventos reunindo um público variado, não se restringindo ao estado de Alagoas.

Para uma comunidade desempenhar territorialidade em determinado espaço, esta deve apresentar laços que demonstrem seu pertencimento ao lugar e ao elo que a liga ao lugar, desenvolvendo ações para seu controle, proteção, salvaguarda, quando estas ações partem sobretudo de uma superestrutura política que não vive aquele território nem tem ligações de pertencimento ao lugar. Muitas vezes, a cultura dos habitantes, suas experiências, vivências não são valorizadas, seus interesses poderão ligar-se apenas às questões lucrativas e neste sentido a comunidade daquele espaço vai ser submetidas aos jogos de controle e ações políticas para o local.

Os habitantes do local são diretamente afetados pelas territorialidades que vão sendo construída. No caso do Jaraguá, os patrimônios Culturais do bairro são objetos de interesse, pois é a partir da tentativa de controle deles que o poder sobre este território tem se dado, utilizando-se do discurso do potencial do bairro para a atividade turística para excluir os moradores considerados indesejados. Se o importante é o resgate da cultura e da história de Maceió e do próprio Estado de Alagoas, a cultura pesqueira não foi valorizada, sendo ela muito mais antiga na região do que o próprio Porto, suas edificações e seus monumentos.

A cultura pesqueira na região é antiga, tanto Craveiro Costa (1983) como Pedrosa (1998) ressaltam a presença de pescadores que ficavam na enseada do Jaraguá, simples pescadores que sobreviviam da atividade pesqueira e que ali foi formando uma pequena comunidade de pescadores em meio às atividades portuárias que próximo dali foram se desenvolvendo.

No discurso do que é o Patrimônio Histórico e Cultural estes sujeitos não deveriam ser excluídos de um plano que se quer fazer o bairro reviver, pois estes sujeitos faziam parte da vida do bairro, que, tem se tornado vazio. A ideia de bairro inseguro, perigoso, com assaltos, ainda continua mesmo com a retirada da comunidade, talvez não fossem estes os reais atores que faziam o bairro ser tão assombroso e sim a falta de investimento em segurança, educação, lazer, infraestrutura para a população que reside ou residia no bairro.

Apesar deste clima vazio no bairro, no turno noturno, na rotina dos fins de semana existem bares e casas noturnas que são responsáveis pelo movimento de um público atraído pelos ritmos musicais e estilos artísticos apresentados nesses locais como exemplo: Orákulo chopperia; K-fofo; Club Passport; Club Havana e outros.

Apenas para exemplificar que a vida noturna do bairro Jaraguá recebe um público variado de partes da cidade de Maceió.

Figura 45 - Oráculo Choperia



Fonte: Silva, 2016.

Figura 46 – K-Fofa Show House



Fonte: Silva, 2016.

Figura 47 – Rex- Bar de Jazz



Fonte: Silva, 2016.

O bairro Jaraguá participa da dimensão da vida dos moradores da cidade, não se limitando aos domicílios locais, pois os sujeitos constroem sua territorialidade pelas vivências culturais expressas no comportamento daqueles que mantêm, de forma direta, laços de convivência. Assim, pode-se referir a existência de uma identidade da cidade composto por diferentes classes sociais. Embora, a mais expressiva seja uma classe

dominante que mantém o controle e direção das ações realizadas pelas instâncias públicas (municipal e estadual).

Para as secretarias do governo, o bairro Jaraguá é o espaço dos grandes eventos públicos da cidade, programados durante todo o ano. O denominado “estacionamento do Jaraguá” (ver Figura 48) é onde são organizados eventos abertos ao público em geral, com atrações musicais, exposições e eventos. É uma tradição ser realizado as festas juninas da cidade e o carnaval de rua. Conforme a natureza do evento é instalada: palco, arquibancadas, tendas e barracas de vendas.

Figura 48 – Estacionamento do Bairro sem Festa - 2016



Fonte: Silva, 2016.

Figura 49 - Estacionamento do Jaraguá em comemoração ao Arraial Central 2014.



Fonte: Pei Fon/ Secom Maceió, 2014.

É possível compreender o fato do bairro não contar com muitos moradores, uma vez que, seus espaços não são pensados para quem mora exclusivamente no bairro, mas para receber o visitante e/ou turista, dado a gama de possibilidades de diversões e atrações culturais que estão concentradas no bairro Jaraguá. O sentimento de pertencer vai para além dos limites do bairro. É um bairro que representa a expressão de uma identidade para a cidade, de uma tradição envolvendo as raízes que lhe deram origem em meio ao novo que ressurgue com as possibilidades de refuncionalidade dos seus espaços habitados pelo trabalhador, pelo turista e pelo morador.

5.1.2 Paisagem da memória: experiências e vivências do bairro

A paisagem enquanto expressão do processo de construção histórica do espaço geográfico, pode ter distintos olhares, apesar de possuir sua objetividade enquanto seu sentido próprio de ser. Porém, esta objetividade está carregada de intenções, as quais não podemos ver apenas com um mero olhar superficial, mas a partir de análises e reflexão dos processos que se desembocam na sua constituição e representações.

Por isso, o que analisamos em um primeiro momento foi esta paisagem, sua construção, suas intencionalidades, buscando a territorialidade a partir das ações para controle de tal território. Neste sentido, não podemos fazer tal análise sem correlacionar com os sujeitos que vivenciam e experienciam tal território e como simbolicamente, percebem esta paisagem, pois mediante estudos de Claval (2011, p.237)

Fazer da geografia uma análise da experiência humana é voltar-se para a maneira como o indivíduo toma a consciência daquilo que é através dos lugares onde vive, das paisagens que lhe são familiares e daquelas onde se sente à vontade, das ruínas que lembram o passado e dos equipamentos que convidam a olhar o futuro. A paisagem é semeada de símbolos.

Quando os sujeitos nos falam acerca de uma determinada paisagem, estão descritos em seu discurso a sua experiência, o seu espaço vivido, a sua memória, que se mostram através da sua percepção das coisas. Este olhar estará sempre a pensar o futuro do que se olha, do como deveria ser, pois o sujeito começa a projetar-se sobre o que ele retrata e logo projeta suas perspectivas, anseios, medos, e neste sentido, podemos analisar a ligação simbólica que o sujeito tem com este espaço, o que ele espera dele, delineando como sente e percebe as ações no território.

Mediante isto, colhemos algumas entrevistas para analisar as experiências, vivências e percepções dos sujeitos com o bairro acerca das ações para a territorialidade do Patrimônio na área de estudo. Esta é uma análise de cunho qualitativa, não probabilista, as quais foram direcionadas para três grupos focais: Visitantes, Moradores e Trabalhadores do bairro. Analisaremos a seguir o que nos descreve um dos visitantes do bairro, a sua experiência nele. Para Bibiano (2016):

É notório a falta de interesse do Poder Público em preservar o acervo patrimonial do bairro Jaraguá, basta andar por algumas ruas do bairro para vermos a grande quantidade de **prédios históricos pinchados [sic] e em estado de conservação ruim. Também é possível observar o mínimo de interesse da população em preservar o bairro e seu patrimônio, onde a meu ver somos os principais responsáveis [...]** Já tive vários tropeços nessa vida, principalmente nas **calçadas esburacadas do bairro** Jaraguá, mas não sei se isto é o que podemos chamar de boas experiências. (Informação escrita, A. BIBIANO, 2016 visitou o bairro)

Percebe-se que quem visita o bairro tende sempre a apontar seu potencial para a cidade, colocando inicialmente o problema percebido visivelmente a partir do olhar que se lança a tal paisagem e a partir deste olhar analisa-se o que está aparente, sua forma, cor, estrutura por isso o visitante observou a má conservação dos prédios, analisando posteriormente os responsáveis que deveriam cuidar deles, para proporcionar uma estrutura adequada. Vale ressaltar que são questões retratadas tanto por moradores, como por pessoas que trabalham no local, estes discursos se cruzam.

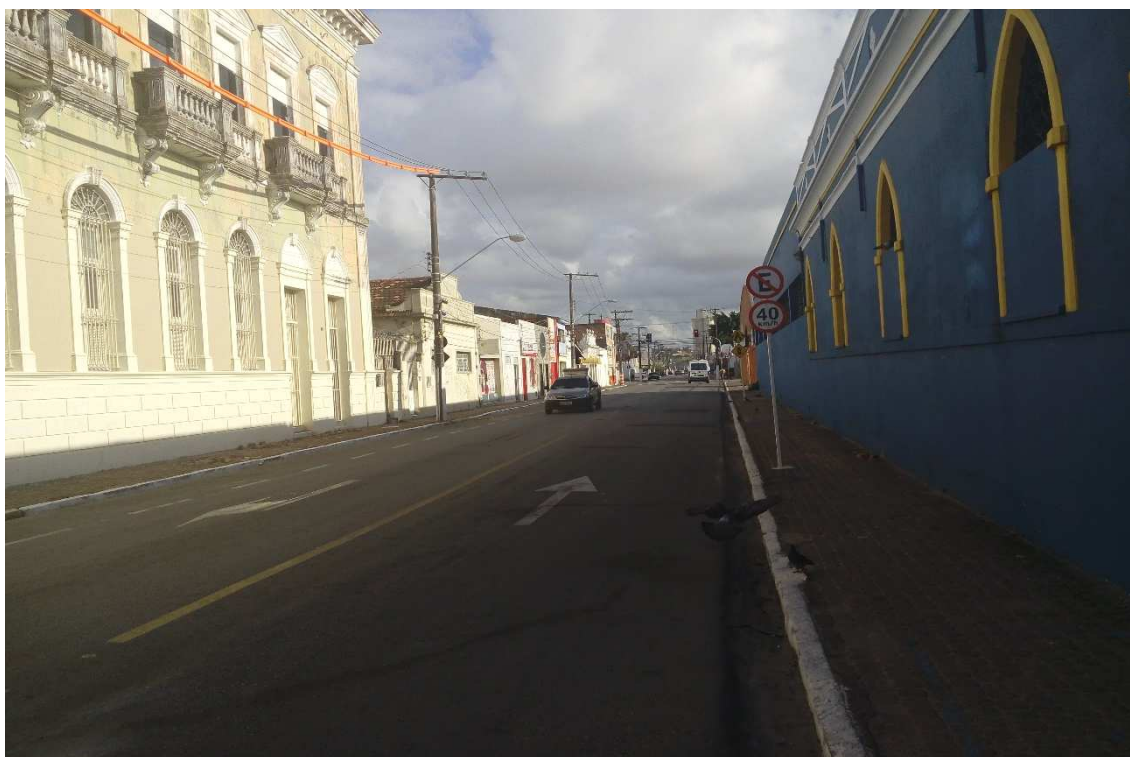
Observemos que o visitante faz uma reclamação do calçamento do bairro, talvez por que não entenda o motivo das ruas ainda manterem a pavimentação antiga com os mesmos tijolos de paralelepípedos dos tempos ainda de construção do bairro Jaraguá, pois não houve um esclarecimento ao visitante de que estava pisando sobre o Patrimônio Cultural do bairro. O visitante tem o seu olhar para isto como algo que deveria ser mudado, apesar de que apenas algumas ruas continuam com este piso, pois muitas já foram asfaltadas. A rua Sá e Albuquerque, onde se concentram maior parte dos Patrimônios, ainda mantém seu piso original (ver figura 50 e 51).

Figura 50 – Calçamento antigo da Rua Sá e Albuquerque, antiga rua da Alfandega



Fonte: Silva, 2015.

Figura 51 - Calçamento descaracterizado - Avenida Comendador Leão



Fonte: Silva, 2015.

Assim como a Avenida Comendador Leão foi modificada, muitas outras também foram, como a rua Barão de Jaraguá, rua Celso Piatti, rua Santa Leopoldina, entre muitas outras. Tal visitante mora em uma cidade do interior de Alagoas e reconhece a importância do bairro para o Estado. Ele observou que os prédios estavam pichados e em estado de conservação ruim colocando como responsáveis a própria sociedade, porém, não há como haver esta consciência da população sem que haja uma preocupação do Poder Público para incluir na gestão deste Patrimônio. (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999.).

Esta gestão participativa está prevista no próprio Plano Diretor (MACEIÓ, 2006) que em seu Art. 46 quando formula as diretrizes gerais para a gestão do patrimônio cultural do Município de Maceió afirma no inciso V que deve haver uma “gestão participativa do patrimônio cultural local, inclusive no controle e na execução de obras relativas ao patrimônio cultural edificado” (MACEIÓ, 2006), porém não temos visto tal gestão participativa, a população que mora ou trabalha no bairro tem ficado à deriva em tal questão.

Em visitas ao Museu da Imagem e do Som de Alagoas pedimos para que algumas pessoas respondessem perguntas acerca do bairro em forma de entrevista e para nossa surpresa houve uma recusa por parte dos sujeitos em participar, alegando não conhecer o bairro e sua história. Isto aconteceu em muitos outros estabelecimentos do bairro, as pessoas não queriam falar do bairro, pois diziam não saber o que falar. Este processo de territorialidade do Patrimônio Cultural não tem se dado efetivamente com os sujeitos que convivem nele, seja morando ou trabalhando. Muitos falam sobre o bairro de forma superficial e seus discursos são muito parecidos, observemos:

Bom, é um bairro bom, precisa melhorar em questão de infraestrutura (informação verbal, F.C.da SILVA, 2015, mora no bairro)

Bairro bom, parcialmente tranquilo, bom para moradia ou comércio (informação verbal, J.T.F.da SILVA, 2015, mora no bairro)

Muito bom, tranquilo, preservado e representa um pouco da história de Maceió (informação escrita, M.G.RONALDO, 2015, trabalha no bairro)

Bairro calmo e o centro de tudo, belo bairro (informação escrita, L.H.B de MEDEIROS, 2015, trabalha no bairro)

Apesar de serem pequenas falas sobre o bairro podemos observar que estes discursos se assemelham, tanto o do morador, como o dos sujeitos que trabalham no bairro, o citam como bom, calmo, tranquilo. Estas características são compartilhadas, assim, como em outros discursos que veremos ainda nesta análise, há uma correlação entre os pensamentos, as ideias, principalmente as lembranças, alguns com mais profundidade outros mais superficialmente. Esta consciência projetada do espaço do Jaraguá expressam as intersubjetividades, os olhares se misturam, e não teremos apenas uma memória, mas uma memória coletiva, uma vivência coletiva que se cruza, pois nos esclarece Claval (2011, p. 244) que:

A cada lugar encontram-se associadas as lembranças próprias daquele que fala e as lembranças que compartilha com os que a frequentam também. Assim, criam-se os círculos de intersubjetividade, aonde as lembranças estão carregadas do mesmo estoque de experiências. Além disso, entra-se em uma esfera em que a parte da experiência pessoal diminui rapidamente.

Os discursos dos moradores vão ser compartilhados por aqueles que trabalham no local, e os destes também vão ser abstraídos pelos visitantes, se a ideia do morador ou de quem trabalha no bairro é que ele é bom e tranquilo, existindo também clima de assaltos e insegurança, mau conservação entre outros fatores, quando o turista visita o local ele poderá abstrair tal consciência e representação deste espaço. É neste sentido que deveria haver a preocupação de trabalhar junto com este morador e trabalhador quanto a uma educação Patrimonial de tal território, pois as vivências do espaço passam a ser intersubjetivas e por mais que o visitante tenha uma boa experiência com tal espaço, ela poderá ser rapidamente dissolvida com um diálogo com o morador ou trabalhador do bairro.

Estes sujeitos que moram e trabalham em tal espaço não tem sido contemplados nas ações que se tem concretizado com o novo projeto Jaraguá Vivo, apesar deles participarem abrindo as portas de seus estabelecimentos e do próprio bairro, porém, somente os guias foram preparados para falar sobre ele. O Plano diretor (MACEIÓ, 2006) diz em seu art. 46 inciso VII que para implementação da gestão participativa faria a “criação de um programa de educação patrimonial voltada para o conhecimento e valorização de bens históricos, costumes e tradições locais” (MACEIÓ, 2006). Este objetivo ainda não foi atendido, sendo o Plano Diretor de 2006, dez anos se passaram e não vemos tais ações. Vejamos o que afirma uma pessoa que trabalha no bairro:

Não conheço o Jaraguá antigo, conheço o de agora, sei que tiraram os pescadores mas eles continuam [...] aqui no Jaraguá fez reformas, mas nunca modifica tudo, eles deixam uma parede para mostrar como era antes, tem muita história o Jaraguá, não é todo mundo que dar [sic] valor a cultura [...] Um bairro histórico muito bonito para ser apreciado, acho importante pois a gente tem que preservar para as gerações futuras algo de referência” (informação escrita, E. da ROCHA, 2015, Trabalha no bairro)

Esta pessoa que trabalha no bairro afirma não conhecer sua história, ela trabalha em um estabelecimento que se localiza na rua Sá e Albuquerque, onde se encontram os museus e maior parte dos prédios antigos. Ela percebe estes Patrimônios pois estão expressos na paisagem de tal espaço e também percebe as ações que vem sendo realizadas como reformas, porém desconhece a construção desta paisagem, de como ela veio se dando, a significância de tal território na construção do próprio estado, estes aspectos revelam a pouca proximidade com tal território, suas vivências limitam-se apenas ao olhar ou de ouvir algo pelos moradores, porém não há uma experiência com tal paisagem, experiência enquanto conhecimento. (CLAVAL, 2011; TUAN, 1983)

Muitas vezes a própria comunidade não sabe o seu papel neste contexto de proteção ao patrimônio, não sabe como exigir os seus direitos, sabe que o Patrimônio precisaria ter um melhor olhar pelo Poder Público porém não tem a consciência que deve participar deste processo, ou seja, não vemos no bairro do Jaraguá esta luta territorial por parte destes sujeitos. A luta se deu pela Comunidade dos Pescadores em continuar no local a qual reconheciam como seu território, os outros moradores que continuaram no bairro, que tem suas casas próprias não demonstram interesse nesta luta.

Era para ser um bairro melhor, visto pelo município, pois é um bairro de tradição mas falta apoio do governo, as praças, os monumentos, todos abandonados, com estruturas deterioradas, na época da Kátia Born ela tentou fazer, houve a revitalização, mas não houve continuidade, foi gasto muito dinheiro mas foi feita por outra administração a atual não continuou. Os poderes Públicos tem que fazer alguma coisa para melhorar estes prédios, **tem leis mas não se cumpre, o bairro do Jaraguá é um bairro merecedor, merece um melhor olhar do governo,** estes trapiches [sic] é históricos, que é um ponto importante de que se preservasse a estrutura antiga, é preciso intervenção para essa história não ir a baixo e se perder. (Informação escrita, G.A. LEITE, 2015, mora no bairro)

A visão do morador dá uma percepção, que, apesar de afirmar a importância do bairro e que deveria ser melhor monitorado e preservado, não há nenhuma organização da própria comunidade para que isto ocorra e o Poder Público também não incentiva esta participação de forma efetiva. Vale ressaltar, que nos objetivos do Plano Diretor (MACEIÓ, 2006) para os patrimônios culturais da cidade está previsto realizar este trabalho com a comunidade local, de estimular a moradia no local, além do esclarecimento a sua população das questões Patrimoniais, Vejamos:

Art. 51. São diretrizes para as Zonas Especiais de Preservação Cultural:

- I – integração dos programas e projetos de preservação cultural a programas e projetos de habitação de interesse social;
- II – esclarecimentos à população sobre a importância do patrimônio cultural para o desenvolvimento social e a sustentabilidade econômica.

Apesar da falta de esclarecimento da população que mora no bairro, há nela uma memória viva dos fatos que foram ocorrendo e construindo a paisagem do Jaraguá, principalmente de moradores mais antigos que nos mostram as ações que vieram sendo realizadas, nomes de pessoas acabam sendo ditos, eventos descritos em poucas palavras, guardadas na memória, ainda lembradas a partir do olhar para este Patrimônio que serve como objeto da lembrança (HALBWACHS, 2006).

Para que um local antigo mantenha sua estrutura, ela não depende da resistência dos próprios prédios, pois por eles o tempo vai os colocar numa situação de degradação e ruínas se não forem mantidos e resguardados. Por isso, ele depende substancialmente, para continuar a ser objeto da memória, dos sujeitos que sentem que esta paisagem representa uma tradição local, ou como no caso do Jaraguá sujeitos que se valem desta ideia Patrimonial para torná-la uma área mais atrativa não só para o Turismo, e este processo de territorialidade deste Patrimônio vai estar na memória dos que se fazem presentes em tal espaço, muitas vezes são os moradores aqueles que melhor nos podem ressaltar estas ações e como elas tem se dado.

Além disto, não podemos negar a veracidade de uma memória de um morador que viveu o processo de construção das ações territoriais no espaço, mesmo que ele não tenha tomado as decisões para o bairro, ele as viveu, sentiu-as, percebeu-as, tornando-se também sua memória um Patrimônio vivo para nós, assim como eram os sujeitos que habitavam a comunidade vila de Pescadores, eles faziam parte de uma memória viva

para o bairro. Segundo Claval (2011, p.244) “o conhecimento que as pessoas têm dos lugares muda qualitativamente a partir de certa distância. No raio próximo que cada um frequenta.”, deste modo, quanto mais experiências e vivências com o local mais propriedade o sujeito tem para falar sobre o lugar.

Um bairro muito calmo, bom para se morar, vem crescendo muito a parte comercial, fazendo assim com que o bairro se valorize um pouco mais devido a sua localização, **alguns aspectos precisam melhorar no que diz respeito à segurança** [...] Na minha opinião as edificações antigas poderiam ser revitalizadas e aproveitá-las para uma área de lazer e entretenimento, outra questão carente do bairro (informação escrita, F.F. MESSIAS, 2015, Mora no bairro)

O olhar do morador diverge do olhar de quem visita o bairro ou de quem trabalha, pois nele encontramos um espaço vivido, podemos captar certas características do bairro que muitas vezes passam despercebidas pelo visitante. Tal morador ressalta que o bairro é calmo e ele pode afirmar isto porque ele vive nele e a área comercial vem crescendo, já o visitante não pode fazer tais afirmações a partir de algumas visitas a área, o morador sabe por que convive cotidianamente nele, ele tem uma memória do bairro, conhece a rotina, os acontecimentos, existem detalhes que só o morador percebe. Observemos o que diz outro morador do bairro

É um bairro bom e importante, **as ruas são escuras** precisava zelar mais, **antigamente tinha os barzinhos e agora não tem**. A limpeza aqui é mais culpa das pessoas que não cuidam, temos problemas com ratos, conservar mais os prédios antigos, a iluminação e **a limpeza é o povo que não coopera**. (Informação verbal, M. FARIAS, 2015, mora no bairro)

Nesta fala ressaltaremos primeiro quando o morador afirma “antigamente tinha os barzinhos e agora não tem” nesta declaração podemos notificar o que já havíamos discutido acerca das vivências dos moradores, pois eles acompanharam o processo do Jaraguá antes e após a revitalização e também quando o movimento no bairro voltou a cair.

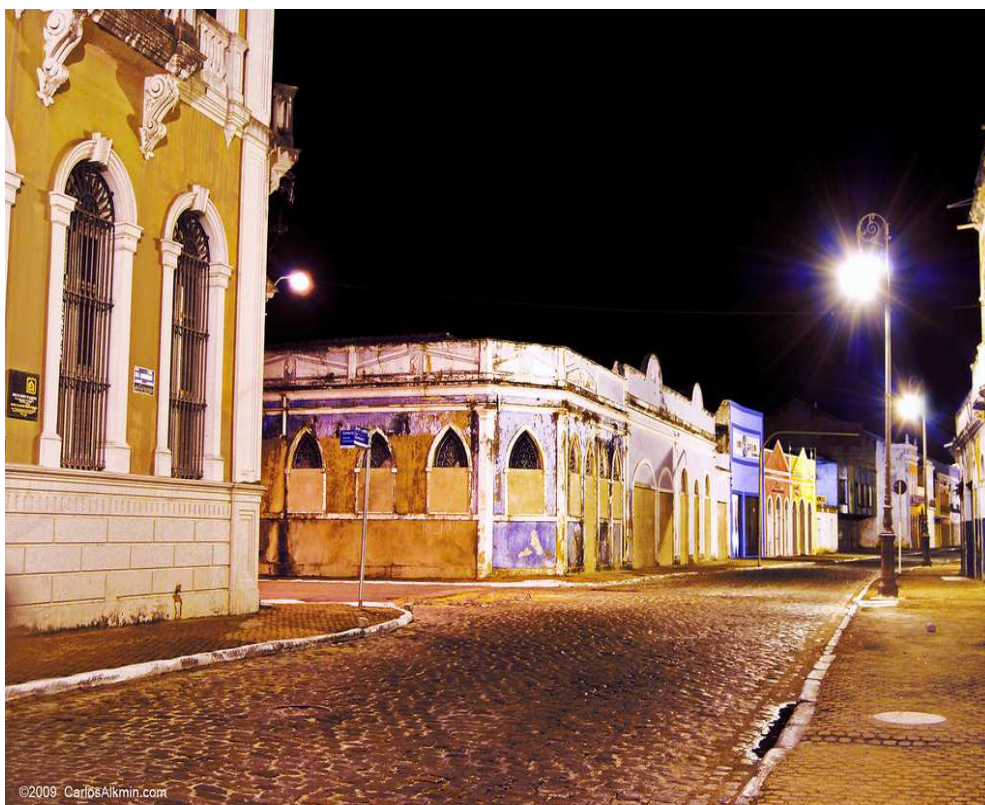
Por isso, afirmamos que os moradores do bairro são esta memória viva e eles deveriam fazer parte de todo este processo de territorialidade do seu Patrimônio. Outro fato que lembra o morador é acerca da iluminação, entretanto a iluminação do Jaraguá está dentro do próprio sentido de iluminação adequado a um bairro antigo fomentado

pela sua própria arquitetura, porém o morador desconhece estes fatos, visto que, toda esta questão não é ensinada ao morador. Segundo Pallasmaa (2011, p.44)

As ruas de uma cidade antiga, com seus espaços alternados de escuridão e luz, são muito mais misteriosas e convidativas do que as ruas das cidades atuais, com sua iluminação tão forte e homogênea! A imaginação e a fantasia são estimuladas pela luz fraca e pelas sombras. [...] A luz forte paralisa a imaginação do mesmo modo que a homogeneização do espaço enfraquece a experiência da vida humana e arrasa o censo de lugar. O olho humano é mais adequado para enxergar no crepúsculo do que sob a luz forte do sol.

A iluminação do Jaraguá atende a este objetivo de fazer o sujeito imaginar-se estar em outro espaço-tempo, a partir da imaginação, porém o morador não compreende isto pois esta iluminação foi feita sem explicar aos moradores e assim o discurso que vai sendo repassado é que o Jaraguá não tem boa iluminação, porém pela noite a iluminação do Jaraguá tem este ar convidativo a levar o sujeito a pensar o local (ver Figura 51)

Figura 52 – Iluminação da Rua Sá e Albuquerque



Fonte: Carlos Alkmin, 2008.

Esta iluminação do bairro possibilita e favorece aos visitantes uma melhor imaginação do bairro e suas antigas relações sociais, porém o morador desconhece este fato além de o reprovar, repassando a ideia de que deveria melhorar a iluminação.

Assim como nos mostra Dardel (2011) a paisagem não é algo estático, não é somente do passado, não é morta, ela é dinâmica. É necessário, portanto, pensar em preservar, mas, sem que isto venha a prejudicar a convivibilidade dos moradores, pois esta paisagem ainda tem vida, e ela deve também representar isto e não apenas o bairro das sombras, pois seus moradores, trabalhadores não estão apenas no local eles dão vida ao próprio espaço.

Outra questão que podemos verificar na fala do morador é quando ele diz “a limpeza é o povo que não coopera”, esta afirmação do morador mostra ainda o despreparo da população em participar da proteção aos Patrimônios Culturais do bairro, pois como já foi ressaltado muitas vezes o próprio morador depreda o bairro. Vejamos um relato de uma pessoa que visitou o bairro:

As ações territoriais do Jaraguá são voltadas para priorizar prédios históricos, monumentos históricos, com o intuito de resguardar, tornando estes elementos em Patrimônios para **atrair a atenção de turistas e movimentar o fluxo de pessoas no local**. Estive presente no Jaraguá apenas uma vez e a experiência que tive é que **o bairro é mais usado no período de visitação de turistas, que em dias normais o fluxo   bem reduzido**. (Informa o escrita, N.M.V. da SILVA, 2016, visitou o bairro)

Na fala da visitante a sua percep o do bairro   que ele   um bairro pensado apenas para visita o, para atender ao turista, para que este fluxo aumente, este fator do turismo realmente está no discurso da Prefeitura, porém   apenas um dos objetivos para a Zona de Preserva o do Jaraguá, o Plano Diretor (MACEIÓ, 2006) nos diz que:

Art. 53. Constituem diretrizes específicas para a ZEP de Jaraguá:

- I – incentivo   implanta o de atividades que otimizem os investimentos no bairro de Jaraguá;
- II – incentivo ao uso residencial e de comércio e serviços compatíveis;
- III – estímulo às atividades relacionadas ao turismo cultural e lazer;
- IV – estímulo às atividades e implanta o de equipamentos de lazer náutico e de pesca;
- V – integra o das atividades urbanas com o Porto de Maceió; VI – destina o de amplas áreas públicas com infra-estrutura adequada para apresenta es populares; VII – integra o ao Corredor Cultural de Maceió.

O inciso III ressalta o estímulo ao turismo que é o que a Prefeitura vem tentando solidificar no bairro atualmente, porém, o inciso II fala do incentivo ao uso residencial o qual não vemos ser atendido. A área comercial tem se expandido bastante mas percebemos que é para atender ao turista e não aos moradores. Há um disparate entre o que as ações da Prefeitura têm realizado com o que o discurso oficial tem dito, não havendo esta gestão participativa, nem o incentivo a moradia e um comércio para atender a estes moradores. Segundo uma Moradora do bairro:

Aqui é um bairro esquecido, aqui não tem nada, você vai nos outros bairros tem tudo **aqui não tem nada**. Muita casa para restaurar, **tudo abandonado**, esta igreja só vive sendo roubada, a Nossa Senhora Mãe do Povo, a praça está esquecida, movimento mesmo não tem. (Informação verbal, M.C.S. de ASSIS, 2015, mora no bairro)

Neste discurso podemos ver a insatisfação de uma moradora antiga do bairro, ela afirma que no bairro não há nada, apesar de sabermos que há um comércio crescente, porém que não atende a sua população, pois muitas lojas são de equipamentos náuticos, algumas repartições públicas, comércio de água, gelo, flores, boates, entre outros, porém estas empresas não são para servir a população que mora no local.

Assim como o Turismo nascente na área que promete empregar pessoas que foram expulsas da comunidade de pescadores para um Projeto de centro pesqueiro, segundo Brasileiro (2012, p. 89) “As paisagens e a cultura do lugar se transformam em produto turístico. Na maioria dos casos, os recursos naturais e as baixas garantias trabalhistas e sociais dos autóctones não são respeitados.”

Então, este processo de territorialidade do Patrimônio cultural que vem ocorrendo no bairro do Jaraguá não tem incluído seus moradores de forma efetiva nas ações que vem sendo realizadas, porém sabemos que tais processos não são novos, é o resultado do Turismo quando é pensado apenas para benefícios lucrativos de poucos.

Os moradores ficam à deriva deste processo, outros são totalmente excluídos com promessas de empregos futuros. Segundo Brasileiro (2012, p.90) “é na diversidade, no valor do local, que estão as bases para pensar o turismo contemporâneo”, por isso não adianta excluir a população “indesejada” pois se estará modificando a própria cultura do local, tais ações neste território necessitam serem repensadas.

É possível sentir nos discursos de quem mora ou trabalha no local que a memória coletiva, social, as lembranças e experiências com as paisagens e seus processos estão sendo compartilhados de forma intersubjetivas, são vivências que nos

falam sobre uma territorialidade Patrimonial no bairro, nos revelam o despreparo dos mesmos neste processo por não serem incluídos nas ações que vem sendo efetivadas, apesar do discurso oficial afirmar que são objetivos do Poder Público Municipal fazer este trabalho, porém cada vez mais, o bairro passa a ser qualificado como inseguro, escuro, vazio nos discursos de quem convive no Jaraguá.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialidade do Patrimônio Cultural do bairro do Jaraguá tem se dado a partir de ações do Poder Público municipal e estadual, para controle e utilização do perímetro Tombado para atividades do Turismo. As ações não efetivam ainda o que é dado no discurso oficial quanto à inclusão dos moradores neste processo. Não há um incentivo residencial nem uma Educação Patrimonial para tais sujeitos que ficam as margens do plano de tornar o Jaraguá um polo turístico em Maceió.

Estas ações excludentes de seus moradores tem ampliado ainda mais a ideia de que o Jaraguá e seu Patrimônio não tem recebido bons cuidados pela Prefeitura, gerando um ar de insegurança repassado pelos que cotidianamente vivem este espaço. Além de desconhecerem as ações que paulatinamente vem sendo realizadas para proteção das edificações antigas, e assim, vai se criando um discurso de abandono absoluto e total da área.

Apesar de realmente haver edificações em ruínas e mau estado de conservação. Estes discursos que fazem parte da vivência dos moradores e de pessoas que trabalham no bairro alcança uma dimensão intersubjetiva, das experiências compartilhadas, e a representação do bairro por estes também vai sendo abstraída pelo próprio Turista.

As ações implementadas no Jaraguá, como o Projeto Jaraguá Vivo, tem se dado de forma isolada, são abertas aos moradores porém percebe-se que o foco são os visitantes, para que possam conhecer o bairro que é histórico e que remonta, em parte, o contexto de crescimento econômico, tanto de Maceió quanto de Alagoas, com seus antigos galpões, a Associação Comercial de Maceió, a antiga recebedoria que hoje foi refuncionalizada para o Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA), porém, alguns moradores e pessoas que trabalham no bairro desconhecem essa herança cultural.

A vila de Pescadores que era uma comunidade antiga no bairro foi obrigada a se retirar para outros bairros para a concretização de um Centro pesqueiro, porém esta comunidade fazia parte da diversidade cultural do Jaraguá, de seus moradores, mostrando um contraste na paisagem do bairro que era bastante antigo, devido a própria história de construção deste espaço que foi desigual desde seu início.

O bairro Jaraguá expressa sua territorialidade através de seu Patrimônio edificado que tem se dado de forma excludente, tem perdido o seu patrimônio vivo, ou seja, os sujeitos que fizeram e fazem parte da construção de tal paisagem, pois, sabemos que esta não deveria ser somente considerada enquanto paisagem do passado. A

paisagem é dinâmica e os olhares que temos dela se dão na experiência e na vivência com o espaço e estas se dão de forma intersubjetiva, pois a consciência do patrimônio do bairro pelos sujeitos transcende, não está nele, está nas relações com/no mundo, somente quando estas ações afetivamente tomarem como significante estes sujeitos e sua participação em tal processo é que o mesmo poderá começar alcançar novos olhares socialmente, que tornem a paisagem vivenciada numa perspectiva coletiva.

REFERENCIAS

ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. Revista **TERRITÓRIO**, ano 111. n. 4, jan./jun. 1998.

ALBUQUERQUE, A.A.; PEIXOTO, G.V; ALBUQUERQUE, A.M.G. de. Uma demonstração do vigor da cidade: A resistência dos Pescadores do Jaraguá, Maceió-AL. **III Seminário Internacional Urbcentros**, Salvador da Bahia, 2012.

AMORIM, B. R. de A. O bairro do Jaraguá como você nunca vê. **O PALÁCIO**: encarte cultural da associação comercial de Maceió. Nº 44 – setembro, 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. Disponível em: Acesso em: 4 jul. 2015.

BRASILEIRO, M.D.S. **desenvolvimento e turismo**: para além do paradigma econômico. In.: BRASILEIRO, M.D.S.; MEDINA, J.C.C; CORIOLANO, L.N. Turismo, Cultura e Desenvolvimento. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

BONNEMAISON, J. **Viagem em Torno do Território**. In CORRÊA, R. L. ROZENDAHL, Z. Geografia Cultural: Um século (3). Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2002.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 484 p.

BUTTNER, A. **Apreendendo o dinamismo do mundo vivido**. In.: CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da geografia. 1982.

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Ed da EFSC, 2011.

CALLAI, H.C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. (Org.). **Ensino de Geografia**: Práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CAPALBO, C. Método fenomenológico. In.: HEIGENBERG, L; JUNIOR, A.H.de A. (Orgs). **Métodos de Pesquisa**: de Sócrates a Marx e Popper. São Paulo: Atlas, 2012.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da; CORRÊA, R.L. **Geografia**: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

COSTA, E. B. da. Patrimônio, território e memória: da preservação ao significado das cidades. **5º Seminário – Patrimônio Cultural**: Conservação e Restauração no Século XXI (300 anos das Vilas Mineiras) / FAOP / 2011.

COSTA, S. L. M.; ALBUQUERQUE, A. M. G. de. A Vila dos Pescadores do Jaraguá no site Gazetaweb e no jornal Gazeta de Alagoas: um mesmo sistema de comunicação,

duas linhas editoriais. **XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Mossoró: RN, 2013.

COSTA, C. **Maceió**. Rio de Janeiro: Olympio, 1983.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.

COLTRO, Alex. A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. V.01, nº 11, 1º trim. São Paulo: **Caderno de pesquisa em administração**, 2000.

CORREA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução a geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 224p.

CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Espaço e cultura: pluralidade temática** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

CORRÊA, R.L. **Sobre o Geografia Cultural**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2009.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC. 2007.

CLAVAL, P. **A geografia cultural no Brasil**. In: BARTHE-DELOIZY, F.; SERPA, A.(Orgs.). **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia**. Salvador: EDUFBA e edições L' Harmattan. 2012.

DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução Weter Holzer, São Paulo: Perspectiva, 2011.

DARTIGUES, A. **O que é a fenomenologia?** 3ª ed. São Paulo: Moraes. 1992

DEPRAZ, N. **Compreender Husserl**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.

FLORENCIO, S. R; *et al.* IPHAN: histórico, conceitos e processos. 2ª ed. **Rev. Ampl.** Brasília, DF: IPHAN/DAF/Congedip/Ceduc, 2014. 63p.

FUNDHANM/IPHAN (ogs.). **Patrimônio Cultural: o que é, como preservar**. São Raimundo Nonato: Piauí. 2006,40 p.

FRONER, Y. Territórios da fenomenologia: o sujeito e o sensível. XIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS. **“Entre Territórios”** –Cachoeira – Bahia – Brasil, 20 a 25 de novembro, 2010.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S.C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.

GALEFFI, D. A. O que é isto – a fenomenologia de Husserl ?. **Ideação**, Feira de Santana, n.5, p.13-36, jan./jun. 2000.

GALLAIS, J. Alguns aspectos do espaço vivido nas civilizações do mundo tropical. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, 1998, 35 (254): 5-13.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 224p.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HEIDEGGER, M. **Construir, Habitar, Pensar**. Disponível em<http://www.prouarb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf>
Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback, Vortäge und Aufsätze, G. Neske: Pfullingen, 1954.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem, lugar, território e meio ambiente. **TERRITÓRIO**. (3): 77- 85, 1997.

_____. Memórias de viajantes: paisagens e lugares de um novo mundo. **GEOgraphia**. Ano 2, n°3, p. 111-122, 2000.

_____. Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. **Espaço e Cultura**. UERJ, RJ, n° 17-18, p. 55-63, jan/dez, 2004.

HUSSERL, E. **A ideia de fenomenologia**. Tradução: Arthur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>> Acesso em: fev. 2016.

IBAM/DUMA. **Habitação de interesse social em Maceió** / Coordenado por Alberto Costa Lopes e Eliana Junqueira. – Rio de Janeiro : IBAM/DUMA, 2005. 152 p. 29,7 cm.

LEÃO,T.M.S; FERRARI,J.O.P. Jardim público do Jaraguá: Porta de entrada de Maceió no século XIX e XX. **3º Colóquio Íbero Amaericano, Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Desafios e Perspectivas**, Belo Horizonte, 2014.

MACEIÓ. Plano Diretor de Maceió. Maceió: Prefeitura Municipal de Maceió. 2006

MARANDOLA JR, E. Da existência e da experiência: origens de um pensar e de um fazer. **Caderno de geografia**. Belo Horizonte, v. 15, n° 24, p. 49-67, 1º sem, 2005.

_____. Novo olhar sobre o espaço: território e vulnerabilidade. Desenvolvimento, Território e iniquidade social. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23 Set, p. 475-501, 2007.

_____. e DAL GALLO, P.M. **Ser migrante**: implicações territoriais e existenciais da migração *R. bras. Est. Pop.*: Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MOREIRA, D. A.. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

MOREIRA, V; JUNIOR, F.S.C. O método fenomenológico crítico (ou mundano) na pesquisa em psico(pato)logia e a contribuição da etnografia. **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, RJ, ano 8, n.2, p. 249-265, 1º semestre de 2008.

MACEIÓ. Lei Municipal nº 4.545, de 14 de novembro de 1.996

MENESES, U. T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural**: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural : desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. -- Brasília, DF : Iphan, 2012.

OLIVEIRA, A.G. **Salvaguarda do Patrimônio Cultural**: bases para constituição de direitos. Belém: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2004.

OLIVEIRA, L. P. **Cultura é patrimônio**: um Guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PAULA, F.C.de. Sobre a dimensão vivida do território: Tendências e a contribuição da fenomenologia. **GeoTextos**, vol. 7, n. 1, jul. 2011. F. Paula. 105-126

PESAVENTO, S. J. História , memória e centralidade urbana. **Rev. Mosaico**, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008. Disponível em: < <http://anais.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/225>>

PINHEIRO, M. L. B. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo: EESC-USP, 2006.

PALLASMAA, J. **Os olhos da pele**: a arquitetura e os sentidos. Porto Alegre: Bookman, 2011. 76p.

PEDROSA, J. F. de M. **Histórias do velho Jaraguá**. Editora: Talento, Alagoas: Maceió, 1998.

PERIUS, C. A definição da fenomenologia: Merleau-Ponty leitor de Husserl. **Trans/Form/Ação** Marília, V.35, nº01, p.137-146, jan./abril, 2012.

QUINTELLA, Y.P. **No olho da rua**: arte urbana em Maceió. Maceió:EDUFAL, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1980.

REZENDE, A. M. de. **Concepção fenomenológica da Educação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio** – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007.

RICOUER, P. **Na escola da fenomenologia**. Petrópolis: RJ: Editora Vozes, 2009.

ROSENDAHL, Z. **Território e territorialidade**: Uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada**: Ensaio de Ontologia Fenomenológica. Petrópolis – RJ: Vozes, 2001.

SANTOS, P.C.F. **Territorialidade: a cidade como espaço de todos**. Disponível em: <HTTP://nossabetim.org.br/> Acesso em: jun.2016.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**. Laget, UFRJ, ano IV, nº 6 (jan./jun.1999). Rio de Janeiro: Garamond, 1999, p. 05-20.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EdUSP, 1977.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992, 88 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1997b.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP. 2007.

SAUER, C. C. A morfologia da Paisagem In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 12-74,1998.

SERPA, A. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, N°33, pp. 168- 185, 2013.

SEMPTUR. **Projeto Jaraguá vivo**: Semptur realiza capacitação para guias. Acesso em < <http://www.maceio.al.gov.br/semptur/noticias/semptur-realiza-capacitacao-e-experiencia-piloto-do-projeto-jaragua-vivo/>>. 10 de Set, 2016.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Y. **Topofilia**. São Paulo: DIFEL, 1980.

WEISSHEIMER, M.R. Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática. **Fórum Patrimônio**. Belo Horizonte, v.5, n.2, Jul./dez. 2012.

APÊNDICE A - entrevista direcionada a arquiteta e urbanista do IPHAN



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA IPHAN

DATA:

LOCAL:

BLOCO I - CARACTERIZAÇÃO DO INFORMANTE

SETOR DE TRABALHO:	
FUNÇÃO DE TRABALHO:	

BLOCO II – CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

- Analisar a territorialidade do Patrimônio cultural na cidade de Maceió-AL, pretendendo abarcar somente o Bairro do Jaraguá ou Centro.

BLOCO III - INFORMAÇÕES PERTINENTES

- Fale um pouco da importância de um bem tombado pelo IPHAN
- Na cidade de Maceió ainda não há bens tombados pelo IPHAN, relate-nos acerca das possibilidades e desafios para que isto ocorra.
- Sabemos que a Prefeitura Municipal de Maceió-AL , através da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento - SEMPLA possui um setor direcionado ao Patrimônio Histórico Cultural da cidade, relate-nos se há possíveis parcerias e diálogos entre a Casa do Patrimônio e tal setor.
- O tombamento pelo IPHAN é equivalente à proteção Municipal, ou é algo de maior peso e importância?

APENDICE B – Entrevista direcionada ao Sr. B. de Amorim e demais pessoas que trabalham no bairro Jaraguá.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PESSOAS QUE TRABALHAM NO BAIRRO

BLOCO I - CARACTERIZAÇÃO DO INFORMANTE

Nome: _____ Função: _____

BLOCO II – CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

- Analisar a territorialidade do Patrimônio cultural na cidade de Maceió-AL, especificamente no Bairro do Jaraguá.

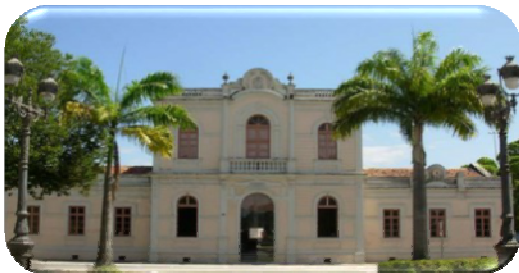
BLOCO III - INFORMAÇÕES PERTINENTES

1. Quando falamos nas edificações antigas do Bairro do Jaraguá, o que isto significa para o (a) senhor(a) ?

2. Na opinião do (a) senhor(a) o que os Patrimônios edificados do bairro do Jaraguá representam ?

3. O que representa para o (a) senhor (a) conviver em um bairro com edificações antigas que são protegidas por leis e registradas como Patrimônio histórico e Cultural da cidade e do estado de Alagoas?

4. O que estas imagens de edificações antigas significam para o (a) senhor (a)?



5. Para o (a) senhor (a) qual a importância da preservação das edificações antigas?

6. De que forma o (a) senhor (a) descreveria o seu bairro?

7. Como foi a abordagem dos representantes do governo (Municipal, Estadual e Federal) para saber a opinião do (a) senhor (a) sobre a preservação das edificações antigas do bairro?

APENDICE C – Entrevistas para pessoas que moram no bairro**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Nome: _____ Idade _____

Mora no bairro () Trabalha () ou Estuda () Há quanto tempo: _____

1. Como o Senhor (a) descreveria o bairro do Jaraguá?

2. Para o senhor (a) o que deveria ser melhorado no bairro?

3. Você sabia que o bairro do Jaraguá é considerado Patrimônio histórico e cultural de Alagoas?

() Sim

() Não

4. O senhor (a) já participou de festas ou eventos culturais realizados no bairro?

() Sim

() Não

5. O senhor (a) Já visitou as edificações antigas do bairro?

() Sim

() Não

APENDICE D - Entrevistas para visitantes do bairro



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

QUESTIONÁRIO

I - VISITANTES DO BAIRRO

1. De que forma você percebe as ações territoriais no bairro do Jaraguá quanto ao seu acervo Patrimonial?
2. Relate-nos acerca da sua vivencia, experiência com o bairro do Jaraguá

ANEXOS

Transcrição- Fala da Arquiteta e urbanista do IPHAN- Maceió – AL – 30 de Junho de 2015

- Fale-nos um pouco da importância de um bem tombado pelo IPHAN

Bom, pra iniciar, os bens que recebem um tombamento, até o registro também quando é bem material pelo IPHAN, primeiro e antes de tudo, tem que ter a relevância Nacional, para que receba o título, ele tem que estar inserido na dinâmica que construiu o país e que representa, de verdade, a identidade cultural do país, então, assim, é muito comum aparecer um ou outro pedido de tombamento de bens que são muito importantes, mas pra uma comunidade à nível Estadual, municipal, até nível local mesmo neh e as pessoas não entendem por que não receber um tombamento a nível federal, não é que desmereça, mas é que os valores que são analisados, o mais importante no tombamento hoje, é o valor que é atribuído aquele bem, então se os valores aquele bem eles estão restritos a uma comunidade menor, entendeu, e não são reconhecidos por uma nação, então não há justificativa para entrada do bem no patrimônio nacional, por que o que importa hoje na análise enquanto efeito, é isso, o reconhecimento que a população atribui aquele bem porque é da população que vai depender a permanência do bem, muito no passado já se foi feito de que há o IPHAN, um grupo de intelectuais pediam o tombamento, mas muitas vezes a população não reconheciam aquele tombamento, sabe, não atribuía valor e aí os bens foram tombados e virou uma carga para o IPHAN preservá-lo e não deveria ser assim neh, a população reconhece um bem, o valor, se identifica com ele, faz parte da identidade nacional e a população vai manter aquele bem e o IPHAN vai estar ali para dar um apoio, para tirar uma dúvida, pra prover um recurso quando há necessidade, enfim, pra dar apoio e não para estar à frente, porque realmente quem preserva um bem é a comunidade que o identifica, deveria ser assim, então, as vezes a gente fica um pouco preocupada com o entendimento que as pessoas tem neh: de que ,não, um bem tombado pelo IPHAN é o mais importante; de jeito nenhum, entendeu é assim por esse significado mesmo, porque na realidade o tombamento ele é apenas um título, mas o que a gente tá preocupado é com o conhecimento que agente adquire com esse título, então, assim, muitas vezes um bem não precisa ser tombado para ser preservado, para ser valorizado pelas pessoas, porque o tombamento é só uma formalidade, um documento que vai dizer que ele é tombado, tá, mas assim : se a população não tiver preparada para manter aquele bem, o que é que vai adiantar um título, tem tantos bens aí tombados e que estão em ruínas; que já se perderam, há isto é culpa do IPHAN ? Não totalmente, nós temos nossa culpa sim, não tombamos? Não registramos? Não demos o título? Então também teremos nossa participação para preservação daquele bem, mas não dá pra ser só, porque se não fica só para o turista ver, a área está tombada e a população não

sabe nem o que é o quê, mas o Turista estará lá, vai achar lindo e a população hunrum... (cara de desinteresse e desconhecimento), sabe, e não tem uma relação, então o primeiro ponto que eu identifico como sendo relevante é esse reconhecimento, mas, repito, é uma mera formalidade o tombamento, seria muito mais fácil se esse tombamento viesse depois e muitas vezes ele vem pra apagar um incêndio, pra proteger aquele bem da perda total, da ruína neh e aí é o contrário, porque se o bem já fosse preservado já fosse protegido, se as pessoas já o reconhecessem, ele estaria lá, independente do IPHAN proteger ele só iria dar a margem de possibilidades daquele bem e colocar ele mais visível, com maior oportunidade das pessoas conhecer, querer visitar, gerando renda pra aquele local, entendeu, mas assim, isso é uma coisa pra depois e não o contrário, o bem tá acabado, se perdendo, ninguém o reconhece, o valoriza e a í o IPHAN vai lá faz o tombamento e aí a gente faz o processo inverso que é muito mais complicado, eu, na minha opinião, o tombamento é uma formalidade, mas ele tem que dar um mérito e não salvar as ultimas sabe, tem que ser um mérito de algo que você concerva, que se identifica, que preserva, usufrui, que passa por gerações aquele bem, então merece ter, sabe, o título, eu acho que o tombamento seria melhor aceito pela população dessa forma, porque quando ele é imposto ele vira um peso pra comunidade e aí ele não será aceito.

- Na cidade de Maceió ainda não há bens tombados pelo IPHAN, relate-nos acerca das possibilidades e desafios para que isto ocorra.

Na realidade, se fala: há porque Maceió não tem, e se diz: há porque Maceió não é tão antiga, mas nós vamos completar 200 anos, há mais nós temos bens tombados modernos, há mas nós temos lugar que tem cerca de 70 anos e que tem bens tombados, Brasília é tombada a nível mundial não é nem pelo IPHAN, então não é o tempo das coisas que diz que ela tem relevância, é realmente o reconhecimento da população, entendeu, nós temos sim, ações estaduais, municipais que preservam os bens mas ainda não nos chegou nenhuma análise finalizada que tenham os tombamentos em aberto de Maceió-AL, temos aqui a Sá e Albuquerque, temos as igrejas da rua do sol que é a Rosário, Matriz e Martírios, temos o Fernão velho, que é a vila industrial de Fernão Velho, é, aqui em Maceió só temos estes, mas infelizmente não é pela falta de relevância, não vamos colocar assim, mas as vezes é pela dificuldade que a gente tem de andar com estas pesquisas, porque ao tem pessoas suficientes para demandar estas pesquisas, nem o tempo, as vezes agente depende de contratos, das universidades, ou de uma empresa parceira, ou seja, então estas análises contamos com apoio externo, entendeu, pra fazer e infelizmente por esta falta de andamento do processo muitas vezes eles se perdem, o tombamento já não é condição de proteger o bem neh, imagine sem. Agente recebeu agora o processo da Fábrica lá do Fernão Velho e eu preciso ir até lá, mas pelo que já conheço e também de ouvir falar no jornal eu vi que o estado, o conjunto de edificação da vila está muito

ruim, então fica difícil aprovar o tombamento porque já houve a perda, neh, e como muitas vezes demoram os processos, o bem acaba se perdendo, é triste é, a gente entende que é, mas, existem vários níveis de proteção municipal estadual e federal que podem se unir e compartilhar as ações daquele bem e aí de alguma forma tentar preservá-lo até que o título saia, é isso, se o bem chegou a se degradar, se a população não tem lhe imputado reconhecimento de valor talvez seja algo que se for acontece5r o tombamento vai ser o contrário, aí será que amanhã eu posso resolver aquilo, mas eu não estou tirando a nossa culpa da demora das análises, isso é fato dentro do IPHAN, nós temos um processo aqui que já fazem 50 anos, não anda, porque esbarra em dificuldades, que é a igreja de Santa Luzia do Norte e o que justificava o tombamento naquela época não existe mais, entendeu, também existe nossas falhas, erros, mas o tombamento poderia ser melhor pensado aqui no âmbito de Maceió se o mesmo tivesse um reconhecimento pra população de Maceió.

- Sabemos que a prefeitura de Maceió-AL através da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento - SEMPLA possui uma diretoria voltada ao Patrimônio Cultural de nossa cidade, relate-nos se há possíveis diálogos entre o IPHAN e tal Diretoria.

A gente trabalha muito em conjunto com a Adeciane a diretora de lá, há muitos anos que ela ocupa o cargo, é, então nós temos uma boa relação com o município, já é um pouco diferente do Estado, temos um pouco mais de dificuldade de parceria, mas infelizmente a diretoria de Patrimônio de Maceió é praticamente duas pessoas: a Adeciane e a Rose, então pra ela conseguir dar conta de tudo isso, também é muito difícil e além do mais se torna muito mais difícil o trabalho da diretoria de Patrimônio é a pouca importância que é dado o Patrimônio dentro do contexto municipal, porque assim, quando você está em um município pequeno, neh, interior, que existe bens tombados, aquele bem ele atrai, ele traz recursos ele, entre aspas “ele não impede o desenvolvimento” a velocidade que as cidades estão sendo construídas é muito mais devagar, uma pressão imobiliária pra aranha céu, pra estacionamento, entendeu e diferença que a gente sabe daqui de Maceió é que é uma capital é um ritmo mais acelerado, no Centro onde tem mais bens preservados, Jaraguá também, no início da Levada pra o supermercado, Bebedouro também um bairro muito interessante, é uma pressão muito grande para fazer estacionamentos, neh, o Centro é isso, pra você poder ocupar os imóveis o que mais você puder ocupar de área dentro dos imóveis, no interior destes imóveis, aí tem aqueles que querem alargar as portinhas estreitinhas e colocar portas enormes para lojas e hoje então o que se quer fazer dentro destas áreas comerciais dentro do Jaraguá é fazer arranha céus pra escritórios empresariais, então assim, a pressão imobiliária dentro das capitais é muito mais forte do que no interior, porque lá você ainda pode ajustar, porque você tem áreas disponível, mas dentro de uma capital isto é muito difícil pra gerenciar, então assim, o capital imobiliário

ele tem muita força dentro do poder público, ele pode querer manejar algumas das políticas públicas, porque eles investem, eles trazem benefícios que as vezes a gente pode até reconhecer, mas muitas vezes são benefícios maiores para eles do que para o próprio município, então assim, eu acredito que a dificuldade delas é muito grande por conta disso, é, mais assim, em todos os momentos que a gente tem trabalhado com o município tem funcionado, nós estamos em algumas ações aqui no Jaraguá que é o primeiro tombamento daqui, agente teve em reunião pra gente conseguir adiantar neh essa atualização da situação atual de conservação destes bens neh que estão no polígono que foi proposto, estamos tentando ver de que forma eles podem nos ceder um estagiário e agente ceder as análises, o apoio ao estagiário, outra que está muito em andamento e que tem uns 15 dias que teve uma força grande, foi a questão daqui da esplanada ferroviária, que fica aqui em frente, este prédio que a gente está ele fazia parte da rede ferroviária, você sabe um pouquinho dessa história, há um tempo atrás quando a rede ferroviária funcionava e era federal a rede todas as linhas que andavam pelo país, depois quando os investimentos ingleses começaram a ir embora, a união assumiu o transporte ferroviário, só que faliu, por conta das rodovias, do investimento nas fábricas de automóveis, enfim o capital neh trazido pro Brasil, então a rede entrou em desnudo, em relação a passageiros porque tem vários locais que a rede tá pior, em muitos lugares ela já estagnou, em alagoas não existe rede funcionando, então quando a rede foi extinta, imagine a quantidade de cidade aí afora no Brasil que tinham estações, galpões, armazéns, casas de moradores pois se construíam casas de moradores nos municípios pra concertar, manter aquele serviço de transporte, então tudo aquilo cessou, só tudo aquilo pertence a união e de que forma o país vai tomar conta disso que foi tão importante pra o desenvolvimento da país, o que é que a união fez, a rede foi extinta,, decretaram o seguinte, muita coisa foi pra um fundo que era pra pagar as dívidas trabalhistas que a rede tinha de funcionários, empregos etal, então muita coisa foi leiloado, vendido, mas ainda assim sobrou muita coisa e o que foi feito?, a união dividiu em duas partes: em não operacionais e operacionais, então tudo que foi operacional como linha de trem ficou com o DENIT que é o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte e tudo aquilo que era não operacional, as edificações, os móveis, documentos, papéis, registros, tudo, foi pra o IPHAN para tomar conta dessa memória ferroviária, então o IPHAN recebeu lá em 2010 uma quantidade absurda de imóveis neh e não sabe até hoje o que fazer com isso, é.. o que a gente tem tentado fazer é ceder aos municípios, porque o IPHAN não tem como tomar conta dos prédios, não vai usar, então o município como é carente até em edificação, agente cede por 20 anos, porque a gente não pode dar assim, agente cede 20 anos, ele é obrigado a proteger esses bens mas toda análise é feita pelo IPHAN, com projetos e tal e o IPHAN exige que o uso desses prédios sejam usos culturais, o uso do cultural é o que fica na última lista dos municípios pequenos neh então agente exige pra que haja o equipamento cultural, pra que não coloquem um posto de saúde dentro, há uma administração, e aqui em

Maceió nós temos esse caso típico que é aqui na frente, que é a explanada neh que é o conjunto de imóveis, trilhos e tal da estação ferroviária de Jaraguá, que era a última estação pra chegar no porto, que antes ia até o porto, aqui ainda tem linha se você der uma olhadinha aqui por traz e aqui em Maceió todo o Trecho daqui do Centro até Rio Largo que é considerado como operacional, a CBTU Toma conta de Todo esse trecho, a linha ela funciona como transporte de pessoas, não só de cargas, de carga existia, do centro até aqui, eu alcancei ainda os trens de carga saindo do Jaraguá e chegando no porto, mas isto há 20 anos atrás, mas isto já cessou e aqui é a **estação**, a estação não é grande, tem um prédio aqui na frente, que até foi ocupado pelo pessoal aqui da favela, existe um velho galpão existe um pequeno imóvel dizendo que era a Estação e o arquivo público também fazia parte da explanada, então estes imóveis todos eles estão sob a guarda do IPHAN, o IPHAN pensa a muitos anos fazer uma ação nessa área e como é uma área urbana e que pertencente ao município e que, ou seja, a área é dentro da cidade mas nós temos a guarda, mas o documento é da união, mas não pertence nem ao IPHAN nem ao município mas é uma área nossa, onde pessoas tem invadido, existe o fumo de drogas, prostituição, já aconteceram dois assassinatos aqui perto, então assim agente tá junto com a prefeitura, com a CBTU, pra reativar, pra dar uso a essa área, então tá sendo muito proveitoso essa ação com o município, que a CBTU vai assumir vai reativar a linha ferroviária que sai do centro e vem até aqui, eles vão construir uma nova estação, porque ela é muito pequena não comporta mais o fluxo de pessoas e agentes já tem um projeto pra construir uma estação que aqui por traz, quando você vai para o centro de convenção, no fundo dele, ai tem aquela igreja e tem o cemitério, se você vier direto pra cá ai ele faz a curva ai tem um posto e o Pierre Chalita, que vai dar aqui de nova na frente, pronto, esse Trecho todo vai existir uma estação de LP da CBTU que vai servir de apoio pra CBTU porque a área vai ficar cercada, por causa das ações e dos bens e tal e pra cá que existe o arquivo vai ficar para o IPHAN e esse galpão que é a maior estação que tem aqui, que vai ser pra uso cultural, essa negociação está sendo feita com o município, tá entendendo, qual o uso dar, se é espaço de cultura, exposição, agente tá trabalhando com o município nesse sentido, principalmente no bairro do Jaraguá, que a gente tem essas duas ações e só pra finalizar, quando houve a desocupação aqui da favela alguns dias atrás, não sei o que houve quando a medidas do município ao certo quando relocação das pessoas quando a moradias, porque muitos ficaram sem ter pra onde ir depois da remoção, então eles invadiram um dos prédios, um prédio enorme sem uso neh, tava sem portão porque agente mandou limpar que tinha muito mata e prefeitura veio e limpou e tudo neh, mas o portão não aguentou a máquina e estava aberto e todo mundo invadiu e foi um problema, porque é um imóvel da união e por uma ação do município que enfim deve ter havido algum problema em meio de campo que essa realocação não foi feita da maneira certa, não deu certo e eles invadiram mas no mesmo dia, foi conseguido retirá-los conversando e ai o prédio hoje felizmente hoje está, futuramente a gente vai ver, ele está com

os dormentes que é justamente o que estrutura as linhas do trem, no caso o velho t, eles vão ser usados pra recuperar essa linha daqui, eles usaram pra fechar o prédio.

O tombamento pelo IPHAN é equivalente à proteção municipal ou é algo de maior peso e importância?

Juridicamente pela constituição Federal, é bom você dar uma olhadinha na constituição nos artigos 23 e 24, neh, que fala de patrimônio, tem até uns mais na frente acho que o 215, 216, não sei, porque a gente tem que seguir a legislação, as vezes a gente fala, mas primeiro agente tem que seguir o a própria legislação nos manda, então lá nos artigos ele dá as competências em relação a preservação do bem, então para proteger o bem, todo mundo ta dentro, é município, é Estado e distrito Federal, os quatro entes eles tem o mesmo poder e a mesma obrigação de preservar os bens, entendeu, já no artigo 24 ele vai dizer em relação aos instrumentos jurídicos, entendeu, o instrumento jurídico é um pouco diferenciado para o município, o município ele tem algumas restrições quanto a tombamento, ele pode inserir dentro das suas legislações os bens que são protegidos, que existem as UEPs unidades especiais de preservação acho que a Adecyane lhe explicou isso, então assim, o município se utiliza de seus próprios instrumentos para preservar, já o Estado, a união, e o instituto federal eles tem um cartão a mais que é o do tombamento entendeu, dá uma olhadinha nestes artigos da constituição que você vai entender bem direitinho, mas aí existem os decretos que são importantes também! Olhar, tem o decreto do Iphan que é o de número 25 de 1957, tem o decreto estadual que é da década de 80, de tombamento dentro do estado, estes são os decretos para bens material o bem imaterial agente tem uma legislação mais recente, que são bens reconhecidos mais recentemente,

Transcrição- Fala do Historiador Benedito Ramos de Amorim – coordenação de ação cultura e social da Associação comercial de Maceió – AL – 21 de Agosto de 2015

Questão 1-

Significa a origem do bairro do Jaraguá, significa o desenvolvimento alcançado por Maceió, Alagoas através de Maceió, através do bairro do Jaraguá, significa que já fomos muito mais ricos do que somos né, basta dizer que esta instituição aqui é mais antiga do que a de São Paulo, essa Associação Comercial é mais antiga do que a de São Paulo, então isso prova que Maceió, pra ter a capacidade na época desses comerciantes se articular para uma instituição assim, havia recursos, havia dinheiro movimentando alguma economia regular e fazia com que as coisas acontecessem, então para isso, cada edifício desse que a gente vê remanescente , a gente percebe que eles tiveram um papel importante nessa história econômica do Estado de Alagoas.

Questão 2-

Olhe, veja bem, a gente vê tudo isso, mas isso não parece ter muito efeito, porque as construções antigas muitas vezes elas são depredadas, entendeu, são desgastadas pelo tempo, derrubadas, elas perdem sua característica original e muitas vezes o governo não pode fazer nada, quando nós pedimos o tombamento da rua Sá e Albuquerque, o tombamento a nível nacional, é justamente pra tentar proteger mais, né, que é um centro histórico pequeno, com alguns imóveis e que não seria difícil esse tombamento, é, listar, vetoriar esse patrimônio e manter pelo menos sob vigilância do Instituto do Patrimônio Histórico e de Artes Nacional.

Questão 3 –

O Museu da imagem e do som que antes foi o prédio do consulado, depois a corretória que era uma espécie de Alfandega, ela tinha inicialmente apenas um andar quando foi construída na década de 1870, ela foi construída justamente com a ponte de embarque quando Dona Cristina e Dom Pedro II chegaram aqui a Maceió, para visitar Alagoas, eles não subiram por essa ponte porque ela não estava pronta, eles entraram pela ponte de São Luís Faustino, que fica aqui ao lado do Bradesco onde era o trapiche Faustino, eles vieram pelo trapiche em uma carruagem e foram levados para a casa do Barão de Jaraguá. Então, o prédio do MISA hoje, com dois andares, que foi em 1918 que ganhou essa reforma, ficou mais eclético em matéria de estilo, juntamente com a praça dois leões, e essas peças de artes que estão na praça e até a própria estátua da liberdade que está atrás do MISA, pois o consulado era virado para traz, era a lí que ficava a estátua que está de frente a ponte de embarque, hoje representa um patrimônio pra cidade, mandado fazer na França, numa empresa chamada Valdosne, a valdosne foi uma empresa francesa, que foi fundada, depois do período da Revolução Francesa e consequentemente ela começou a produzir obras de artes num período, vamos dizer assim que

essas obras de artes seriam visíveis, não precisavam necessariamente ter um autor, cópia, réplica, vamos dizer assim.

Questão 4

Eu acho que quando se preserva as edificações antigas, você está preservando a história, então eu acho que, é necessário dar um destino a essas edificações, pois muitas vezes elas podem ficarem mutiladas, como é o caso do Banco de Londres que fica ao lado do Banco do Brasil perto da Praça Dois Leões, então ali tem uma parede frontal que é o Banco de Londres, mas é apenas a parede principal, a faixa principal, é bonita? É, neoclássica, mexeram bastante no desenho original, o Banco de Alagoas que fica no começo da Comendador Leão, é um prédio muito bonito e é um dos únicos que nós temos aqui neorrenascentista, não é nem neoclássico, é neorrenascentista, é que no início do século XX havia muita, havia uma tendência de se criar prédios ecléticos, obras ecléticas, na área de arquitetura e eles faziam tudo que era novo, neo isso, neo aquilo, e iam criando e então ali é uma obra neorrenascentista, até pelo platibanda superior, por aqueles pináculos que ele tem, as portas, os balcões superiores, né, então, a porta principal enviesada como eram os edifícios como em Florença que eram os edifícios estreitos assim e tem esse aspecto italiano.

Questão 5

Olhe eu descreveria o bairro do Jaraguá como um bairro que alavancou todo progresso de Alagoas que fez surgir a própria capital, na verdade, Jaraguá precede a capital, até porque, o porto é um porto natural, nós temos um porto com o nome de Jaraguá que é um nome indígena que ninguém nunca tirou, houve na verdade uma lei de Dom José I que obrigou o Brasil a falar português pra não falar a língua Tupi Guarani que era a língua geral no Brasil, ensinada pelos Jesuítas e tudo mais e ele mudou, mas existem nomes que foram dados pelos indígenas e que nunca mudou como o caso de Jaraguá, então, á também a questão dos Trapiches, surgiram na capitania de Pernambuco, é um nome de origem espanhola dado aos, aquelas engrenagens da moendas dadas para moer cana, movimentada por seis bois e isto é que chamava-se trapiche, depois resolveram dar esse nome Trapiche ao prédio onde estava este moinho, depois ao lugar onde se colocava o açúcar, depois ao armazém do porto porque o açúcar vinha pra cá, e depois o armazém do porto aqui se chama trapiche, em outras partes do Brasil as pessoas nem usam esse nome trapiche, em Portugal, ninguém conhece trapiche, entendeu, então a gente vê que nós temos umas coisas assim muito peculiares, muito interessante, entendeu, mas há uma coisa também, que se construiu, se restaurou, se revitalizou Jaraguá e não tem história de trabalho arqueológico pra tentar descobrir onde foi o forte São Pedro, né, o primeiro forte que foi feito aqui, onde era cada coisa aqui, por exemplo aqui atrás onde é o Banco Bradesco, é um passo imperial, onde D. Pedro II e Dona Cristina passaram por aqui deveria ter um marco não te, e por isso desvaloriza um pouco Jaraguá, Jaraguá é um lugar que você vê pessoas aqui atrás usando cola, cola não que hoje não é mais cola né.

Questão 6

Não nunca houve abordagem nesse sentido, na verdade nós somos uma entidade privada, particular que nos preocupamos com preservação. Pra você ter uma ideia de como nós nos preocupamos com preservação nós temos aqui os livros de atas da Fundação, isto se deu em 07 de setembro de 1876, muitas instituições no Brasil muitas associações não possuem essa documentação, tanto que Salvador briga com São Paulo pra ver quem iniciou primeiro, aliás, São Paulo não, do Rio, então a gente tem essa documentação preservada, hoje ta transcrito boa parte disso, esse foi um trabalho paleográfico patrocinado pela Brasquém, transcrevemos o material já está aí todinho, é isso.

Declaração de Pesquisa na Diretoria de Patrimônio

**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO

Of. nº 113/2015/SEMPA/GS.

Maceió/AL, 08 de junho de 2015.


A sua Senhoria, a Senhora
Gilcicleide Rodrigues da Silva
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFAL
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Nesta.

Prezada Senhora,

Em resposta ao requerimento protocolado em 27.05.2015, que deu origem ao processo administrativo nº 1900-048238/2015, informo a V. Sª que esta Secretaria está totalmente receptiva ao pleito formulado por esse Instituto, de modo que a mestranda AMANDA RENATA AMORIM E SILVA pode se dirigir à Diretoria de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural para colher as informações necessárias ao deslinde de seu trabalho.

De igual forma, esta SEMPLA se acha receptiva, independente de ato autorizativo, aos demais alunos que desejem realizar suas pesquisas no âmbito de nossa competência.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me atentamente.


Manoel Messias Ferreira da Costa
Secretário Municipal

Praça Visconde de Sinimbu, 141 - Centro - Maceió-AL
CEP: 57020-670 | Fone: +55 (82) 3315-3714

Declaração de Pesquisa Fundação Municipal de Ação Cultural (FMAC)


L 4 4 4

PREFEITURA DE
MACEIÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO CULTURAL
Diretoria de TIC e Difusão Cultural
Cartografia Cultural de Maceió

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que AMANDA RENATA AMORIM E SILVA está autorizada a realizar pesquisa A TERRITORIALIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE DE MACEIO/AL nas dependências desta Fundação sobre o tema.

 Maceió, 27 de maio de 2015.

NASSON NEVES
Diretor TI, Comunicação e
Difusão Cultural

NASSON PAULO SALES NEVES
Diretoria de TI, Comunicação e Difusão Cultural

Carta de Aprovação pelo Comitê de ética



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
 Campus A. C. Simões - Av. Lourival Melo Mota, S/N
 Cep: 57072-970, Cidade Universitária - Maceió-AL
 comitedeeticafal@gmail.com - Tel: 3214-1041



CARTA DE APROVAÇÃO

Maceió-AL, 23/11/2015

Senhor(a) Pesquisador(a), Amanda Renata Amorim e Silva

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em Reunião Plenária de 03/09/2015 e com base no parecer emitido pelo(a) relator(a) do processo nº **43131214.1.0000.5013**, sob o título **A TERRITORIALIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE DE MACEIÓ-AL**, comunicar a **APROVAÇÃO** do processo acima citado, com base no artigo X, parágrafo X.2, alínea 5 a, da Resolução CNS nº 466/12.

O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12, item V.3).

É papel do(a) pesquisador(a) assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - junto com seu posicionamento.

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e sua justificativa. Em caso de projeto do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o (a) pesquisador (a) ou patrocinador(a) deve enviá-los à mesma junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem incluídas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item IV, 2 e).

Relatórios parciais e finais devem ser apresentados ao CEP, de acordo com os prazos estabelecidos no Cronograma do Protocolo e na Resolução CNS 466/12.

Na eventualidade de esclarecimentos adicionais, este Comitê coloca-se a disposição dos interessados para o acompanhamento da pesquisa em seus dilemas éticos e exigências contidas nas Resoluções supra-referidas.

Esta aprovação não é válida para subprojetos oriundos do protocolo de pesquisa acima referido.

(*) Áreas temáticas especiais

Válido até: AGOSTO de 2017.

André Francisco
 André Francisco
 Coordenador do Comitê de
 Ética em Pesquisa - UFAL